



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MICHELL ALVES DE ALMEIDA RICARTE

**A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNADOR IVAN BICHARA
SOBREIRA NA PARAÍBA (1975-1978).**

CAMPINA GRANDE - PB

2020

MICHELL ALVES DE ALMEIDA RICARTE

**A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNADOR IVAN BICHARA
SOBREIRA NA PARAÍBA (1975-1978).**

**Trabalho de Conclusão Curso
(Monografia) apresentado ao Curso
de Licenciatura em História do Centro
de Humanidades da Universidade
Federal de Campina Grande, como
requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado em História.**

Orientador: Professor Dr. Luciano Mendonça de Lima.

CAMPINA GRANDE - PB

2020



R488p Ricarte, Michell Alves de Almeida.

A política econômica do Governador Ivan Bichara Sobreira na Paraíba (1975-1978). / Michell Alves de Almeida Ricarte. - 2020.

104 f.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima.

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia (Curso de Licenciatura em História) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades.

1. Governo Ivan Bichara - Paraíba. 2. Ditadura militar na Paraíba. 3. Política econômica - Paraíba 1975-1978. 4. Divisão Regional do Trabalho. 5. Modelo Autocrático-Burguês. 6. História da Paraíba. 7. Materialismo histórico. I. Lima, Luciano Mendonça de. II. Título.

CDU:94:33(813.3)043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

MICHELL ALVES DE ALMEIDA RICARTE

**A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNADOR IVAN BICHARA
SOBREIRA NA PARAÍBA (1975-1978).**

**Trabalho de Conclusão Curso
(Monografia) apresentado ao Curso
de Licenciatura em História do Centro
de Humanidades da Universidade
Federal de Campina Grande, como
requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado em História.**

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Luciano Mendonça de Lima.
Orientador – UAHIS/CH/UFCG**

**Professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires.
Examinador I – UAHIS/CH/UFCG**

**Professor Dr. José Bezerra de Araújo.
Examinador II – UAECOM/CH/UFCG**

Trabalho aprovado em 20 de novembro de 2020.

CAMPINA GRANDE - PB

AGRADECIMENTOS

Esta monografia representa para mim um fecho muito importante. Foram quase 5 anos cursando a minha graduação num ambiente totalmente diferente daquele a que eu estava adaptado. Durante todo esse tempo, preocupei-me, ri bastante, passei noites acordado estudando para provas que aconteceriam no dia seguinte, conheci pessoas incríveis, outras nem tanto, fiz amigos que quero guardar comigo até quando for possível, deixei de fazer coisas que queria. O curso de História mudou diametralmente minha maneira de enxergar o mundo.

Agradeço a Deus por ter me ajudado durante os momentos difíceis, a painho (Ozenilton) e mainha (Joana) por terem me apoiado na minha decisão de transferir-me para um outro lugar e seguir meu sonho de cursar História e por serem esses seres adoráveis que tanto amo. A eles decido este trabalho. Sou grato também ao meu primo Alysson (Vitin) por ter vivido comigo esse tempo todo dividindo apartamento em Campina Grande. Apesar de nossas diferenças, acredito que nos demos muito bem. Obrigado pela sua compreensão. Agradeço também a Dona Teresa pela excelente vizinha que foi esse tempo todo e a Vanessa e a Marcílio pelas nossas boas conversas caminhando ao redor do Açude Velho. Aos amigos e colegas que fiz em Campina, meu muito obrigado. Em especial obrigado a Fernanda, Éverton, Ismael, Jeferson, Raquel, Raí, Lucas, Renally, Karol e Rosa por todos os momentos. Também sou bastante grato a todo o pessoal do PET História, em nome do professor Luciano, grupo que certamente contribuiu de maneira ímpar para minha formação política e enquanto historiador crítico. Obrigado igualmente a todos os professores e professoras da Unidade Acadêmica de História da UFCG. Tenho certeza de que foram, a seu modo, fundamentais no meu processo de preparo para ser professor de História.

Esta monografia não teria sido desenvolvida sem a ajuda do professor Luciano Mendonça, que me orientou nesta empreitada e a quem sou extremamente grato pelas sugestões e correções que me fez. Obrigado também a Valber pelos conselhos quando eu estava em busca do meu tema para a pesquisa de TCC. Agradeço igualmente a todo o pessoal do Arquivo dos Governadores, na Fundação Casa de José Américo, pela sua simpatia e ajuda quando lá estive durante alguns dias digitalizando fontes para a minha pesquisa.

EPÍGRAFE

“No meio das trevas, sorrio à vida, como se conhecesse a fórmula mágica que transforma o mal e a tristeza em claridade e em felicidade. Então, procuro uma razão para esta alegria, não a acho e não posso deixar de rir de mim mesma. Creio que a própria vida é o único segredo”.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

Em 15 de março de 1975, assumiu o governo da Paraíba o advogado Ivan Bichara Sobreira por via de uma eleição indireta, num Brasil em ditadura. Para sua escolha pelo presidente Geisel, ele contou com o apoio do seu antecessor, Ernani Sátyro. O objetivo do presente trabalho é o de problematizar a política econômica desenvolvida por Bichara em seu período de governo (1975- 1978), dando foco aos setores primário e secundário da economia, a partir das noções de *Divisão Regional do Trabalho*, pensada a partir de Oliveira (1981) e de *Modelo Autocrático-Burguês*, abstração desenvolvida por Fernandes (2006). Foram igualmente observadas as contradições dessa política econômica sobre a vida da classe trabalhadora paraibana. Metodologicamente, trabalharemos com o materialismo histórico. Para o desenvolvimento da pesquisa cujo resultado é esta monografia, foi feita a análise de fontes históricas de basicamente dois tipos: oficiais e periódicas, ambas produzidas no período de 1974 a 1978. O que se nota é que o governo de Ivan Bichara deu continuidade à política econômica desenvolvida por Sátyro, via seu Plano de Ação do Governo (PLANAG) e que, no rol dos setores econômicos, priorizou o primário.

Palavras-chave: Ditadura Militar na Paraíba; Governo Ivan Bichara; Política Econômica.

RÉSUMÉ

Le 15 mars 1975, l'avocat Ivan Bichara Sobreira a repris le gouvernement du Paraíba par une élection indirecte dans un Brésil en dictature. Pour son choix pour le président Geisel, il a eu le soutien de son prédécesseur, Ernani Sátiro. L'objectif du présent travail est de problématiser la politique économique développée par Bichara pendant sa période de gouvernement (1975-1978), en se concentrant sur les secteurs primaire et secondaire de l'économie, à partir des notions *Divisão Regional do Trabalho*, pensée à partir de Oliveira (1981) et *Modelo Autocrático-Burguês*, une abstraction développée par Fernandes (2006). Les contradictions de cette politique économique sur la vie de la classe ouvrière du Paraíba ont également été observées. Méthodologiquement, j'ai travaillé avec le matérialisme historique. Pour le développement de la recherche dont le résultat est cette monographie, une analyse des sources historiques de essentiellement deux types a été faite: officielles et périodiques, toutes deux produites dans la période de 1974 à 1978. Ce qui est remarquable, c'est que le gouvernement d'Ivan Bichara a poursuivi la politique économique développée par Sátiro, via son *Plano de Ação do Governo* (PLANAG) et qui, dans la liste des secteurs économiques, a donné la priorité au primaire.

Mots-clés: Dictature Militaire au Paraíba; Gouvernement Ivan Bichara; Politique Économique.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Membros do governo Ivan Bichara em sua formação inicial

Tabela 2: Venda de material agrícola pela CIDAGRO

Tabela 3: Previsão de recursos para execução do Plano de Ação de Governo (1975 – 1979)

Tabela 4: Números municípios com assistência técnica e extensão rural nos anos de governo de Ivan Bichara

Tabela 5: Números de carteiras de trabalho expedidas pelo Ministério do Trabalho na Paraíba em 1975, 1976 e 1977

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA: Aliança Nacional Libertadora

ABDIB: Associação Brasileira para o Desenvolvimento Industrial

ADESG: Associação dos Diplomatas na Escola Superior de Guerra

AIB: Ação Integralista Brasileira

ANL: Aliança Nacional Libertadora

BEP: Banco do Estado da Paraíba

BNB: Banco do Nordeste do Brasil

CINEP: Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba

CEASA: Central Estadual de Abastecimento

CIDAGRO: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário

CODEL: Grupo de Trabalho para a Coordenação do Desenvolvimento Local

CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Informações de Defesa Interna

EUA: Estados Unidos da América

ESG: Escola Superior de Guerra

EMATER-PB: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIBGE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FUNDESP: Fundo de Industrialização do Estado da Paraíba

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM: Imposto sobre Circulação de Mercadorias

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IUM: Imposto Único sobre Minerais

JK: Juscelino Kubitschek

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PLANAG: Plano de Ação do Governo

PIB: Produto Interno Bruto

PAEG: Plano de Ação Econômica do Governo

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento

PROÁLCOOL: Programa Nacional do Alcool

PROMOEXPORT-PB: Núcleo de Promoção da Exportação da Paraíba

PL: Projeto de Lei

POLONORDESTE: Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PLANASEM: Projeto Nacional de Sementes

SNI: Serviço Nacional de Informações

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SEPLAN: Secretaria do Planejamento e Coordenação Econômica

UFCG: Universidade Federal de Campina Grande

UDN: União Democrática Nacional

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1: Ivan Bichara chega ao governo da Paraíba.....	30
1.1. Introdução.....	30
1.2. A década de 1970 no mundo e no Brasil.....	30
1.3. Quem foi Ivan Bichara?.....	37
1.4. Bichara chega ao governo do estado.....	40
1.5. Relação Bichara – Geisel.....	44
1.6. A organização do governo de Bichara.....	45
Capítulo 2: O Plano de Ação do Governo (Planag), a agricultura, a mineração e a indústria durante o governo Ivan Bichara.....	54
2.1. Introdução.....	54
2.2. O que foi o Planag e quais eram seus objetivos?.....	54
2.3. A agricultura.....	60
2.4. A mineração.....	68
2.5. A indústria.....	70
Capítulo 3: Fim do governo, resultados e situação da classe trabalhadora.....	77
3.1. Introdução.....	76
3.2. A saída do governador do cargo.....	77
3.3. Alguns números do governo Geisel.....	80
3.4. O ICM e alguns números do governo Ivan Bichara.....	81
3.5. Indicadores socioeconômicos e a classe trabalhadora: alguns resultados da administração Ivan Bichara.....	87
Considerações finais.....	95
Fontes primárias.....	97
Referências.....	100

INTRODUÇÃO

O meu interesse por estudar a política econômica do governador Ivan Bichara nasceu da minha vontade de compreender o desenvolvimento econômico da Paraíba. Desde quando decidi por estudar História, são as dimensões política e econômica que mais me chamam atenção. Eu comecei a ter um contato mais próximo com a história política e econômica do Brasil desde o segundo período do curso de História, quando eu fui selecionado para o Programa de Educação Tutorial em História da UFCG (PET História). Numa das atividades que realizamos, chamada “Tarde de Leitura”, lemos clássicos da historiografia brasileira, os quais são, em sua maioria, voltados à compreensão da realidade brasileira levando-se em consideração essas áreas do saber histórico, sobretudo.

Senti que eu não conhecia tanto a história política da Paraíba e comecei a ler alguns trabalhos de historiadores paraibanos que analisaram a nossa realidade. Muitas dessas pesquisas estudaram governos específicos de nossa história e vi que eu poderia desenvolver alguma pesquisa nessa linha. Comecei a conversar com algumas pessoas da UFCG e lhes pedir conselhos sobre possíveis caminhos de pesquisa mais ou menos nessa área.

Conversando com Valber Mendes, vimos a possibilidade de que eu estudasse algo relativo ao Governo Ivan Bichara, vendo que os estudos relativos à ditadura na Paraíba estavam muito em pauta e que ainda não havia significativas pesquisas sobre o período, além de que se tratava de um tema de relevância social. Vendo a bibliografia nesse recorte temporal, observei que já havia trabalhos acadêmicos sobre governos de Pedro Gondim¹, João Agripino², Ernani Sátiro³, Tarcísio Burity⁴, entre

¹ ARAÚJO DE, Railane Martins. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder a Paraíba: imprensa, imaginário e representações**. Universidade Federal da Paraíba: mestrado em História, 2009.

² CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

³ MENDES, Valber Nunes da Silva. Um “homem da revolução”: a atuação política de Ernani Sátiro como governador da Paraíba (1970-1975). Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019.

⁴ GUEDES, Viviane Marques. **O cotidiano do líder carismático no jornalismo paraibano: análise da construção da candidatura de Tarcísio de Miranda Burity nos jornais de João Pessoa**. Universidade Federal da Paraíba: Mestrado em Ciências Sociais, 2010.

muitos outros estudos que versaram sobre outros vários aspectos desse período ditatorial no estado da Paraíba⁵.

A maioria desses trabalhos dá enfoque às questões políticas e econômicas, e alguns partem de noções teóricas bem diferentes. Só para termos uma ideia, enquanto o estudo de Valber, por exemplo, tem base no materialismo histórico, a análise que Viviane Marques faz da eleição de Burity é mais numa perspectiva weberiana. Não encontrei, entretanto, trabalhos feitos academicamente sobre o governo de Ivan Bichara, especificamente, além de perceber que quase ninguém falava muito nele⁶. A sua administração não era tão conhecida como a de seus pares e isso me chamou mais atenção. Entretanto, cabe aqui referência ao trabalho de Renato Elias Pires de Souza (2015)⁷, em que ele estuda o movimento integralista na Paraíba entre 1933 e 1938 e faz diversas citações a Bichara enquanto um dos líderes integralistas nesse estado. Bichara, que, antes de ser governador paraibano, já havia assumido alguns cargos políticos, fez carreira durante muito tempo na União Democrática Nacional (UDN) e, quando do golpe de 1964, apoiou os militares na derrubada do presidente João Goulart.

Não tendo condições de estudar seu governo como um todo, optei pela área que já me agradava: a Política Econômica. Minha pesquisa enquadra-se dentro desse campo de estudos sobre História Econômica da Paraíba durante a Ditadura Militar. Quero deixar bem claro que não se tratar de uma biografia e não me debrucei tanto sobre outras questões importantes que envolvem a gestão pública, como educação e saúde, por exemplo. Também não farei ampla recuperação da trajetória política de Bichara. Considerando a dimensão do trabalho de conclusão de curso, minha proposta também não foi a de estudar a repressão produzida pela ditadura nesse período aqui no estado. Meu objeto foi a política econômica do governo Ivan Bichara.

⁵ Em nível nacional e internacional, os estudos relativos à Ditadura Militar no Brasil são bem diversos e não me cabe aqui listá-los e nem teria como discuti-los.

⁶ Em 2018 foi lançado um livro que reúne alguns escritos de Bichara, bem como textos sobre ele redigidos por familiares e amigos. Trata-se mais de um livro saudosista, e até mesmo apologético, do que acadêmico. A obra traz muitas referências aos livros literários escritos por Bichara. Vide: RODRIGUES, Gonzaga (org.). **Os 100 anos de Ivan Bichara - inéditos**. João Pessoa, Ideia, 2018.

⁷ SOUZA, R. E. P. de. **A cultura política integralista em cena na Paraíba (1933-1938)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2015.

Dei atenção especial às ações voltadas ao campo econômico, em especial os setores primário e secundário da economia.

Como pudemos notar, a historiografia acadêmica ou não a respeito do governo Ivan Bichara é bem resumida, salvo citações em alguns livros⁸ e/ou artigos mais gerais sobre a Ditadura Militar na Paraíba. Essa ausência de estudos sobre o tema é uma das minhas justificativas de sua relevância.

Compreendo que problematizar a política econômica da Ditadura Militar é um assunto bastante atual e tem também caráter político. Atualmente, no Brasil, vivemos uma grande onda conservadora e muitos movimentos de extrema direita (muitos dos quais ligados ao presidente da república, um elogiador da ditadura) fazem referência à economia brasileira nesse período com bastante saudosismo e veem com bons olhos a política econômica militar naquele contexto. Alguns deles alegam que, apesar de admitirem torturas e muitas outras monstruosidades realizadas pelo regime, o Brasil apresentou amplo crescimento econômico⁹.

Muitos economistas e historiadores já criticaram essa visão, pois sabemos que os programas econômicos da ditadura geraram mais desigualdade social na medida em que se colocou amplamente do lado das classes dominantes¹⁰, reduziu o valor do salário real da classe trabalhadora, além de haver deixado o país ainda mais endividado¹¹. São muitos os trabalhos a nível nacional a respeito do tal “milagre econômico brasileiro” (1963 – 1973). No caso da Paraíba, o trabalho de Mestrado em História de Valber Mendes (2019), por exemplo, versa um pouco a respeito do desenvolvimento econômico da Paraíba durante o governo Ernani Sátyro, momento que coincide com ápice e declínio dos números das taxas de crescimento (sem divisão de riquezas) no país.

⁸ Como é o caso de MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. - 2ª ed. - João Pessoa: Editora Universitária/UEPB, 1995; BRITO, Gilvan. **A Ditadura na Paraíba**. - João Pessoa: Patmos Editora, 2014. Estes e outros livros e artigos a respeito não discutem com o governo Ivan Bichara em si, mas fazem referência a ele de alguma maneira em trechos muito curtos.

⁹ Vide, por exemplo: AIRES, José Luciano de Queiroz. A volta da ditadura?! Conflitos de memórias no tempo presente. In: MUNIZ, Altemar da Costa; MARTINS, Luís Carlos dos Passos (orgs). **História Política: interfaces e diálogos**. Porto Alegre: Edipurs; Ceará: Eduece, 2016, pp 259-384;

¹⁰ Como indica NETTO, 2014.

¹¹ BRUM, 2013; NETTO, 2014.

A partir de um exame detalhado das fontes, ele notou que a perspectiva de crescimento econômico do estado naquele momento estava incrivelmente alinhada às demandas das classes dominantes do “capital multinacional” e “nacional-associado” e a Paraíba estava bem atrás, inclusive, de muitos estados nordestinos no que se refere, por exemplo, ao desenvolvimento industrial. Minha pesquisa visa, igualmente, a colaborar criticamente com as problematizações relativas à política econômica da ditadura na Paraíba, observando a quais grupos ou frações de classes ela serviu. É claro que levei em consideração a função política que tem o historiador na sociedade e, por isso, para mim é importante esse tipo de debate, pois ele poderá dar à sociedade em geral, mas, principalmente aos grupos menos favorecidos, uma análise mais crítica da economia estadual.

Para além de oferecer aos futuros leitores do produto final deste estudo um instrumento que lhes possibilitem um maior entendimento das tramas político-econômicas de caráter classista na Paraíba, material que poderá ser utilizado por professores da rede estadual para prepararem aulas sobre história estadual entre 1975 e 1978, o presente trabalho pretende contribuir para a compreensão crítica do desenvolvimento econômico aqui na Paraíba num momento posterior ao chamado “milagre econômico”, num contexto de crise da economia brasileira e mundial, causada por vários fatores, mas sem dúvida com grande influência do amplo aumento do preço do petróleo na década de 1970. Este estudo pretende ser, portanto, inovador em certa medida.

Importante destacar que, nos últimos tempos, têm sido desenvolvidos, no Brasil, amplos debates em relação à historiografia a respeito da Ditadura Militar no País. Essas discussões se dão em torno de vários elementos, tais como periodização da ditadura, supostas intenções golpistas de João Goulart, etc.¹² Há um grupo de historiadores, chamados por muitos de “revisionistas”, que busca fazer análises “conservadoras” (argumentam alguns) em relação ao período a história brasileira que vai de 1964 a 1985. São pesquisas que geralmente não se apoiam em fontes históricas suficientes, apresentam acronismos e/ou intenções políticas, entre outros

¹² FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, jan./abr. 2017.

fatores¹³. Alguns historiadores qualificados como “revisonistas”, inclusive, preferem outros termos a Ditadura Militar para caracterizar esse momento da história política do Brasil. Daniel Aarão Reis é um exemplo disso. Tal autor prefere usar o termo “Ditadura Civil-Militar”, o qual passa a ideia de que a sociedade civil houvera apoiado o regime¹⁴. Sobre isso, o professor Carlos Fico diz que “Entretanto, virtualmente, tudo em política pode ser analisado segundo a rede de apoios e adversidades em que se insere, de modo que dizer que algo recebeu o apoio de outrem não retira a essencialidade de algo, sua configuração imanente”¹⁵. Fico concorda com Demian no sentido de considerarem que o conceito de “civil-militar” utilizado pelo cientista político René Dreifuss em seu livro “1964: a conquista do estado” é mais “preciso” do que aquele de Aarão Reis. Em Dreifuss, o “civil” dá destaque ao caráter classista do golpe de 1964.

Para o historiador Marcelo Badaró, em seu texto “O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico”, análises feitas a respeito da ditadura sob um primas das classes sociais vêm sendo deixadas de lado. O autor indica, ao longo do texto, o revisionismo historiográfico presente nisso. Criticando autores como Elio Gaspari e Jorge Ferreira, Badaró vê como problemático esse revisionismo que chega até mesmo ao ponto de argumentar que tanto direita quanto esquerda defendiam uma chegada não democrática ao poder ou que a esquerda estaria radicalizada¹⁶.

Não é minha intenção discorrer tanto a respeito das discussões no campo historiográfico sobre a Ditadura, mas, nesta monografia, utilizaremos o termo “Ditadura Militar”. Em particular em relação a esse termo, concordo com o professor Carlos Fico quando ele diz que “Entre 1964 e 1985, enquanto os generais estiveram no poder, sempre foi potencialmente possível reativar a revolução, porque os militares – como é óbvio – controlavam as armas. Por essa razão, pode-se designar o período como ditadura militar”¹⁷.

¹³ Alguns autores como Fico (2017) e Demian (2017) mostram um pouco disso quando tratam dessa temática.

¹⁴ FICO, 2017.

¹⁵ FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p.53. jan./abr. 2017.

¹⁶ BADARÓ, 2015.

¹⁷ FICO, 2017, p. 59.

Entretanto, para alguns autores marxistas, o próprio Fico poderia ser entendido como revisionista. O professor Carlos Zacarias, por exemplo, em artigo publicado no jornal Esquerda Online, diz, sobre o revisionismo, que:

Passados 15 anos de iniciado o debate, quase nada foi produzido da parte dos autores nomeados como revisionistas para rebater os argumentos levantados por Caio Toledo, Marcelo Badaró Mattos, Demian Melo e muitos outros estudiosos que, escrevendo do campo do marxismo, apontavam os riscos de abandono das categorias de classe e luta de classes para entender o fenômeno do golpe, os processos de construção de hegemonia e as formas como a memória sobre o assunto foi se transfigurando. Talvez como única exceção, o artigo do historiador Carlos Fico, publicado na revista *Tempo & Argumento*, toma para si a tarefa de fazer o debate que, não obstante, não foi ainda seguida por mais nenhum historiador desse campo.¹⁸

É como se efetivamente ele colocasse Fico num grupo de “não marxistas” e que não trabalha com as categorias próprias do materialismo histórico. Em alguns momentos, Fico diz coisas que são mais claramente de características revisionistas. Em um documentário intitulado “Em busca da verdade”¹⁹, produzido pela TV Senado, por exemplo, ele chega ao ponto de dizer que “a ditadura militar prejudicou a vida de todos os brasileiros”. Ora, ao longo desta monografia veremos que muitos autores já mostraram o caráter de classe daquele regime. Ela, a ditadura, não prejudicou a todos, como diz Fico, mas prejudicou a classe trabalhadora brasileira. Os grandes empresários e os militares lucraram e obtiveram inúmeros benefícios com ela. No mesmo documentário, logo após essa fala do historiador carioca, a presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, a professora Nadine Borges, faz um comentário que é bem ilustrativo disso e que se contrapõe ao que ele havia dito. De acordo com Nadine, “ela [a ditadura] foi um negócio, ela deu lucro. As pessoas... poucas pessoas enriqueceram e muitas pessoas empobreceram”. Num outro momento, numa entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO²⁰, Carlos Fico também faz relativismo em relação ao que representou a ditadura. Ao comentar uma fala do historiador Ronaldo Vaifas na qual ele dizia que a ditadura não teria sido cruel e

¹⁸ ZACARIAS, Carlos. O diabo mora nos detalhes: o que os historiadores tem a ver com o revisionismo da extrema-direita sobre o golpe de 1964. In: Esquerda Online, 01 de abril de 2019. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/04/01/o-diabo-mora-nos-detalhes-o-que-os-historiadores-tem-a-ver-com-o-revisionismo-da-extrema-direita-sobre-o-golpe-de-1964/>>. Acesso em 29 de setembro de 2020.

¹⁹ O documentário pode ser encontrado no canal da TV Senado no YouTube no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=BUiFjNBP77Y&ab_channel=TVSenado>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

²⁰ FICO, Carlos. **Ecossistema de uma ditadura recente: entrevista com Carlos Fico**. Entrevista concedida ao PPGH da UNICENTRO. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 44, pp. 335-351, dezembro de 2016.

que ele não tivera sido perseguido, Fico alega que isso tratou-se de uma “declaração infeliz”, apenas²¹.

A historiografia paraibana não está “imune” às influências desse revisionismo. Se tomarmos como base determinados trabalhos, alguns poderiam ser classificados como “revisionistas”, em certa medida, enquanto que, outros, poderiam ser agrupadas dentro de um viés marxista. Dois professores da Universidade Federal da Paraíba, Paulo Giovani e Monique Cittadino²², por exemplo, constroem seus textos a partir de teorias alheias ao materialismo histórico. Até o termo que utilizam para definir aquele período da história do Brasil pode ser um indício desse revisionismo presente nos textos desses autores. Cittadino (2006), em sua tese de doutoramento sobre o governo de João Agripino, à qual já fiz referência, lança mão do termo “Estado Autoritário” ao falar do estado ditatorial, como podemos observar na seguinte citação:

A perspectiva do novo governador, de modificar a cultura política local e de promover o desenvolvimento econômico, passavam, fundamentalmente, por dois aspectos interligados: a introdução do planejamento como estratégia de ação e a montagem do governo em bases técnicas e não políticas. Sem dúvida, João Agripino demonstrava estar em perfeita sintonia com as diretrizes do Estado Autoritário que valorizava e viam como fundamental a necessidade do planejamento governamental no que se refere à política econômica.²³

A autora também não problematiza de forma significativa o caráter de não neutralidade dessas tais “bases técnicas e não políticas” que estariam presentes na administração Agripino à qual ela se refere. Em alguns de seus textos²⁴, Paulo Giovanni, ao tratar do golpe operado em 1964, utiliza-se do termo “civil-militar” adjunto

²¹ Para o historiador Luciano Mendonça, que me orienta neste trabalho, o próprio Fico poderia sim ser considerado um revisionista. Para Luciano, inclusive no artigo que foi citado anteriormente, *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*, podemos observar algumas marcas desse revisionismo. Para ele, é como se Fico quisesse se colocar como sem lado nas discussões historiográficas a respeito da ditadura numa suposta tentativa de “complexificar o debate” e, nisso, acaba por utilizar-se de termos como “suposto revisionismo”, por exemplo.

²² Dizer isso não significa desqualificar os trabalhos desses professores, os quais deram sua enorme contribuição à historiografia paraibana. Aqui nesta monografia, inclusive, fiz várias citações de alguns de seus textos, considerando alguns aspectos mais factuais.

²³ CITTADINO, 2006, pp. 156 – 157.

²⁴ A nível de exemplificação podemos citar NUNES, Paulo Giovani Antonino. *Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação*. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (orgs). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. pp. 78-118; e NUNES, Paulo Giovani Antonino. *As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964 – 1969)*. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da. **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016.

a “golpe”, sem problematizar consideravelmente o seu caráter classista, como fez Dreifuss (1981). Paulo defende coisas como a tese de que, durante o governo de João Goulart, houve “radicalização tanto no campo da esquerda como no da direita política”.²⁵

De outro lado, historiadores paraibanos, como o professor da Universidade Federal de Campina Grande Luciano Mendonça de Lima, vêm tecendo críticas ao revisionismo histórico que está instaurado nos debates acadêmicos a respeito do caráter da Ditadura Militar no Brasil. De acordo com o autor:

Partindo de um arco teórico que combina em diferentes graus, a depender de cada autor, a nova história política²⁶, a história do tempo presente e a história cultural, estes estudos revisionistas promovem um ataque frontal contra as formulações presentes na tradição anterior. Saem as análises estruturais e conjunturais da crise do capitalismo, pressupostos sem os quais não se entende em sua plenitude a trama dos acontecimentos que estiveram no centro do processo que resultou no golpe e na montagem posterior da ditadura, e entra a indeterminação e o impressionismo geral da ação dos “atores históricos”; sai a luta de classes, entra a ação demiúrgica de culturas políticas das direitas e das esquerdas; sai a responsabilização de quem afinal deu o golpe e se beneficiou dele com a ditadura (ou seja, as classes dominantes e seus lacaios) e entra a responsabilização e culpabilização de todos, esquerda e direita, dominantes e dominados, espécie de versão tipiniquim da teoria dos dois demônios [...].²⁷

O que o professor Luciano faz nessa citação é dizer que essas teorias revisionistas deixam de lado categorias marxistas importantes na análise da realidade social. Ultimamente as pesquisas de Luciano vêm sendo desenvolvidas a respeito da Ditadura Militar na cidade de Campina Grande e suas implicações. No mesmo texto da citação supracitada, ele analisa como nessa cidade a ditadura também se desenvolveu dentro de uma estrutura de classes e beneficiando a grupos dominantes.

Alguns outros trabalhos críticos, que têm como método o materialismo histórico, vêm sendo desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. Aqui, posso citar as dissertações de Mestrado de Jonathan Vilar dos Santos Leite²⁸ e a de Valber Nunes da Silva Mendes. Jonathan, faz ao longo do seu texto, amplas críticas ao revisionismo histórico em relação à ditadura, apesar de, ao falar dos historiadores paraibanos que escreveram a respeito desse período, reter-se a citar

²⁵ NUNES, 2014, p. 78.

²⁶ Cittadino (2006) usa termos como “cultura política”, por exemplo.

²⁷ LIMA, 2016, p. 95.

²⁸ A frágil “abertura” de João Figueiredo: a redemocratização campinense em apuros (1979 – 1985), defendida em 2017.

seus trabalhos. Ele trabalha o golpe na linha do que escreveu o uruguaio René Dreifuss (1981) e entende que esse evento foi “como um movimento orquestrado por uma elite orgânica empresarial em articulação com os militares da alta cúpula das forças armadas e cooperação dos EUA”.²⁹ Ele elenca uma série de autores que podem ser classificados como revisionistas a nível nacional, tais como os historiadores Marco Antonio Villa e Daniel Aarão Reis. O autor também tece críticas à utilização do termo “civil-militar” para tratar do golpe de 1964 (já vimos que na academia paraibana o termo tem adeptos). De acordo com Jonathan, na sua dissertação supracitada:

Apesar do consentimento desta elite empresarial por serem os beneficiários diretos durante o período, acreditamos que o termo pode acabar por generalizar ao dizer que a sociedade civil (passando uma ideia de um todo) como apoiadora do regime, considerar isto, a nosso ver, seria deixar de lado a maioria esmagadora das vezes em que o partido da oposição, o MDB, venceu o partido da caserna, a ARENA; seria esquecer-se da militância antirregime 26 de tantos trabalhadores, religiosos, estudantes e demais classes em vários momentos no decorrer dos 21 anos.³⁰

No caso de Valber³¹, ele também segue na mesma linha de Dreifuss (1981) e caracteriza a Ditadura Militar como “Ditadura Empresarial-Militar”, para que se marque o seu caráter de classe, mas sem que faça imaginar que houve amplo apoio da sociedade civil ao regime. Ao estudar a atuação política do ex-governador Ernani Sátyro, a sua postura crítica, e pautada pelo materialismo histórico, é bem visível, inclusive quando ele coloca Sátyro como “associado” às classes dominantes da cidade de Patos, cidade sertaneja paraibana e berço político do ex-governador. Valber vai, ao longo do seu texto, mostrando as ligações de Sátyro com setores conservadores, os mesmos que contribuíram para a derrubada do presidente João Goulart, mas em nenhum momento ele tira dos militares a verdadeira responsabilidade por aquilo tudo. Sobre isso ele diz, por exemplo:

Em suma, em nossa interpretação, a partir de 1962, Ernani Sátyro se vincula de maneira efetiva ao projeto conservador capitaneado pela elite empresarial e chancelado pelo imperialismo estadunidense que visava derrubar Jango, controlar as classes trabalhadoras e reordenar o capital nacional para os interesses do capital multinacional e associado. Assim, a partir desse ano e, posteriormente (1963 – 1964), percebemos que através dos discursos feitos

²⁹ LEITE, 2017, p. 25.

³⁰ Idem, *Ibidem*; pp. 25-26.

³¹ Na sua dissertação intitulada “Um Homem da Revolução”: A atuação política de Ernani Sátyro como Governador da Paraíba (1970-1975)”, defendida em 2019 e a que já fiz referência.

na tribuna da Câmara havia uma oposição contundente ao presidente e ao projeto reformista.³²

Não tenho a intenção de tecer grandes considerações neste trabalho a respeito dessas questões historiográficas - nem analisar obra por obra de autores paraibanos que escreveram a respeito da ditadura - , mas citá-las, tal qual foi feito, é importante no sentido de observarmos que a academia paraibana não é nada homogênea ao escrever sobre essa temática e que teorias marxistas convivem com outras maneiras de se compreender aquela realidade.

Ao tratar da temática “política econômica do governo Ivan Bichara”, alguns referenciais teórico-metodológicos foram essenciais a esta pesquisa. Um conceito usado como base deste trabalho é o de “autocracia-burguesa”, desenvolvido pelo sociólogo paulista Florestan Fernandes em seu livro *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, publicado pela primeira vez no ano de 1975. Tal abstração me ajudou na compreensão da dominação política e econômica burguesa que há no Brasil, pois não pretendo analisar a realidade paraibana de maneira isolada. Florestan compreendeu que, no nosso país, não há democracia de fato, mas “autocracia”, um poder limitado e possuído pela burguesia nacional, que é alinhada aos interesses do grande capital multinacional. Enquanto marxista, Florestan trabalhava a democracia burguesa como um elemento da superestrutura do capitalismo monopolista. Não existe democracia para todos, efetivamente. Ela é restrita à classe dominante, que é capaz de aceitar formas políticas ditatoriais para manter-se dominante e possibilitar a reprodução capitalista no país.

Em seu livro citado, Florestan apresenta 3 características importantes desse tipo de dominação burguesa que existe no Brasil: ela visa “preservar e fortalecer as condições econômicas, socioculturais e políticas através das quais ela pode manter-se, renovar-se e revigorar-se”³³. Em segundo lugar, ela busca

ampliar e aprofundar a incorporação estrutural e dinâmica da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas e da “comunidade internacional de negócios”, com o objetivo de garantir o máximo de continuidade de intensidade aos processos de modernização tecnológica, de acumulação capitalista e de desenvolvimento econômico, e de assegurar ao poder

³² NUNES, 2019, p. 47.

³³ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. – 5. ed. – São Paulo: Globo, 2006, p. 354.

burguês meios externos acessíveis de suporte, de renovação e de fortalecimento³⁴.

A terceira característica é que “ela visa preservar, alargar e unificar os controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas”³⁵. Nós podemos resumir isso da seguinte forma: a burguesia associada ao capital internacional no Brasil visa a manter-se no poder, desenvolver a acumulação capitalista no país e comandar o Estado. Associada ao capital internacional, “a *burguesia nacional* converte-se, estruturalmente, numa burguesia pró-imperialista, incapaz de passar de mecanismos autoprotetivos indiretos ou passivos para ações frontalmente anti-imperialistas”³⁶.

Toda essa discussão é importante porque aqui se compreende o Brasil como sendo um país de capitalismo dependente e subdesenvolvido, como Florestan assim o compreendeu, e é a partir disso que vou analisá-lo no contexto da Ditadura Militar dos anos Geisel, momento que coincide com o governo de Ivan Bichara na Paraíba. Pensando mais uma vez com Florestan, esse Brasil da era militar é um Brasil que já se encontra dominado pelo capital monopolista (dos bancos, da grande indústria) e

nessa situação, o industrialismo e a prosperidade capitalista virão finalmente, mas trazendo consigo uma forma de articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado capitalista mundial que jamais poderá ser destruída, mantidas as atuais condições, dentro e através do capitalismo³⁷.

Ao falar em desenvolvimento de um capitalismo desigual, Florestan nos aponta para o conceito de Divisão Internacional do Trabalho: os países têm espécies de funções dentro do jogo econômico global. No caso do Brasil e da América Latina, dependentes, sempre nos coube ao longo da história, exportar bens primários e comprar manufaturas e produtos industriais. Na Nova Divisão Internacional do Trabalho, alguns países latino-americanos – como Brasil, Argentina e México - lograram certo êxito industrial, mas o que nota-se é que os bens industriais neles produzidos são em nível tecnológico bastante inferior ao que é feito no capitalismo

³⁴ Idem; *Ibidem*; p.354

³⁵ Idem; *Ibidem*; p. 354.

³⁶ Idem; *Ibidem*; p. 355.

³⁷ Idem; *Ibidem*; p. 320.

central e que sua mão de obra barata vem sendo explorada por grandes companhias multinacionais.³⁸

Neste trabalho concorda-se com autores como Francisco De Oliveira, no sentido de considerar que existe outro tipo de divisão de trabalho: a que ocorre em âmbito nacional. No Brasil, as regiões foram se especializando nas suas formas de produzir riquezas e, por isso, um outro conceito importante para a realização deste trabalho será o de Divisão Regional do Trabalho, desenvolvido por Oliveira (1981), no seu livro *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. Ao analisar a atuação da Sudene no Nordeste brasileiro, Chico de Oliveira observou que, ao longo do desenvolvimento econômico do país, as regiões foram apresentando formas diferenciadas de reprodução do capitalismo. O autor faz quase que uma comparação entre a região Sudeste e o Nordeste. A primeira, a de capitalismo industrial, cresceria muito em função da outra e isso ocorre em vários níveis: exploração de mão de obra barata nordestina, instalação de empresas sudestinas no Nordeste aumentando o mercado consumidor, etc.

As condições da reprodução do capital e das relações de produção em cada uma ou, pelo menos, nas duas principais “regiões” do país, sinal de uma redefinição da divisão regional do trabalho no conjunto territorial nacional, começam a aparecer como conflito entre as duas “regiões”, uma em crescimento, outra em estagnação.³⁹

Aqui se concorda com essa ideia de que há uma divisão regional do trabalho no país e que a região Sudeste esteve em posição dominante, enquanto sendo aquela que conduzia o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Toda essa discussão é importante, pois é nesse cenário que iremos tentar compreender a política econômica do governo de Ivan Bichara. A Paraíba é entendida como um estado integrante de uma região periférica do Brasil (que, por conseguinte, é igualmente um país periférico no capitalismo global) mas que, dentro da própria região Nordeste

³⁸ Sobre isso, ver o capítulo “O terceiro mundo” do livro “Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1918” de Eric Hobsbawm. Aqui se concorda com o sociólogo Ruy Mauro Marini quando ele diz que existe na América Latina uma superexploração do trabalhador. Para ele, essa foi a solução encontrada pela burguesia latino-americana dependente para compensar a perda de ganhos que tem devido a sua associação ao capitalismo central. Vide: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*, 1973. In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra** 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005.

³⁹ OLIVEIRA, 1981, p. 37

esteve também em desvantagens em relação a outros estados como Bahia e Pernambuco, por exemplo⁴⁰. A historiadora Monique Cittadino (2006)⁴¹, diz que

a retração verificada ao longo da década de 1950 na indústria paraibana é fruto do avanço da articulação comercial inter-regional processada simultaneamente à concentração industrial então em curso no Sudeste. Em consequência do aprofundamento do processo de integração do mercado nacional incidirão, já no final da fase da industrialização restringida (a partir do início da década de 50), importantes repercussões sobre as economias regionais: o Sudeste, contando com uma indústria de bens de consumo mais desenvolvida, penetrará nos mercados regionais, podendo, assim, escoar com facilidade a sua produção; as demais regiões, sobretudo o Nordeste, sofrerão os efeitos inibidores ou mesmo destruidores da sua estrutura produtiva, já que contando com indústrias tecnologicamente obsoletas e pouco produtivas, não terão condições de competir com os produtos industrializados oriundos do Sudeste.⁴²

Nesse sentido, na Paraíba, a concorrência dos produtos estaduais com a indústria sudestina vai fazer com que se estabeleça uma relação de dependência da primeira em relação à segunda. O que se está observando, a partir da análise das fontes, é que a economia industrial da Paraíba do governo Bicha vai continuar, em geral, restrita à agroindústria e à produção têxtil, enquanto o estado favorece o setor primário (lembramos que a Paraíba já exportava muitos produtos agrícolas para o Sudeste e mundo), aprofundando essa dependência.

Importante destacar que tanto Francisco de Oliveira quanto Florestan Fernandes foram influenciados pela teoria do desenvolvimento desigual e combinado do russo Leon Trotsky⁴³. Em uma de suas comunicações a respeito da temática, o historiador Felipe Demier resumiu essa ideia:

Trabalhando com uma perspectiva que compreendia o capitalismo como uma totalidade contraditória, e não como uma mera soma de nações (partes) isoladas, Trotsky afirmava que as regiões “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam desenvolver a sua história *em separado*, e, portanto, não seria possível superar o *atraso* passando-se a um “estágio” superior ainda dentro dos marcos do capitalismo. O sistema capitalista, em especial a partir de sua fase imperialista, não deixaria mais espaço para esses desenvolvimentos “autônomos”, impossibilitando que a história das regiões retardatárias repetisse a história, repetisse as etapas pioneiras do capitalismo.⁴⁴

⁴⁰ MENDES (2019) mostrou isso quando escreveu sobre o governo de Ernani Sátyro na Paraíba.

⁴¹ CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino – Paraíba (1965 – 1971)**. – Bauru, SP: Edusc, 2006.

⁴² CITTADINO, 2006, p. 238

⁴³ De acordo com Löwy (1995), essa teoria aparecerá no livro História da Revolução Russa, do ano de 1930.

⁴⁴ DEMIER, s/d. Grifos do original. O texto encontra-se sem data na internet. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Felipe_Demier.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2020.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado foi importante a muitos historiadores, economistas e estudiosos marxistas das Ciências Humanas em geral pois ajuda na compreensão da “lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominante pelo imperialismo”.⁴⁵ Aqui nesta análise a relação será estabelecida entre o capitalismo da região sudeste de São Paulo (“dominante”) e aquele paraibano, tal qual já se comentou. Essa ideia de “periferia” e capitalismo “dominante” é uma relação bastante importante dentro dessa teoria do desenvolvimento desigual e combinado e, nesse sentido, os estudos de Trotsky avançaram significativamente dentro do campo materialista, como bem observa o pensador Michel Löwy:

Contrariamente a Lenin que examinava o desenvolvimento do capitalismo na Rússia sobretudo a partir das contradições internas da agricultura, Trotsky o aborda sob o ângulo da inserção da economia russa no sistema capitalista. A formação social russa era tomada como um subconjunto periférico do capitalismo mundial, que formava, de forma determinante, sua estrutura econômica e social.⁴⁶

Seria, para Trotsky, justamente esse tipo de “capitalismo periférico” que haveria se desenvolvido na Rússia. Interessante destacar que, como escreve Löwy,

Curiosamente, enquanto Trotsky formula no seu livro *A revolução permanente* (1928) sua teoria geral da revolução nos países capitalistas dependentes – “coloniais e semi-coloniais” na linguagem da época –, ele não se refere a suas análises do desenvolvimento desigual e combinado.⁴⁷

Metodologicamente, na pesquisa para a escritura deste texto monográfico, foi utilizado o materialismo histórico e dialético criado pelo sociólogo alemão Karl Marx e que pode ser resumido da seguinte maneira:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.⁴⁸

⁴⁵ LÖWY, Michel. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. In: *Actuel Marx*, 18, outubro, 1995. Tradução de Henrique Carneiro, p. 74.

⁴⁶ Idem; *Ibidem*; p. 74.

⁴⁷ Idem; *Ibidem*; p. 76.

⁴⁸ MARX, 2008, p. 47

Com base nesse método, pode-se dizer que as decisões políticas estão estritamente ligadas ao plano econômico, por mais que o marxismo atual não entenda mais essa relação como sendo tão rígida, e trabalhos importantes como os de Gramsci, Thompson e muitos outros estudiosos que escreveram tendo como base o materialismo histórico provam isso. De todo modo, o presente estudo das ações políticas do governo Ivan Bichara que visaram ao campo econômico, considerou sempre a estrutura econômica do Brasil e da Paraíba.

Uma outra abstração marxista que será bastante importante ao meu trabalho é a de *luta de classes*. Para Marx, ao logo da história, classes sociais estiveram em oposição. No caso do capitalismo elas são a burguesia (que detém os meios de produção) e o proletariado (os que só detêm sua força de trabalho e a vende à burguesia em troca de um salário). Outra coisa importante é que, no capitalismo, para Marx, o Estado é burguês e representa os interesses da classe dominante. Ao analisar as fontes, tentei observar a qual classe mais serviram as políticas econômicas do governo Bichara.

Para que a presente pesquisa pudesse ser desenvolvida, consulte fontes, sobretudo, periódicas e oficiais. No primeiro grupo estão contidos diversos exemplares edições de jornais paraibanos tais como O Norte, Correio da Paraíba, dentre outros. Articulou-se a análise desses meios de comunicação privados com o periódico A União, veículo oficial do governo da Paraíba. Outra fonte periódica que foi de fundamental importância foram diversos exemplares da Revista do Fisco, os quais contêm dados e informações que propiciaram uma melhor análise da política econômica de Ivan Bichara.

No grupo das fontes “oficiais”, encontram-se planos de governo, cartas trocadas por Bichara com empresários, discursos, mensagens enviadas à Assembleia Legislativa da Paraíba, etc. Tive acesso à maior parte desse material no Arquivo dos Governadores, que fica na Fundação Casa de José Américo, na cidade de João Pessoa. Evidentemente que se tratou todas essas fontes com a criticidade exigida pelo trabalho do historiador, na medida em que se compõem, em geral, de fontes favoráveis ao governo e podem ser enviesadas ao desenvolver determinadas temáticas.

A *Revista do Fisco*, por exemplo, expressava grande apoio à gestão Bichara em suas matérias. Editada pela Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Paraíba, a publicação que foi fundada em 1968, a partir do *Jornal do Fisco*⁴⁹, expressava, de certa forma, o pensamento geral dos grupos dominantes do estado. Era nessa revista, inclusive, que os mais variados grupos empresariais do estado divulgavam seus apoios ao governo paraibano, por exemplo. Esse veículo era também usado pelo Palácio da Redenção para que nele fosse feita propaganda pró-governo. Selecionei artigos, matérias, editoriais e/ou similares, os quais contêm informações sobre a política e economia da época, 1975-1978, e que fornecem dados importantes para análise daquela realidade. A lista contendo as citações desse material consultado encontra-se no final deste texto. Importante destacar que os funcionários do fisco paraibano ligados a essa revista faziam parte do que muitos chamariam de elite do funcionalismo. A crítica das fontes levará em consideração aspectos diversos, tais como lugar de produção delas próprias e grupos de interesses envolvidos nesse processo. Na linha do que nos ensina o filósofo italiano Antonio Gramsci (2001), a questão ideológica envolta na produção de textos periódicos é fundamental. Gramsci chama atenção para, por exemplo, o editorial dos periódicos, onde o próprio órgão de imprensa se posiciona em relação a alguma coisa. Esses periódicos estão ligados a grupos econômicos, como é o caso do jornal *O Norte*, dos *Diários Associados Assis Chateaubriand*, que inclusive publicou matéria “justificando” o golpe de 1964, como escreveu o professor Paulo Giovani:

O colunista Antônio de Barroso Pontes do jornal *O Norte*, pertencente aos *Diários Associados de Assis Chateaubriand [sic.]*, que vinha procurando desestabilizar o governo Goulart em nível nacional a partir de todo seu conglomerado, justifica o golpe, devido o clima de baderna [que] havia sido implantado por Jango.⁵⁰

Esses meios não são neutros, portanto. Merecem uma atenção crítica, pois “tinham lado” naquele cenário, como mostra o professor Paulo. Esta monografia foi dividida em três capítulos. No primeiro, procurei fazer uma contextualização geral do mundo e do Brasil na década de 1970 do século passado. Seu foco, entretanto, foi o de fazer um esboço da vida política de Ivan Bichara - sem se ater aos detalhes -, sua chegada ao governo do Estado da Paraíba e a organização do seu governo. No

⁴⁹ FILHO, José Galdino Lopes; GOMES, Maria José Teixeira Lopes. s/d. In: <<https://novarevistafisco.com.br/content/sobre-revista>>. Acesso em 04 de junho de 2020. Neste mesmo site há disponíveis todas as edições da revista em questão, em formato PDF.

⁵⁰ NUNES, 2014, p. 111.

segundo capítulo, o qual talvez se possa chamar de “o coração da monografia”, desenvolvi um texto a respeito do Plano de Ação do Governo (PLANAG) e tracei considerações a respeito da política econômica da gestão Ivan Bichara para as áreas da Agricultura e da Indústria, sobretudo. No terceiro e último capítulo, falei um pouco a respeito da saída de Bichara da governadoria, alguns resultados socioeconômicos do seu governo e o impacto deste na vida da classe trabalhadora paraibana.

CAPÍTULO 1

IVAN BICHARA SOBREIRA CHEGA AO GOVERNO DA PARAÍBA

1.1. Introdução

Para entendermos a política econômica do governador Ivan Bichara Sobreira na Paraíba, faz-se necessário que compreendamos de início algumas questões: a conjuntura política e econômica internacional e do Brasil na década de 1970, em especial no período de 1975 a 1978; um pouco sobre a atuação política de Ivan Bichara anterior à sua chegada ao executivo estadual; como se deu o processo de eleição indireta que o levou ao poder e suas alianças com a Ditadura Militar em curso e com as classes dominantes; a organização de seu governo em nível de prioridades e formação do seu secretariado. Este capítulo será dedicado a essas discussões.

1.2. A década de 1970 no mundo e no Brasil

Quando Ivan Bichara começa seu governo em 15 de março de 1975, o mundo vivia a Guerra Fria, momento da história global marcado pela polarização entre as duas mais poderosas potências à época: de um lado estava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, a esta, fazia oposição os Estados Unidos da América (EUA). Este tinha como alinhados países que defendiam o sistema capitalista e todas as suas implicações, enquanto que a URSS buscava, igualmente, apoiadores. Era um conflito “constante” entre duas “superpotências”.⁵¹

Os “anos dourados” descritos pelo historiador britânico Eric Hobsbawm já não existiam mais⁵². O mundo vivia um processo de crise econômica marcada pelo aumento das desigualdades sociais e pela concentração de renda. Karl Marx já escrevera sobre essas crises cíclicas que tem o sistema capitalista. Aquela que se agravara em 1973, quando os países da OPEP (Organização dos Países

⁵¹ HOBBSAWN, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 223.

⁵² Hobsbawm (1995) defende que esse período (principalmente da década de 1950 até a crise de 1973) foi de amplo crescimento econômico. Apesar desse momento de crescimento econômico global haver sido comandado pelos países desenvolvidos (principalmente os Estados Unidos) e terem sido eles os principais beneficiários do momento, as economias dos países mais pobres também cresceram bastante. Entretanto, o autor chama atenção para o fato de que a riqueza produzida não chegava (como ainda não chega), à maior parte da população, embora a produção tenha aumentado também no “terceiro mundo”.

Exportadores de Petróleo) aumentaram incrivelmente o preço do petróleo, era apenas mais uma. Todo o mundo sentiu os efeitos dessa decisão, mas foram os países pobres os mais prejudicados.

Hobsbawm, no seu livro *A Era dos Extremos* (1995), observa que a produção de riquezas continuava bem significativa nos países ricos, nas décadas de 70 e 80, apesar do aumento da pobreza:

O comércio internacional nos produtos da indústria, motor do crescimento mundial, continuou, e nos anos de *boom* da década de 1980 até mesmo acelerou um ritmo comparável ao da Era de Ouro. No fim do Breve Século XX, os países capitalistas desenvolvidos se achavam, tomados como um todo, mais ricos e mais produtivos do que no início da década de 1970, e a economia global da qual ainda formavam o elemento central estava imensamente mais dinâmica.⁵³

Nos países de economia dependente, a situação era triste. A pobreza e as desigualdades sociais aumentavam a largos passos, e a concentração de renda era igualmente uma crescente. As dívidas externas desses países se reproduziam em números extraordinários. Hobsbawm (1995) usa a expressão “os três gigantes latinos da dívida internacional”⁵⁴, em referência ao Brasil, México e Argentina, que se endividavam frente aos organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI). No caso do Brasil, ele era o “candidato a campeão mundial de desigualdade econômica”⁵⁵

Para Hobsbawm, outra característica importante da década de 1970 é o aumento da aceitação das doutrinas neoliberais por parte significativa dos intelectuais no mundo e a crise das ideias sociais democratas de bases keynesianas, as quais defendiam que o Estado deveria intervir na economia para garantir níveis de “bem-estar” à população, como, por exemplo, o pleno emprego que era o que vigorava em boa parte da Europa Ocidental, nos “anos dourados”.

Após 1974, os defensores do livre-mercado estavam na ofensiva, embora só viessem a dominar as políticas de governo na década de 1980, a não ser no Chile, onde a derrubada do governo popular em 1973, uma ditadura militar terrorista permitiu a assessores americanos instalar uma economia de livre mercado irrestrita, demonstrando assim, aliás, que não havia ligação intrínseca entre o livre mercado e a democracia política.⁵⁶

O autor comenta como as políticas neoliberais serão implantadas de maneira brutal em alguns países. Segundo alguns autores, foi no Chile que elas ganharam

⁵³ Idem; *Ibidem*; p. 395.

⁵⁴ Idem; *Ibidem*; p. 411.

⁵⁵ Idem; *Ibidem*; p. 397.

⁵⁶ Idem; *Ibidem*; pp. 398-399.

espaço real pela primeira vez. Naquele contexto, o país sul-americano estava sob uma ditadura e no comando estava o general Augusto Pinochet.

Alguns outros acontecimentos importantes que marcaram a década de 1970 a nível mundial foram: A revolução dos Cravos, em Portugal, que pôs fim à Ditadura do Estado Novo português (1974); a unificação do Vietnã (1975); a independência, através de muitas lutas, de países africanos que haviam sido colonizados por Portugal, como Angola, Moçambique e Guiné Bissau; a Revolução Iraniana (1979), que derrubou o governo do xá Mohammad Reza Pahlevi; e a Revolução na Nicarágua. Na década de 1970, a própria Guerra Fria sofre algumas alterações. Começara um momento em que as duas potências (EUA e URSS) tentam arrefecer as disputas entre si⁵⁷. Essa política ficou conhecida como “détente”⁵⁸.

Na passagem para os anos 1970 quem governava o Brasil era o general Emílio Garrastazu Médici (1968 – 1974). Seu governo ficou conhecido entre os historiadores por haver sido o mais repressor de toda a Ditadura Militar. Eram os chamados “anos de chumbo” (na linguagem de alguns) que haviam se tornado ainda mais macabros os tempos ditatoriais. Mas, ao mesmo tempo em que o aparato do regime ditatorial aumentava a tortura e a repressão, também havia sinais de contestação ao poder instituído de maneira golpista.

A luta armada talvez tenha sido o maior exemplo de resistência durante o período de “chumbo” da Ditadura. A repressão ocorria via, por exemplo, o Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Informações de Defesa Interna (DOI-CODI), lugares onde aconteciam barbaridades como torturas dos mais variados tipos contra aqueles que se opunham ao regime.

No campo econômico vivia-se no país o que ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”, um período de acelerado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1968 e 1973, marcado pela concentração de riquezas, diminuição do poder de compra dos trabalhadores, aumento da pobreza no país. Ao tempo em que o Brasil alcançava a posição de 8ª economia mundial, o aumento das desigualdades sociais era implacável, em meio também a uma repressão brutal produzida por um “Estado terrorista”⁵⁹. A historiadora Nadine Habert comenta que que

⁵⁷ HEBERT, 2001, p. 79-82.

⁵⁸ O termo é originário da língua francesa, muito importante nas relações diplomáticas, e significa algo como “relaxamento”. No contexto da Guerra Fria: relaxamento do confronto entre Estados Unidos e União Soviética.

⁵⁹ NETTO, 2014, p. 147.

Segundo dados de 1975, 72 milhões de brasileiros (67% da população) eram subnutridos. A taxa de mortalidade infantil aumentou não só nas regiões tradicionalmente atrasadas como também nas mais industrializadas. Em 1970 de cada 1 000 crianças nascidas, 114 morriam em menos de um ano, tendência esta crescente nos anos seguintes.⁶⁰

O crescimento econômico foi propiciado por uma série de reformas realizadas desde o início da Ditadura. O aumento da centralização do poder fez com que os militares, durante o governo de Castelo Branco (1964 – 1967), instituíssem o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo). Esse plano almejava, sobretudo, a retomada do crescimento econômico e a diminuição da inflação e, para tal, adotou uma série de medidas de caráter burguês, que precarizaram ainda mais as condições de existência da classe trabalhadora brasileira. É isso o que diz o economista Argemiro Brum sobre o assunto, em seu livro *O desenvolvimento econômico brasileiro*.

Para a redução do déficit público, o governo adotou medidas tanto no sentido da contenção dos gastos quanto no de aumento da arrecadação: corte das despesas não essenciais e controle dos gastos dos estados; corte dos subsídios a produtos básicos como o petróleo e o trigo aumentando o preço dos combustíveis e do pão; correção das tarifas públicas (energia elétrica, telefonia correios, etc.) de modo a que as empresas estatais voltassem a ser rentáveis; aumento na arrecadação de impostos através de maior rigor na fiscalização e cobrança dos devedores inadimplentes; e a criação do mecanismo da correção monetária para o pagamento de impostos em atraso. O crédito tornou-se mais escasso e mais caro. E, adotaram-se mecanismos que possibilitavam a compressão dos salários através de reajustes inferiores à inflação. Uma nova legislação impedia praticamente as greves e facilitava a rotatividade da mão de obra. Foi extinta a estabilidade no emprego após dez anos de serviço na mesma empresa, substituída pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado em setembro de 1966.⁶¹

Importante destacar que crescimento de PIB *nominal* não tem muito a ver com melhoria real na vida das pessoas, principalmente no Brasil onde a distribuição de riquezas não acontece de fato⁶². Só para citar outra nação emergente, num contexto mais recente: em 2017 a Índia foi declarada a 6ª nação mais rica do mundo. Naquele ano, o país hindu produziu US\$ 2,597 bilhões enquanto que a França – até então na posição de sexto maior PIB *nominal* do mundo – conseguiu obter US\$ 2,582 bilhões⁶³.

⁶⁰ HEBERT, 2001, p.12.

⁶¹ BRUM, 2013, p.275.

⁶² Sobre esse assunto, a rede de notícias britânica British Broadcasting Corporation (BBC) fez uma matéria intitulada “50 anos do AI-5: Os números por trás do ‘milagre econômico’ da ditadura no Brasil” bem interessante em 2018 que problematiza, em linguagem bastante acessível, o tal “milagre econômico” durante a Ditadura Militar. A reportagem, escrita por Luis Barrucho, mostra os enormes gastos sociais, produtos desse momento de nossa história econômica. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

⁶³ Fonte: site rfi. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/br/economia/20180710-india-ultrapassa-franca-e-vira-sexta-economia-mundial>>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

No entanto, os níveis de pobreza e concentração de renda no país asiático são absurdos e o PIB *per capita* incrivelmente inferior ao da França. Podemos dizer que o mesmo acontece com o Brasil.

A produção de riquezas aumentou bastante durante o tal “milagre”, mas somente uma pequena parte da população brasileira pôde desfrutar de tudo aquilo. Pode parecer um clichê mencionar a tão conhecida e citada frase do ministro da Fazenda do governo Médici, o economista Antônio Delfim Netto, segundo a qual se deveria deixar o “bolo crescer, para depois dividi-lo”, para definir o “milagre”, mas é realmente essa a ideia. Apesar do “bolo” não ter sido dividido, seu crescimento realmente aconteceu.

Crescimentos acelerados já haviam acontecido ao longo da segunda metade do século XX. Argemiro Brum lembra-nos os casos do Japão e da Alemanha. No entanto o autor observa que, “enquanto a Alemanha e o Japão desenvolviam projetos autossustentados, a economia brasileira estava sendo movida basicamente com recursos externos – empréstimos, capital de risco e tecnologia importada”⁶⁴. Esse período foi marcado pela busca de maior industrialização e pela entrada massiva de empresas multinacionais no país.

No dia 15 de março de 1974 o general Ernesto Geisel toma posse como novo presidente do Brasil. Os tempos já não eram mais de tanta euforia. O ufanismo do governo Médici estava enfraquecido e a contestação ao regime aumentava cada dia. No plano econômico, a crise do petróleo de 1973 afetara o Brasil que naquele momento importava grande parte do óleo que era utilizado em suas indústrias. É mais ou menos consenso entre os historiadores políticos que, a partir de um certo momento da década de 1970, começou um período de abertura política, a qual foi qualificada como “lenta, gradual e segura” pelo próprio presidente Ernesto Geisel. Sobre isso comentou a historiadora Nadine Hebert, para quem esse momento político

combinava a manutenção dos principais mecanismos de repressão e controle com a progressiva institucionalização do regime. Isto é, ao mesmo tempo que continuava usando – e fartamente – o AI – 5, a Lei de Segurança Nacional, o aparelho repressivo, promovia algumas reformas políticas nas instituições do poder como a reordenação do papel do Congresso e dos partidos e a reformulação da legislação autoritária, substituindo progressivamente os chamados “atos de exceção” por outras leis que mantinham o conteúdo principal da dominação política.⁶⁵

⁶⁴ BRUM, 2013, p. 281.

⁶⁵ HEBERT, 2001, p. 44.

É importante também citar alguns dos aparatos que foram utilizados pelo governo para que se garantisse que a abertura seria realmente um processo lento. Um desses mecanismos foi a chamada Lei Falcão – do ano de 1976 e nomeada assim devido ao seu proponente, o ministro da justiça Armando Severo Ribeiro Falcão – que visava a reduzir a propaganda política, para que os políticos de oposição não tivessem tanto espaço para visibilidade. Outro instrumento foi o chamado “pacote de abril”, um conjunto de normas que permitia, entre outras coisas, que o poder executivo poderia indicar um terço dos senadores. Tudo isso, possibilitava que a cúpula de poder militar continuasse tomando as principais decisões. Bom lembrar também que as estruturas repressivas da ditadura continuaram a todo vapor. O período de governo de cada presidente foi alargado para 6 anos.⁶⁶

Durante o Governo Geisel, no campo econômico, a conjuntura mundial e os seus reflexos aqui no Brasil, contribuíram para algumas mudanças nos rumos da política econômica da ditadura em geral. A historiadora Marly Job de Oliveira, na sua tese em História Econômica intitulada *A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas (1964 – 1985)*, defende que

Diferente do período do “Milagre” que teve como carro chefe o setor de bens de consumo duráveis, para alavancar o crescimento, concomitantemente a alta concentração de renda para gerar o padrão de consumidor desses produtos o II PND [II Plano Nacional de Desenvolvimento] deveria crescer como base no setor produtor de meios de produção, ou seja de bens e insumos básicos.⁶⁷

A autora cita o II PND, que foi o plano que orientou durante muito tempo a política econômica do governo Geisel e pretendeu dar mais ênfase à produção de bens de produção (aqueles que servem para a produção de outros bens). Tal plano também pretendeu criar grandes obras pelo Brasil (alguns exemplos são a criação das hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu) e estatizar mais a economia. Para tentar resolver o problema da falta de energia, foi criado o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) em novembro de 1975.

O governo do general Geisel, então, optou pela manutenção do ritmo acelerado de crescimento da economia e recorreu com mais ênfase ao imposto inflacionário (média de 38% ao ano durante o seu mandato). Através desse mecanismo o governo garantiu maior lucratividade para o capital e mais recursos para os investimentos expansionistas, em detrimento dos ganhos do trabalho.⁶⁸

⁶⁶ FAUSTO, 2019, p. 420.

⁶⁷ OLIVEIRA, 2007, p. 241.

⁶⁸ BRUM, 2013, p. 290.

A citação acima sintetiza um pouco dos resultados da política econômica ditatorial no Brasil com foco na década de 1970. Uma das características principais desse momento histórico é a busca por uma rápida industrialização do país e falar em “desenvolvimento” era algo muito usual.

Essa política desenvolvimentista do governo federal tem reflexos nos estados. Na Paraíba não foi diferente, vide, por exemplo, os trabalhos tese e dissertação dos historiadores Monique Cittadino e Valber Medes sobre os governos de João Agripino e Ernani Sátiro, já citados nesta monografia.

A industrialização nos anos Geisel foi conduzida no Brasil de forma a adquirir uma espécie de “nova roupagem”. Alguns autores, como é o caso do economista Argemiro Brum (2013), defendem, inclusive, que era estratégia do governo a colocação em prática de um “novo padrão de industrialização”, ao qual já fizemos referência em outras partes desta monografia.

Para o autor, tal modelo deveria fortalecer a indústria de bens de produção, sem deixar de lado a indústria de base. Isso seria uma estratégia de busca por maior independência industrial. Isso é uma das razões que fazem com que alguns historiadores ou economistas aleguem que o governo Geisel apresentou também um caráter “nacionalista”, o que deve ser problematizado. Não se tratava mais daquele “nacionalismo” do período anterior ao golpe de 1964, mas de um “nacionalismo” que dava ampla abertura ao capital multinacional. Vejamos o que diz Argemiro Brum sobre o assunto:

Sua estratégia [a da opção do governo por mais independência industrial] compreendia duas alterações básicas fundamentais: a) o setor de bens de produção (indústria básica), devia assumir a posição de novo carro-chefe e passar a comandar a economia brasileira, em substituição ao setor de bens de consumo duráveis; b) a empresa privada nacional devia assumir a liderança do processo de desenvolvimento brasileiro, em substituição das multinacionais, que deveriam passar a uma situação subordinada. Neste aspecto, o projeto tinha conteúdo nacionalista.⁶⁹

Como já disse na introdução, aqui trabalho com a noção de “autocracia-burguesa” do sociólogo Florestan Fernandes, a partir da qual se pode afirmar que o Estado brasileiro, naquele momento, fora “captado” pela elite burguesa que buscava desenvolver ainda mais o seu projeto de desenvolvimento capitalista e, portanto,

(...) o Estado nacional não é uma peça contingente ou secundária desse padrão de dominação burguesa. Ele está no cerne da sua existência e só ele, de fato, pode abrir às classes burguesas o áspero caminho de uma revolução

⁶⁹ BRUM, 2013, p. 310.

nacional, tolhida e prolongada pelas contradições do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento.⁷⁰

O Estado continuava forte e atuante para reprimir e dar as diretrizes gerais do desenvolvimento econômico que estavam querendo para o Brasil. Quem estava “querendo”? As classes detentoras dos meios de produção brasileiras que estavam associadas ao capital multinacional, como já mostraram autores como o próprio Florestan Fernandes (2006).

1.3. Quem foi Ivan Bichara?

Acabamos de ver um pouco sobre o contexto internacional e brasileiro da década de 1970, momento em que Ivan Bichara assume o governo da Paraíba. Considero igualmente importante conhecermos um pouco sobre sua biografia e trajetória política. Lembro sempre que essa não é a intenção principal deste trabalho, então não me alongarei muito.

O advogado e professor Ivan Bichara não era novo na política antes de assumir o governo do estado da Paraíba. Ele já havia ocupado cargos importantes na política estadual e federal, entre eles os de deputado estadual e federal. Começou sua trajetória política na União Democrática Nacional (UDN), quando foi eleito deputado constituinte da Paraíba no ano de 1947. Cajazeirense, era filho de um comerciante libanês, de nome João Bichara, e fez sua formação inicial em sua cidade natal, mas foi completar seus estudos básicos no Liceu Paraibano, em João Pessoa. O que se pode dizer é que Ivan não veio das classes menos favorecidas, visto, inclusive, a possibilidade de poder haver ido à capital concluir os estudos básicos. De acordo com José Souto, “veio pela mão do padre Carlos Coelho, seu conterrâneo, que naquele ano dirigia o jornal católico *A Imprensa*”.⁷¹

Analisando a trajetória política de Bichara, é notório que ele esteve bastante alinhado a interesses conservadores, chegando até mesmo à direita extremista. Ele foi um dos líderes integralistas na Paraíba, por exemplo. Para conhecer um pouco sobre o seu passado integralista, consultei a dissertação de Mestrado em História de Renato Souza, *A cultura política integralista em cena na Paraíba (1933 – 1938)*.

⁷⁰ FERNANDES, 2006, p. 358.

⁷¹ SOUTO, 1993, p. 168. José Souto escreveu um pequeno capítulo, muito “laudatório” por sinal, a respeito da vida de Ivan Bichara no livro *Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960. 1990*. Vide referências bibliográficas.

Souza (2015) coloca Bichara como um dos principais participantes do Integralismo aqui na Paraíba. Na página 52 de seu texto, por exemplo, o autor apresenta um quadro chamado “quadro organizacional da AIB-PB – 1936” e, nele, Bichara aparece como “chefe do Departamento P. dos estudantes”.⁷² Em outro quadro, intitulado “Núcleos da AIB – PB e seus respectivos chefes 1933 – 1937” (p. 74), o autor mostra nomes de vários líderes integralistas em vários municípios da Paraíba. Ivan Bichara aparece como líder em Cajazeiras no período de abril de 1935 até 1936.

Souza (2015) cita vários discursos de Bichara enquanto líder integralista que via nessa doutrina um caminho para combater o comunismo⁷³. O autor também coloca que muitas das ideias integralistas eram disseminadas na Paraíba através do jornal A Imprensa, ligado à Igreja Católica, e no qual Bichara trabalhou.

[...] o jornal católico não só abria espaço para que os próprios integralistas fizessem suas divulgações como ele mesmo se encarregava de alardear os feitos do sigma. Em muitas notas não autorais divulgadas o grau de admiração e exaltação é de um integralista, de um membro do jornal ou de ambos, já que existiam integralistas que trabalhavam no jornal. a exemplo de Hortensio Ribeiro e Ivan Bichara.⁷⁴

Os historiadores consideram o integralismo a versão brasileira do fascismo. Ideologicamente, o movimento buscou resgatar o que entendiam como sendo as “raízes do país”, a partir de uma verdadeira descrença nos valores liberais. Era baseado num forte nacionalismo. Para além da democracia de base liberal, havia outro inimigo: o comunismo. Era um movimento extremamente militarizado, autoritário (com grande força na Marinha, por exemplo). Chegaram a ser aliados de Getúlio, inclusive o apoiaram quando do golpe de 1937 que instaurou a ditadura do Estado Novo.⁷⁵

Uma coisa interessante a ser destacada é a característica do integralismo de ser contra os valores liberais (aí incluído o liberalismo econômico). Em contradição com isso, o que notamos é que o governo Bichara foi completamente alinhado às diretrizes da política econômica nacional, que por sua vez estava em linha com os interesses do capital multinacional e associado.

⁷² Não identifiquei o que queria dizer o “P”.

⁷³ Durante a década de 1930 eram comuns os confrontos entre grupos integralistas, representados pela Ação Integralista Brasileira (AIB) e grupos de esquerda, principalmente aqueles que se aglomeravam na Aliança Nacional Libertadora (ANL).

⁷⁴ SOUZA, 2015, p. 124.

⁷⁵ MAIO & CYTRYNOWICZ, 2014.

Numa entrevista de Bichara ao CPDOC de 1980, citada por Souza (2015) em sua dissertação, ele cometa sobre o motivo de haver ingressado no integralismo: “[...] eu tive no integralismo uma oportunidade que foi me dedicar aos estudos dos problemas brasileiros. Isso eu acho que para mim serviu e numa ideia difícil para todos os jovens, em vez de me preocupar com outras coisas, eu fui estudar problemas brasileiros”⁷⁶.

O integralismo foi combatido, tanto por forças democráticas – por exemplo a Aliança Nacional Libertadora, ANL⁷⁷ – quanto pelo Estado Vargasista, mas a atuação de Bichara na política não parou aí. As décadas de 50 e 60 foram importantes nesse sentido. Quando a Era Vargas chegou ao fim, Ivan fez parte do grupo de parlamentares que se opunha ao “populismo” anterior ao golpe de 1964.

Em outubro de 1954 elegeu-se deputado federal pela Paraíba, novamente na legenda da Coligação Democrática Paraibana. Deixando a Assembléia Legislativa em janeiro de 1955, no mês seguinte assumiu sua cadeira na Câmara Federal. Em abril de 1957 tomou-se vice-líder do Bloco Parlamentar de Oposição, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) e vice-líder da minoria e do PL. No pleito de outubro do ano seguinte, elegeu-se segundo-suplente de deputado federal, sempre pela Paraíba, na legenda da coligação formada pela UDN e pelo PL. Exerceu o mandato de julho a agosto de 1959, de março a agosto e de setembro a outubro de 1961 e, finalmente, de abril a maio de 1962. Em outubro desse ano concorreu mais uma vez a uma cadeira de deputado federal pela Paraíba, na legenda da UDN, obtendo novamente a segunda suplência e exercendo o mandato de junho a outubro de 1963 e de agosto a setembro de 1964.⁷⁸

Bichara apoiou o golpe militar de 1964 e, no documento supracitado, podemos ver que chega a exercer funções de alta confiança durante o regime. Nomeado pelo próprio executivo federal, foi presidente do Conselho Consultivo das Caixas Econômicas Federais, durante o governo de Castelo Branco, por exemplo. Em 27 de outubro de 1965, devido à instauração do bipartidarismo no país via Ato Institucional número 2⁷⁹, ele filia-se ao partido da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Sempre favorável às mudanças que estavam sendo operadas após o golpe que derrubou o presidente João Goulart, ele conseguiu chegar ao posto máximo do executivo estadual na Paraíba, no ano de 1975. Sua eleição indireta foi marcada por

⁷⁶ BICHARA, Ivan. CPDOC, 1980 *apud* SOUZA, 2015, p. 7 – 8.

⁷⁷ Organização de esquerda que defendia uma agenda de “conteúdo nacionalista” (FAUSTO, 2019, p. 307).

⁷⁸CPDOC. Ivan Bichara Sobreira. Documento disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ivan-bichara-sobreira>>. Acesso em 18 de janeiro de 2020.

⁷⁹ Mais especificamente, através do Ato Complementar ao AI-2, Ato nº 4. O documento com o AI-2, pode ser consultado o site do Planalto Federal. Vide: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

amplos conflitos. Como já vimos, a conjuntura pós 1973 já era de ampla contestação ao regime (inclusive o MDB já ganhava mais visibilidade) e, no plano estadual, a ARENA estava dividida em duas alas que disputavam o nome que sucederia o então governador da Paraíba, Ernani Sátiro. São as eleições indiretas de 1974 que levam Bichara ao governo do estado. Vejamos agora como se deu esse processo.

1.4. Bichara chega ao governo do estado

Quando das eleições indiretas de Ivan Bichara para o governo da Paraíba em 1974, o partido da ditadura no estado estava extremamente dividido em dois grupos. A edição da *Revista do Fisco* de março de 1975 registrou esse embate: um desses blocos era liderado pelo ex-governador João Agripino e defendia que o sucessor de Sátiro deveria ser Juarez Farias, o qual fora secretário de Planejamento do estado. De outro lado estavam os emanistas que, sob o comando do próprio Ernani Sátiro, apoiavam Ivan Bichara como candidato.

O processo de chegada de Bichara ao poder executivo estadual gerou grande mobilização da grande mídia paraibana e contou com a participação do então presidente Geisel. Os primeiros meses de 1974 foram bastante agitados politicamente e várias reuniões foram feitas pelo presidente nacional da Arena, o senador Petrônio Portella, no sentido de se definir um nome para a sucessão do então governador Ernani Sátiro.

De acordo com matéria do *Correio da Paraíba*, publicada em 09 de maio de 1974, Petrônio inclusive se reunira com João Agripino e Ernani Sátiro no Palácio da Redenção para tratar da sucessão. A manchete de uma notícia dizia “Governador será indicado na próxima semana”, seu subtítulo: “Divergências de João e Ernani não existem”. Nota-se que a Arena paraibana queria passar, via mídia, uma imagem de tranquilidade em meio às tensões. De acordo com essa notícia, Agripino havia feito referência à necessidade de todos – da Arena - apoiarem o nome escolhido para o “pleito”, embora ainda não houvessem definido quem ele seria, efetivamente. No arquivo dos governadores, presente na Fundação Casa de José Américo, em João Pessoa, podemos encontrar uma série de documentos periódicos recortados relativos a esse processo.

Ainda de acordo com a matéria supracitada, havia alguns nomes que já estavam sendo estipulados para substituir Sátyro. 6 deles, no entanto, já eram de fato sabidos: Ivan Bichara, Juarez Farias, Dorgival Terceiro Neto, Teotônio Neto, Girlando Martins e Clóvis Bezerra. Claro que isso ainda dependeria da votação dos membros da Arena no estado, mas nos fins das contas quem realmente definiria quem sairia “candidato”⁸⁰ seria o presidente da República.

A escolha de Geisel por Bichara teve muito a ver com a atuação de Ernani Sátyro. Este chegara a fazer viagens a Brasília para tratar com o alto escalão do governo federal a sua sucessão. No dia 13 de maio de 1974 foi à capital federal para “tratar dos últimos trâmites da transição”⁸¹. Mas, podemos nos perguntar: por que Sátyro apoiou a Bichara? O primeiro via o segundo como um possível diminuidor das tensões dentro da Arena paraibana, mas também destacava a sua suposta capacidade técnica e alinhamento às diretrizes gerais da ditadura em curso no país. Nesse conjunto de documentos, por eu já referido, que se encontra na Fundação Casa de José Américo, há um recorte de uma matéria do Diário da Borborema, onde Ernani expõe alguns dos motivos que o levaram a decidir por Ivan:

Parecia-me que ele é que reunia o melhor conjunto de qualidade. Tem capacidade administrativa comprovada. Capacidade administrativa não é só ser mestre de obras. Eu nunca tinha sido mestre de obras não. O homem que administrou bem uma Assembleia Legislativa, ele tem capacidade administrativa. Um homem que foi membro do Conselho Consultivo das Caixas Econômicas e responsável pela política de habilitação popular do Brasil, este homem tem capacidade administrativa. O homem que foi um bom deputado federal, um bom deputado estadual, quer dizer, isto são qualidades.⁸²

Na verdade, a relação dentre Ernani e Ivan era muito antiga, ao que tudo indica. Em 2018, por comemoração do centenário do nascimento deste último, a revista *Genius* lançou, na edição de maio/junho, uma série de artigos sobre a vida e obra de Ivan Bichara. Grande parte desses artigos é sobre sua carreira no âmbito literário⁸³, mas há alguns textos curtos também sobre sua atuação política. O primeiro capítulo dessa edição (chamado “Retrato de um homem público. Ivan Bichara”) é basicamente a reprodução de uma entrevista de Ernani Sátyro publicada no jornal estatal *A União*, em 26 de maio de 1974. Nela, Sátyro fala de sua antiga ligação com Ivan desde muito

⁸⁰ As aspas se justificam pois não existia realmente livre concorrência entre os candidatos. Geralmente quem o presidente escolhia, seria o novo governador.

⁸¹ SOUTO, José. *O Norte*. 14 de maio de 1974.

⁸² SÁTYRO Ernani, in *Diário da Borborema*, 02 de junho de 1974

⁸³ Não é minha intenção explorar isso aqui, mas Bichara escreveu muitas obras literárias; talvez as duas mais importantes sejam *Carcará* (1984) e *Tempos de Servidão* (1988).

tempo. Ele faz referência a uma relação de amizade entre os dois. Segundo ele, Ivan fora “bravo” quando do processo de reconstitucionalização do país em 1945, por exemplo. Uma coisa interessante é que Sátyro conta que ele próprio quem indicara Ivan a Castelo Branco, para o cargo de presidente do Conselho Consultivo das Caixas Econômicas Federais.⁸⁴

Importante destacar que, ao que tudo indica, Bichara não foi o primeiro nome que veio à mente de Sátyro para sucedê-lo. Nessa mesma revista supracitada, há um artigo do historiador José Octávio onde ele diz que:

“Rompido com João Agripino [em 1972] a quem sucedera, o Governador Ernani Sátyro procurou encaminhar substituto na pessoa do desembargador Hermes Pessoa conhecido pela capacidade de realização. Como este não fosse [sic] filiado à ARENA o nome que despontou foi o do ex-deputado federal e ex-ministro do Superior Tribunal do Trabalho, Fernando Nóbrega, desaconselhado pela família”.⁸⁵

Bichara recebeu também apoio do ex-governador José Américo (muito ligado a ele), mas também contou com suporte da Associação Comercial do Rio de Janeiro, onde trabalhara. Ainda de acordo com José Octávio: “Calçado por José Américo, Ernani Sátyro e Associação Comercial do Rio de Janeiro, o nome de Ivan correu fácil, o que lhe garantiu a governança da Paraíba, no ano seguinte, quando lhe coube suplantar, em tranquila eleição indireta⁸⁶, os agripinistas Juarez e Octacílio Silveira”.⁸⁷

O anúncio de que ele fora o escolhido pelo presidente Geisel veio no dia 24 de maio de 1974, curiosamente no dia do seu aniversário. De acordo com a edição do jornal *O Momento* do dia 27 de maio daquele ano, sob a manchete de “Happy end⁸⁸ da sucessão”:

Como a notícia chegou à Paraíba não se sabe bem ao certo. Alguns dizem que o primeiro a transmiti-la foi o senador Domício Gondim, numa ligação telefônica para Nolo Pereira, o seu candidato a vice-governador. Daí em diante as emissoras começaram a transmitir intermináveis boletins especiais, muito embora a notícia não tivesse sido confirmada oficialmente. O próprio Palácio da Redenção aguardava uma confirmação de Brasília, que chegou por volta das 14 horas, na palavra do governador Ernani Sátyro.⁸⁹

⁸⁴ SÁTYRO, Ernani. Retrato de um homem público: Ivan Bichara. **Genius**. *Centenário de nascimento de Ivan Bichara Sobreira*. João Pessoa - PB, n 31 p. 5 – 6, mai./ jun. 2018.

⁸⁵ MELLO, 2018, p. 31. No texto: Deputado estadual, deputado federal, governador: a trajetória política de Ivan Bichara. In: **Genius**. *Centenário de nascimento de Ivan Bichara Sobreira*. João Pessoa - PB, nº 31, p.27 – 33, mai./ jun. 2018.

⁸⁶ Podemos problematizar esse termo trazido pelo autor, pois estamos vendo aqui que as eleições de 1974 foram marcadas por enormes disputas dentro da própria Arena. Além disso, o país por inteiro vivia momentos de grande contestação ao regime antidemocrático instaurado. Não havia “tranquilidade” de fato, mas era essa a ideia que queria passar a ditadura às pessoas em geral. Para tal usava-se de seu aparato repressor, dentro de um sistema extremamente antidemocrático.

⁸⁷ Idem; *Ibidem*; p. 31.

⁸⁸ Expressão de língua inglesa que quer dizer “final feliz”.

⁸⁹ *O Momento*, 27 de maio de 1974.

O MDB da Paraíba, até mesmo como maneira de protestar contra a ditadura, não teve candidato para governador nas eleições que aconteceram no mês de outubro daquele ano. No entanto, na corrida para o Senado, a vitória foi de Ruy Carneiro (MDB). Bichara, junto com seu vice – o advogado Dorgival Terceiro Neto – ganham as eleições indiretas na Assembleia Estadual (03 de outubro de 1974). No discurso que faz nesse dia, ele se apropria de texto bíblico e diz “venho para servir e não para ser servido”⁹⁰.

Somente um pouco após haver dito isso, ele afirma: “compreendemos e louvamos, mais uma vez o esforço consciente e salvador da Revolução de Março e desejamos que se aperfeiçoem, num clima de confiança, de progresso e tranquilidade, os instrumentos da evolução democrática e de harmonia social”.⁹¹

Bichara louvara o golpe que instaurou um regime de exceção no país, responsável por perseguir, torturar e matar milhares de pessoas. Totalmente alinhado às demandas ditatoriais do poder executivo nacional, ele ignorara as várias lutas por democracia que estavam a todo vapor pelo país e escondera a intensa luta de classes que marcara aquele momento.

Toma posse no dia 15 de março de 1975, sendo, assim, o 35º governador da Paraíba. Em comemoração, uma missa foi realizada na Catedral Metropolitana em João Pessoa, a qual contou com a presença de vários bispos paraibanos⁹². A posse de Bichara foi comandada pelo presidente da Assembleia, o deputado Waldir dos Santos Lima. Após o evento, ele e Sátyro discursam em palanque a respeito do governo que se iniciara⁹³. A expectativa da grande mídia era de que ele desse continuidade ao programa do seu sucessor e controlasse os conflitos no seio da Arena. Na coluna de política, da edição do dia 26 de maio de 1974 do jornal *O Norte*, o jornalista José Souto escreveu que Bichara teria “a tarefa gigantesca de juntar os cacos de telha de um casarão desmoronado – a Aliança Renovadora Nacional, secção Paraíba”⁹⁴. Na edição do dia 2 de junho do mesmo ano, uma matéria do *Diário da Borborema* também falava das expectativas de prosseguimento das políticas emanistas.

⁹⁰ BICHARA, Ivan. Discurso perante a Assembleia Legislativa, depois de eleito em 3 de outubro de 1974. In: Primeiros pronunciamentos. Governo da Paraíba, João Pessoa, 1978, p. 8.

⁹¹ Idem; *Ibidem*; p. 9.

⁹² *A União*, 15 de março de 1975.

⁹³ *A União*, 16 de março de 1975.

⁹⁴ SOUTO, José. *O Norte*. 26 de maio de 1974.

Em discurso de posse, que aconteceu na Assembleia Legislativa paraibana em 15 de março de 1975, Bichara diz: “sob a inspiração do lema adotado pelo Presidente Ernesto Geisel – desenvolvimento com segurança – desfrutamos, apesar das investidas de subversão, de um clima de ordem, de paz, de trabalho, de progresso, de liberdade com responsabilidade”⁹⁵. “Desenvolvimento com segurança” significava a continuidade do processo de aprofundamento das relações capitalistas de produção no estado ao tempo em que o aparato repressor continuaria a perseguir aqueles contrários aos projetos da ditadura.

A organização do seu governo aconteceu muito antes de sua posse e contou com a participação de vários técnicos que o auxiliaram na estruturação de seu programa de governo. Tudo isso foi expresso no Planag (Plano de Ação do Governo), que visou a orientar a atuação do executivo durante todo o mandato. Sobre o Planag falarei mais adiante, no segundo capítulo desta monografia. Importante destacar que, não muito diferente do que se passava no plano nacional, ou mesmo não muito diferente do que já acontecera no governo do seu antecessor⁹⁶, o governo Bichara estava recheado de técnicos que ocupavam postos importantes da administração estadual, como as secretarias. Agora, vamos tentar compreender um pouco como foi a estruturação desse governo.

1.5. Relação Bichara – Geisel

É bem sabido que Ivan Bichara mantinha ligações com a alta cúpula da Ditadura Militar em âmbito nacional, vide, por exemplo, a sua indicação para o cargo de presidente do Conselho Consultivo das Caixas Econômicas Federais durante o governo de Castelo Branco, período que alguns autores chamam de “institucionalização do regime”.⁹⁷ No início de agosto de 1975, Geisel realizou um pronunciamento em que tratava da abertura política. Aqui nesta monografia, já pudemos ver algumas características desse momento. Seu pronunciamento foi

⁹⁵ BICHARA, Ivan. Discurso perante a Assembleia Legislativa, em 15 de março de 1975. In: Primeiros pronunciamentos. Governo da Paraíba, João Pessoa, 1978, p. 8.

⁹⁶ Vide: MENDES, Valber Nunes da Silva. Um “homem da revolução”: a atuação política de Ernani Sátiro como governador da Paraíba (1970-1975). Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019.

⁹⁷ Isso se deveu, por exemplo, aos 4 Atos Institucionais que foram baixados nos primeiros atos da Ditadura.

bastante elogiado pelo governador da Paraíba, o qual chegou a enviar para o chefe do executivo um telegrama o qual expressava a sua admiração. Esse texto foi publicado o jornal *A União*. Vejamos o que ele dizia:

Tenho a hora de felicitar Vossa excelência pelo claro e alto pronunciamento do dia dois do corrente, firmando e dando perfeita continuidade aos processos renovadores da Revolução de Março. Permita Vossa Excelência destacar nessa fala à Nação a parte que acentua o problema da distensão integrada que vale como um roteiro para a libertação do povo brasileiro do desenvolvimento *[sic.]* e como uma nova e gradual, gradual e racional abertura para a prática plena da democracia. Cordiais saudações – Ivan Bichara Sobreira – Governador do Estado da Paraíba.⁹⁸

Durante o governo do presidente Ernesto Geisel, essa proximidade ainda se matinha. O próprio Geisel chegou a viajar à Paraíba em duas ocasiões em que trocou palavras com o governador do estado, as quais expressavam apoio mútuo. O ditador já havia sido secretário de Fazenda e Obras Públicas do estado da Paraíba durante a gestão do governador Gratuliano de Brito na década de 1930.

Geisel esteve na Paraíba durante os dias 3 e 4 de junho de 1976 e, na ocasião, visitou alguns municípios como a capital João Pessoa, a agrestina Campina Grande e a sertaneja Patos. Também esteve presente na Universidade Federal da Paraíba. Em Patos, uma das principais intenções da visita foi a criação de um projeto de dinamização econômica para a região Sertão, chamado de “Projeto Sertanejo”.

Importante destacar que o jornal oficial do governo do estado também fez uma certa propaganda para o regime a nível nacional. Uma matéria do jornal *A União*, por exemplo, publicada na edição de 3 de junho de 1976, teve como título “A Paraíba de Geisel, um lugar tranquilo”. Era claramente uma tentativa de esconder a real situação do estado, em que opositores ao poder instituído eram perseguidos, a inflação era preocupante. A nível também nacional os protestos contra a ditadura tornavam-se mais corriqueiros. A repressão ainda acontecia.

1.6. A organização do governo de Bichara

Assim como seus antecessores, Bichara também organizou seu governo visando a dar continuidade ao processo de desenvolvimento do capitalismo dependente no estado da Paraíba. Composta por muitos técnicos e programas de planejamento, sua administração deu continuidade às gestões Agripino e Sátyro e

⁹⁸ *A União*, 8 de agosto de 1975.

esteve copiosamente alinhada aos interesses das classes burguesas estaduais pela própria essência do modelo de desenvolvimento econômico da ditadura, o qual Bichara defendia. Definitivamente não era um projeto que buscasse a redução das desigualdades no Brasil. Classista, o projeto ditatorial quis fazer o “bolo crescer” – como vimos no início do capítulo – nas mãos dos que mais detinham capital, o que gerou incrível concentração de renda no país.

Para que o desenvolvimento pudesse servir de maneira efetiva ao capital, era necessária a montagem de uma estrutura técnica sofisticada e isso se refletiu bastante na escolha do secretariado do governo Ivan Bichara. Isso não era novo na política estadual. Mendes (2019), por exemplo, já analisara o fenômeno em relação ao governo de Ernani Sátyro, e Cittadino (2006) já mostrara em sua tese de doutoramento como o governo João Agripino articulou toda uma rede de planejamento que pudesse subsidiar o tal “desenvolvimento” da Paraíba. Por hora, vejamos quem ocupava os principais cargos da administração na seguinte tabela:

Membros do governo Ivan Bichara em sua formação inicial

ÓRGÃO	RESPONSÁVEL	OCUPAÇÃO
Casa Civil	Fernando Milanez	Advogado
Casa Militar	Benedito Júnior	Militar
Polícia Militar	Adolpho Maia	Militar/Engenheiro/Economista
Secretaria de Administração	Homero Leal	Advogado
Secretaria de Agricultura	Humberto de Freitas	Várias formações na área de planejamento agrícola.
Secretaria de Divulgação e Turismo	Otinaldo Lourenço	Jornalista
Secretaria de Educação e Cultura	Tarcísio Burity	Advogado/Professor
Secretaria de Finanças	Luiz Coutinho	Técnico em Administração Financeira
Secretaria do Interior e Justiça	Joacil de Brito	Advogado
Secretaria de Planejamento	Francisco Cartaxo Rolim	Advogado/Técnico em Desenvolvimento econômico
Secretaria de Saúde	Clóvis Bezerra	Médico
Secretaria de Trabalho	Maria Violetta	Formada em História e Geografia

Secretaria dos Transportes, Comunicações e Obras	José Carlos Dias de Freitas	Professor
Secretaria de Indústria e Comércio	Marcelo de Figueiredo Lopes	Engenheiro
Prefeitura da Capital	Hermano Almeida	Engenheiro

Tabela 1: Fonte: *Revista do Fisco*, nº 32, mar. 1975.

A tabela acima evidencia o caráter técnico do secretariado de Bichara. Muitos desses funcionários da sua administração já haviam exercido cargos eletivos no poder legislativo como é o caso de Joacil de Brito (também amplo apoiador do golpe de 1964); outros, foram funcionários de grandes empresas ou órgãos de desenvolvimento. Esse é o caso de Edísio Souto que chegou até mesmo a dirigir o Banco do Brasil. Francisco Cartaxo, por exemplo, foi alto funcionário da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Os técnicos, alinhados ao projeto da ditadura, seriam fundamentais para a concretização do projeto de político-econômico defendido pelo regime militar. Aqui, não temos como não citar o cientista político René Armand Dreifuss que, em sua obra *1964: a conquista do Estado* – publicada em 1981 pela Editora Vozes –, diz isso, além de analisar a participação desses agentes na construção do projeto de “tomada do poder” e instauração de um regime cada vez mais favorável ao grande capital. O autor os chama de “tecnobucratas” e entende que eles funcionavam como “intelectuais orgânicos” (nos termos de Gramsci); além disso, estavam em postos-chave da administração pública fortemente presentes desde o governo de Juscelino Kubitschek, quando se aprofundara a entrada de capital “multinacional e associado no país”⁹⁹. Isso acontecia em nível nacional, mas tinha reflexos também nos estados.

Muitos desses técnicos eram ligados ao alto comando da Escola Superior de Guerra, que defendia a ideia de “desenvolvimento com segurança”. O engenheiro Hermano Almeida, por exemplo, escolhido por Bichara para ser prefeito de João Pessoa era membro da Associação dos Diplomatas da ESG. Alguns deles também eram empresários ou coisas similares. Um exemplo que se aproxima disso no governo Bichara é o caso do escolhido para chefiar a Casa Civil do estado, o qual chegara a comandar vários clubes esportivos na capital paraibana.¹⁰⁰

⁹⁹ DREIFUSS, 1981.

¹⁰⁰ *Revista do Fisco*, nº 32, mar. 1975.

Ainda sobre esses técnicos (que desde muito já se adentravam na administração pública) vejamos, de uma forma geral, o que nos diz René Dreifuss:

A qualificação e perícia dos profissionais (denominados técnicos ou tecnocratas após 1964) como economistas, engenheiros, administradores etc. não deveriam obscurecer o fato de que esses homens ocupavam cargos diretoriais de grandes companhias. Esses agentes sociais serão doravante designados como tecno-empresários para enfatizar suas funções empresariais nos papéis “neutros” mas abrangentes que eles desempenhavam. A presença desses tecno-empresários nos aparelhos políticos e burocráticos do Estado era bastante instrumental ao estabelecimento e desenvolvimento de um complexo financeiro-industrial estatal integrado de produção e domínio.¹⁰¹

Importante destacar que, no que se refere ao governo Bichara na Paraíba, em geral a atuação dos empresários especificamente se dava mais de fora do governo do que instalado nele próprio em grandes cargos de confiança. Outra coisa que deve ser levada em conta aqui é que, entre os técnicos que constituíram o secretariado de Ivan, alguns deles são mais influentes, pela própria importância do cargo que exerciam.

Algumas secretarias desempenharam papel fundamental no desenrolar do projeto administrativo do período que estou analisando. São elas: a Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Finanças, a Secretaria de Indústria e Comércio e, por fim, a Secretaria de Planejamento. Foram elas que deram o maior suporte ao projeto político-econômico que foi implantado na Paraíba entre 1975 e 1978. Destaco aqui que a Secretaria de Indústria e Comércio foi criada em julho de 1975 através da lei nº 3.784 e tinha como principal objetivo, como mostram as fontes, o fomento à exportação (bem como ao comércio interno) e dar suporte aos distritos industriais que já existiam pelo estado.

Visando a continuação da política de incentivos fiscais, houve o fortalecimento do Banco do Estado da Paraíba (BEP) em nível de aumento de capital e houve a expansão do número de agências, inclusive fora da Paraíba. No estado, algumas cidades vistas como potenciais ao “desenvolvimento” foram escolhidas para ganharem centros de atendimento como foi o caso de Guarabira. As agências do BEP funcionavam como um meio no qual o empresariado local encontrava crédito relativamente fácil.

Em ação coordenada, vários órgãos foram criados para se integrar os vários entes da administração pública. Um deles foi o CODEL (Grupo de Trabalho para

¹⁰¹ DREIFUSS, 1981, p. 72.

Coordenação do Desenvolvimento Local) que visou a uma maior articulação entre os eixos federal, estadual e municipal no intuito de desenvolvimento de estudos que planejassem o “desenvolvimento” estadual. Criou-se também a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba (EMATER – PB) e o Núcleo de Promoção de Exportações da Paraíba (PROMOEXPORT-PB). Entretanto, muitas das instituições que desempenharam papel importante no governo Bichara já existiam. Foram criadas por seus antecessores. Uma delas é a CIDAGRO (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário), da qual falaremos mais adiante no segundo capítulo.¹⁰²

Quando eu estava analisando as fontes do período, muitas delas falavam que o processo de desenvolvimento da Paraíba deveria buscar a sua “vocaçãõ”. Uma dessas fontes é a própria *Revista do Fisco* com que venho trabalhando e cujo grupo que a produzia era praticamente integralmente ligado ao governo Bichara. A edição dessa revista de abril de 1976 expôs que “Os projetos devem identificar verdadeira vocaçãõ da Paraíba” e, em seguida, diz que

Dentro dessa política, dá-se ênfase aos empreendimentos que possam contribuir para uma maior integração com o setor primário da economia; busca-se fortalecer o processo industrial em consolidação nos Distritos Industriais de João Pessoa e Campina Grande ao mesmo tempo em que intenta interiorizar a atividade fabril, identificando vocações empresariais [sic], criando áreas industriais em cidades de manifesta vocaçãõ para o setor e desenvolve - se um esforço no sentido de descobrir os recursos minerais do nosso subsolo considerando-se a mineração uma opção a mais para o desenvolvimento econômico do estado.¹⁰³

Que “vocaçãõ” era essa? A análise que foi feita pela revista levou em consideração o Plano de Ação do Governo, que priorizou o que Bichara chamava de “setores diretamente produtivos” em seus discursos. Em outras palavras: a agricultura e a indústria. Importante destacar aqui que não era qualquer indústria, mas vê-se o desenvolvimento de uma “agroindústria”, o que de certa forma conservava a dependência do estado em relação à “grande indústria” de bens de consumo duráveis do Sudeste. Mais uma vez: isso não era novo no estado. Vide, por exemplo, o que escreveram Cittadino (2006) e Mendes (2019). Aqui na Paraíba, o processo de “industrialização” deve ser relativizado, pois não significou, de maneira alguma, o rompimento com a dependência com as bases agrárias de produção. A historiadora

¹⁰² *Revista do Fisco*, Ano VIII, nº 40, fev/mar. 1976.

¹⁰³ *Revista do Fisco*, ano VII, nº 40, abril/mai. 1976, p. 25.

Monique Cittadino já notara isso, quando analisou o governo de João Agripino. Segundo a autora, naquele momento:

[...] percebe-se o tradicionalismo e o pequeno dinamismo da indústria paraibana, que continua marcada pela dependência em relação ao setor agrícola, na medida em que os produtos industrializados utilizam, como matérias-primas principais, aquelas oriundas da agricultura. Ainda, evidencia-se a importância da tríade algodão, cana-de-açúcar e sisal, tradicionais produtos da agricultura paraibana, que servem de base aos principais produtos industriais, cabendo, aos tecidos de algodão, o papel de produto tecnologicamente mais sofisticados.¹⁰⁴

Mendes (2019), quando estudou o governo de Ernani Sátyro, notara processo similar, por mais que tenha havido efetivo desenvolvimento dos ramos industriais. Sobre Bichara, apesar de haver igualmente conservado as bases de dependência do estado ao setor primário – o próprio governador admitia essa dependência, ao menos nos primeiros anos de seu governo – e ao secundário agroindustrial, seu governo foi organizado para tentar “modernizar” as forças produtivas do estado. Isso tinha como pano de fundo também o II PND do governo Geisel, o qual, para Oliveira (2006) “[...] atendia a pressão pela modernização das regiões não industrializadas do país mediante a descentralização espacial dos projetos de investimentos [...]”¹⁰⁵.

No contexto, um órgão que teve bastante atuação na Paraíba durante o governo Bichara foi SUDENE¹⁰⁶, que fornecera capital para investimentos nos estados nordestinos e aprofundara entre os governos estaduais as noções de “planejamento”. Na visão de alguns autores, como Francisco de Oliveira, esse órgão fora captado pela burguesia internacional-associada¹⁰⁷ e, por isso, serviu mais ao aprofundamento da dependência do capitalismo nordestino àquele multinacional e nacional-associado os quais desde o governo Juscelino adentravam cada vez mais no Brasil em geral e no Nordeste.

Ivan Bichara foi defensor da SUDENE e participou de muitas reuniões desse órgão junto a governadores de diferentes estados nordestinos na busca de atrair capital para a Paraíba e possibilitar o seu “desenvolvimento”. Logo em dezembro de 1975, ele chegou a participar de uma reunião no Conselho Deliberativo daquele órgão e, na ocasião, reivindicara que no Nordeste houvesse destilação de álcool propondo

¹⁰⁴ CITTADINO, 2006, p. 297.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, 2007, p. 236.

¹⁰⁶ Lembremos que isso não pode ser considerado uma coisa específica visto que seus antecessores também estiveram alinhados aos programas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

¹⁰⁷ OLIVEIRA, 1981.

o uso da mandioca para tal. Isso tinha relação com o Programa Nacional do Alcool, que havia sido lançado pelo governo Geisel no mês anterior.¹⁰⁸

A busca pela renovação das formas de se produzir no estado deveria ser feita na introdução de melhores tecnologias. A agricultura, por exemplo, deveria ser do tipo “empresarial”¹⁰⁹ e isso, claro, não favoreceu o pequeno produtor que não dispunha, de maneira alguma, de meios que fizessem de sua pequena plantação uma empresa competitiva. Essa política estava alinhada às diretrizes gerais da ditadura, as quais privilegiavam o grande latifúndio, não à toa a tamanha concentração de terras que aconteceu naquele momento¹¹⁰.

Os programas do governo estadual caminharam lado a lado com os projetos da ditadura e isso tudo foi bastante planejado e sistematizado ao tempo que discutido com as classes dominantes e militares. Sempre é bom que se lembre que, neste trabalho, utiliza-se o método materialista histórico e, nesse sentido, é importante que se reforce a ligação dos militares como integrados a um estado de caráter burguês, tal como é o estado no capitalismo, como nos ensinou Marx. Ainda em junho de 1975, Bichara fez uma palestra na Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra (ADESG) e apresentou alguns princípios de seu governo no que diz respeito à sua política econômica. Na ocasião, ele teceu alguns objetivos para a sua gestão, tudo em sintonia com o que dizia o Plano Nacional de Desenvolvimento e metas que já constavam em outro documento organizado pela equipe de Bichara, intitulado “Diagnóstico e diretrizes”. Vejamo-nos:

- a) - promover a integração da Paraíba ao processo de desenvolvimento do País e da Região;
- b) – reduzir as disparidades inter-regionais de renda;
- c) – assegurar ao longo do processo de evolução econômica uma crescente melhoria da qualidade da vida da população nordestina; e mais
- d) – interiorizar o processo de desenvolvimento de modo a assegurar sua distribuição espacial mais harmônica.¹¹¹

¹⁰⁸ Revista do Fisco, nº 38, dez. 1975.

¹⁰⁹ Revista do Fisco, nº 40, fev/mar. 1976.

¹¹⁰ Muitos autores já argumentaram nesse sentido. Sobre isso, vide, por exemplo: PRIETO, G. F. T. *A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira*. Mercator, Fortaleza, v. 16, e16003, 201. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v16/1984-2201-mercator-16-e16003.pdf>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2020.

¹¹¹ BICHARA, Ivan. Objetivos do Governo: Palestra proferida na ADESG no dia 11 de junho de 1975, no auditório do INPS. In: *Primeiros pronunciamentos*. Governo da Paraíba, João Pessoa, 1978, p. 56.

No mesmo documento estão listados alguns “objetivos e propósitos” para os setores primário e secundário da economia. Vale a pena transcrevê-los aqui. De início, vejamos o que foi apontado para o setor primário:

- a) – Elaboração de projetos agro-pecuários numa ação integrada em algumas, em algumas micro regiões do Estado, segundo a orientação e definição do POLONORTESTE.
- b) – Ultimação dos projetos de aproveitamento dos vales unidos em convênio com o INCRA.
- c) – Implementação do Projeto Nacional de Sementes – PLANASEM, a ser financiado pelo Ministério da Agricultura.
- d) – Adoção de um conjunto de medidas visando ao suprimento de insumos e equipamentos modernos. Para tanto, pretendemos dinamizar a CIDAGRO, tornando essa empresa instrumento de apoio ao setor privado.
- e) – Intervenção no processo de comercialização de produtos agrícolas que interessem a larga faixa da população através do estímulo às [sic] Cooperativas e da construção de armazéns pela CIDAGRO.
- f) – Dinamização da CEASA, principalmente no que respeita à formação e funcionamento de mercados expedidores.
- g) – Decidido apoio ao programa de eletrificação rural, sobretudo em áreas de maior potencial agrícola e com vocação para a pequena irrigação.¹¹²

Em linhas gerais, os projetos para o campo a agricultura visavam a aumentar ainda mais a produção ao passo em que ela era “modernizada” a partir dos vários órgãos estaduais que atuavam nessa área. Lembrando que boa parte dos bens de produção utilizados para esse fim era comprada na indústria do Sudeste. Nessa mesma palestra, Bichara também mencionara as “diretrizes” para o campo industrial:

- a) – intensificação do conhecimento de nossos recursos minerais, como primeira etapa para uma política de industrialização. Não basta afirmar que o sub-solo paraibano é rico. É preciso conhecer a dimensão dessa riqueza. E só a pesquisa mineralógica poderá fornecer respostas concretas;
- b) – estímulo à implantação de fábricas que usam matérias primas existentes no Estado proporcionando maior integração dos setores primário e secundário, como no caso das indústrias têxteis e de confecção e de couros e calçados;
- c) Tentar integrar o desenvolvimento industrial da Paraíba com o do Nordeste, através da exploração de oportunidades de investimentos complementares ao esforço que se desenvolve em outros Estados;
- d) – ampliar e melhorar os Distritos Industriais de João Pessoa e Campina Grande, complementando-os com obras de infra-estrutura;
- e) – interiorizar o processo de industrialização sem forçar o deslocamento de investimentos que normalmente ficariam no litoral, mas através do estímulo à pequena e média indústria vocacionando para o interior. Pretendemos realizar estudo de identificação de oportunidades novas e despertar o empresário do interior, a processar em fábricas as matérias primas agrícolas e pecuárias lá produzidas.¹¹³

¹¹² Idem; *Ibidem*; p. 58.

¹¹³ Idem; *Ibidem*; p. 59 - 60.

As metas do governo são conservadoras e não se diferenciam tanto daquelas dos antecessores de Bichara¹¹⁴, no sentido de que não alteram de maneira considerável a política econômica dos governadores anteriores a Bichara. Também não visou a transformações mais amplas na indústria paraibana. Vide que tais objetivos almejavam uma industrialização de bens tradicionais – fala-se em “indústrias têxteis e de confecção e de couros e calçados”, por exemplo.

Talvez uma diferença considerável seja a maior ampliação da política estadual de mineração. Ela seria implementada principalmente no interior do estado, em condições bem precárias, mas, de acordo com Bichara, a mineração seria “matéria prima para o desenvolvimento industrial e componente da produção do homem do interior, visando à melhoria de suas condições de vida”¹¹⁵.

Na verdade, com pouquíssimos direitos trabalhistas, os operários da mineração do interior mais serviram ao desenvolvimento industrial de outras partes do país e, em menor escala, de distritos industriais na própria Paraíba (diga-se, os de Campina Grande e João Pessoa) na medida em que eram mão de obra para a produção de mais e mais matéria-prima. Lembremos sempre da ideia de “divisão regional do trabalho”, de Francisco de Oliveira, com a qual estou dialogando aqui nesta monografia. Tudo isso eu analisarei melhor no segundo capítulo desta dissertação, onde tratarei do Plano de Ação do Governo (Planag) e seu desenrolar nos setores econômicos estaduais com foco na indústria e setor primário.

¹¹⁴ Vide Cittadino (2006) e Mendes (2019).

¹¹⁵ BICHARA, Ivan. In: *Revista do Fisco*, Ano VIII, nº 40, fev/mar. 1976.

CAPÍTULO 2

O PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO (PLANAG), A AGRICULTURA, A MINERAÇÃO E A INDÚSTRIA DURANTE O GOVERNO IVAN BICHARA

2.1. Introdução

No capítulo anterior, nós pudemos ver como estava a conjuntura internacional e brasileira durante a década de 1970 e notar também, em linhas gerais, como se estruturou o governo de Ivan Bichara na Paraíba, desde a sua eleição até a definição de objetivos que conduziriam a sua governança e seus principais agentes – como os secretários que comandariam as principais “pastas”, por exemplo. Observamos que as fontes nos mostram que tal administração apresentou muitos traços de continuidade em relação às suas antecessoras e que, portanto, pode ser caracterizada como de continuidade administrativa.

Como já vimos, o programa que orientou a gestão pública (mais especificamente a política econômica) do estado da Paraíba entre 1976 e 1978 foi um plano de ação, o PLANAG, cujo início de construção começou antes mesmo de que Bichara tomasse posse no governo. Observamos que tal plano estava alinhado às diretrizes gerais da ditadura militar durante o governo Geisel e ele mesmo foi composto de diretrizes e metas. Seu foco foram o que muitos economistas – e o próprio Ivan também os qualificava assim nas suas mensagens ao parlamento estadual – chamam de “setores diretamente produtivos”, ou seja, agricultura e indústria. É sobre tudo isso que tratarei neste capítulo, buscando sempre observar a estruturação de tal política e os interesses classistas envolvidos nesse processo.

2.2. O que foi o Planag e quais eram seus objetivos?

Durante a Ditadura Militar no Brasil, alguns planos de desenvolvimento foram implementados, tais como o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), do governo de Castelo Branco e os planos nacionais de desenvolvimento (PND e II PND) dos governos Médici e Geisel, respectivamente. Essa lógica de planificar as estratégias de governo estava na política brasileira em geral, mas também se fazia presente nos executivos estaduais.

No caso da Paraíba, se considerarmos o período da ditadura militar, foi durante o governo de João Agripino em que esse tipo de política ganhou força. A partir da tese de doutoramento de Monique Cittadino (2006)¹¹⁶, nós notamos a grande preocupação de Agripino em alinhar a política econômica estadual às diretrizes de governo da ditadura em âmbito nacional. Agripino, que segundo a autora teve apoio das elites industriais, entendia que faltava a Paraíba planejamento técnico das ações governamentais. De acordo com ela:

A perspectiva do novo governador, de modificar a cultura política local e de promover o desenvolvimento econômico, passavam, fundamentalmente, por dois aspectos interligados: a introdução do planejamento como estratégia de ação e a montagem do governo em bases técnicas e não políticas. Sem dúvida, João Agripino demonstrava estar em perfeita sintonia com as diretrizes do Estado Autoritário que valorizava e viam como fundamental a necessidade do planejamento governamental no que se refere à política econômica.¹¹⁷

O planejamento da política econômica do governo João Agripino teve como foco a indústria e a instalação de energia elétrica na maior parte do estado. Tal como Ivan Bichara, Agripino apoiava os projetos da SUDENE. A autora diz também que “Na verdade, João Agripino comungava com o ideário desenvolvimentista e cepalino propagado pela SUDENE, que via na industrialização a saída para a superação da situação de subdesenvolvimento que caracterizava o estado”¹¹⁸.

O sucessor de Agripino, Emami Sátyro também deu bastante importância ao planejamento e ao setor industrial, ao mesmo tempo em que usava como propaganda política as suas ações realizadas no campo da agropecuária. É isso o que encontramos na dissertação de mestrado de Valber Nunes, que realizou amplo estudo sobre o governo Sátyro, a qual já citamos. Nela, podemos notar que houve linhas de continuidade entre os governos Agripino e Sátyro nessa área. De acordo com o autor

Um dos setores mais que passou por um processo de expansão durante a gestão do governo Emami Sátyro foi a indústria. Isso ocorreu devido às condições lançadas pelo governo de João Agripino que buscou dotar o estado uma infra estrutura técnica e burocrática que propiciasse a formação de bases para atrair novas indústrias. Como exemplo, podemos citar a criação da Secretaria do Planejamento e Coordenação Econômica (SEPLAN), o Fundo de de [sic.] Industrialização do Estado da Paraíba (FUNDESP) e a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba (CINEP).¹¹⁹

¹¹⁶ CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

¹¹⁷ Idem; *Ibidem*; p. 156 – 157.

¹¹⁸ Idem; *Ibidem*; p. 266.

¹¹⁹ NUNES, 2019, p. 173.

Nós podemos voltar até mesmo antes de João Agripino e dizer que também na administração do governador Pedro Gondim – o qual passa de defensor das políticas janguistas a apoiador dos golpistas de 1964 – já havia uma movimentação no sentido de empreender no estado uma maior “modernização”. Para alguns historiadores, como aqueles que escreveram o relatório da Comissão Estadual da Verdade (Paraíba), tudo isso fora iniciado de fato na sua gestão. Vejamos um trecho do relatório final que trata sobre isso:

A partir do golpe de 64, acentua-se o processo de modernização do Estado cujas bases haviam sido lançadas no governo de Pedro Gondim. Esse processo incluía, por um lado, uma transformação no próprio conteúdo e funções do Estado, no sentido de lhe conferir atribuições anteriormente não existentes. Por outro lado, o processo de modernização também implicaria uma dinamização da economia local, sobretudo, a partir da política de fomento à industrialização. Essa transformação do caráter do Estado foi iniciada o governo Pedro Gondim, dentro de um projeto político mais amplo de âmbito nacional: a política desenvolvimentista.¹²⁰

Essa política desenvolvimentista, a qual faz referência esse relatório, ocorrera em âmbito nacional e, começada durante a chamada Era Vargas (1930 – 1945), se estendeu durante os anos que antecederam o golpe militar de 1964. A política do varguista tinha o Estado como promotor do “desenvolvimento”. Alguns autores, que escreveram sobre isso como, por exemplo, o historiador Boris Fausto, defendem a ideia de que surgira, com a Revolução de 1930, um “Estado de Compromisso” que buscava associar interesses da classe burguesa com aqueles da classe proletária¹²¹. Esse Estado defenderia a bandeira do nacionalismo, desenvolveria a indústria e seria, sobretudo, reformista. Isso viabilizaria um projeto nacional de desenvolvimento que atraiu amplas frações de classes burguesas.

Entretanto, as tensões sociais na década de 1960 mudaram decisivamente esse cenário. Devido a toda a articulação golpista das classes dominantes e dos setores militares, influenciados pela conjuntura internacional de Guerra Fria e nacional de ampla luta de classes, foi-se deixando de lado as ideias nacionais reformistas e cada vez mais a classe burguesa alinha-se ao projeto golpista. Alinha-se, inclusive, como estratégia para “salvar-se” e conservar a estrutura autocrata de dominação burguesa que existe no país¹²².

¹²⁰ NUNES, Paulo Giovanni Antonino (et al.) . **Estado da Paraíba. Relatório final / Paraíba**. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. – João Pessoa: A União, 2017, p. 147.

¹²¹ Vide: FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 16.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹²² FERNANDES, 2006.

Muitos sociólogos, economistas e historiadores chamaram esse modelo que foi se criando – lentamente, lembremos que já houve ampla abertura ao capital internacional durante o governo JK, por exemplo – de modelo de desenvolvimento “associado-dependente” ou termos similares, em seus estudos. Um deles é o economista Argemiro Brum, para quem, antes da instauração da ditadura

Rompeu-se o pacto social e político que havia funcionado desde a era Vargas: a aliança entre a burguesia nacional e o operariado urbano, sob a tutela do Estado. Em decorrência, ocorreu uma nova recomposição de forças no início dos anos 1960. A maioria da burguesia nacional, assustada com a emergência popular, abandonou sua posição nacionalista-reformista e passou a adotar um posicionamento caracteristicamente conservador, e aliou-se com a burguesia estrangeira. Os setores de vanguarda do operariado e outras forças populares e de esquerda, por sua vez, passaram a assumir posições independentes e a desenvolver ações de forma autônoma¹²³.

Ou seja, mudava-se a maneira de pensar o “desenvolvimento”. Este não seria mais realizado de forma “autônoma”, mas associado e dependente dos capitais que vinham do estrangeiro, o que aumentou muito a dívida externa do país. Muitos planos subsidiaram as políticas econômicas que garantiriam tal busca pelo “desenvolvimento”.

Na Paraíba, como vimos, desde pelo menos João Agripino, já havia ampla preocupação com o planejamento das ações políticas voltadas à esfera econômica. Citar tudo isso é importante para que compreendamos que o projeto das ações executivas durante o governo de Ivan Bichara não são caso isolado naquela conjuntura. Na verdade, o Planag deu continuidade às ações de outros governos. Tal plano foi divulgado pela mídia oficial e burguesa e foi muito citado em seus discursos pelo governador. Nós já vimos que ele se tratou de um plano que pretendia orientar as ações executivas durante o período de governo de Ivan Bichara e agora vamos ver mais alguns de seus detalhes.

No documento “Primeiros Pronunciamentos”, lançado pelo governo do estado no ano de 1978, nós podemos encontrar todo um capítulo tratando do Planag. Trata-se de uma apresentação feita por Bichara no Centro de Treinamento Miramar. Vê-se neste documento que o Planag conduziria a administração pública entre 1976 e 1979. Nele, Bichara diz que “devemos registrar que esta é a primeira vez que se elabora um

¹²³ BRUM, 2013, p.241.

Plano com características globalizantes, aqui na Paraíba”¹²⁴ e, em seguida lista 4 objetivos básicos de tal programa, quais sejam:

- 1 – Promover uma maior integração do Estado ao processo de desenvolvimento regional e nacional.
- 2 – Assegurar uma crescente melhoria na qualidade de vida da população paraibana.
- 3 – Acelerar o crescimento da economia do Estado visando melhorar sua posição relativa na região.
- 4 – Interiorizar o processo de desenvolvimento de modo a assegurar uma distribuição espacial mais harmônica.¹²⁵

A *Revista do Fisco* trouxe, na sua edição de abril de 1975, uma matéria em que tratou das ações iniciais de planejamento do governo Bichara e fez referência ao Plano de Ação, mas diz que esse plano compreenderia o período entre 1975 e 1979 e alega que “o diagnóstico e diretrizes para a ação de curto e prazo constam do documento em cinco volumes (...)”¹²⁶. O destaque foi para a “Agricultura e Abastecimento”, item que contou com 9 subtópicos e, entre eles, estavam temas como recursos naturais, pecuária e lavouras. O planejamento era importante e deveria ter “coerência com a política emanada do Governo Federal”.¹²⁷ A mesma edição da revista caracteriza ainda o que orientaria, num primeiro momento o governo Ivan Bichara. Estariam presentes “continuidade administrativa”, “reformulações institucionais” e “recomendações setoriais”. Este, tinha a ver com uma série de recomendações pretendidas, sobretudo, para o setor primário e industrial da economia.¹²⁸

Para a concretização de seus objetivos, o Planag seria focado nos tais “setores diretamente produtivos”. Poderíamos nos perguntar, mas e as outras áreas igualmente importantes, como ficariam? O que as fontes mostraram é que foram tratadas de maneira “complementar”. Com relação a esse assunto, uma matéria do jornal estatal *A União* de 3 de dezembro de 1975, intitulada “Legislativo recebe o plano de prioridades do Governo para 1976/79” diz que “essa opção apoia-se também na constatação de que os setores de infraestrutura quer econômica ou social avançaram significativamente nesses últimos anos”.¹²⁹ No mesma edição desse

¹²⁴ BICHARA, Ivan. O Plano e a Ação do Governo: Explanção feita no Centro de Treinamento Miramar, em Seminário realizado com o Secretariado. In: Primeiros pronunciamentos. Governo da Paraíba, João Pessoa, 1978, p. 41.

¹²⁵ Idem; *Ibidem*; p. 41.

¹²⁶ *Revista do Fisco*, nº 43, abr. 1975, p. 37.

¹²⁷ *Ibidem*; p. 38.

¹²⁸ *Ibidem*; p. 38.

¹²⁹ *A União*, 03 de dezembro de 1975.

jornal, podemos ver que Ivan Bichara havia definido como sendo o Planag um plano de “médio prazo”. Não fora pensado para se prolongar por muito tempo.

O jornal oficial do governo do estado considerara que, nos governos anteriores, ocorrera avanços de infraestrutura econômica e social. Essa ideia de que houve avanços sociais nos governos anteriores ao Bichara já foi bastante questionada pela dissertação de mestrado do historiador Valber Mendes, aqui já referenciada, por exemplo. E, de fato, a questão social nunca foi uma preocupação efetiva dos governos da Ditadura Militar, vide os números de aumento da precarização do trabalho e das condições de trabalho e educação das classes operárias naquele contexto.

As fontes nos mostram que o Plano de Ação do Governo foi pensado não para ser uma lei, mas para dar uma noção geral dos objetivos do executivo estadual. Vemos, desde o início da gestão, a participação do secretário de Planejamento, Francisco Cartaxo, que foi quem coordenou as “apreciações” do plano, que foi feita em conjunto com os demais secretários do governo.¹³⁰ Ele seria pensado sempre em conjunto com outras disposições governamentais, ou seja: tal plano foi uma espécie de documento orientador, mas não disciplinador. Em mensagem ao poder legislativo, em 1976, Bichara diz:

Desejo destacar que o Plano não se basta a si mesmo. É apenas o ponto de partida para o desenvolvimento de ações ordenadas, de modo a evitar-se desperdício de recursos e de esforços, em um Estado pobre, como o nosso, tão carente de meios para atender à solução de tantos problemas.¹³¹

Mas, acredito que o leitor desta monografia pode estar se perguntando: mas e a oposição paraibana pesava desses planos a nível acional e/ou estadual? Sabemos que a oposição “oficial” à Arena durante a Ditadura Militar era o Movimento Democrático (MDB), mas sabemos igualmente que a maioria dos autores escreve e concorda que se tratava de uma “oposição consentida”, na medida em que aqueles que realmente se rebelassem contra os desejos dos militares poderiam sofrer graves penalidades, entre elas tortura e até a morte. Nesse sentido, as oposições do MDB ficaram um pouco com receio de agir. Durante o governo Bichara, alguma vezes fizeram uma oposição moderada, em alguns momentos.

Por exemplo, podemos citar uma espécie de carta lançada pelo deputado Ruy Gouveia (MDB) na qual criticava os tais planos empreendidos pelos militares. Esse texto, que foi intitulado de “Carta aberta da oposição” foi, curiosamente, publicado

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ BICHARA, IVAN. Mensagem ao poder legislativo. Estado da Paraíba, 1976, p. 21.

numa edição especial do jornal *A União* - o qual sabemos ser um dos veículos oficiais do executivo estadual paraibano - no dia 3 de junho de 1976. Endereçando texto ao “Exm^o. Sr. Presidente Ernesto Geisel”, Ruy Gouveia argumenta que “O bem-estar do homem é a meta principal do Estado, não podendo ficar ele esmagado pelos desacreditados planos a longo prazo, planos esses, que são formas hábeis e astuciosas de não encararem as dificuldades, que atingem os dias presentes”.¹³² A crítica do parlamentar é alargada também para os níveis estaduais e municipais do país. Ele continua seu texto da seguinte maneira:

É precisamente inspirado nesse sentimento, que me estimulo a dizer a V. Excia., que o funcionalismo público estadual e municipal em nossa terra, está percebendo verdadeiro salário de fome, situação, que comanda um mundo de preocupações.

Por outro lado, a cobrança excessiva de taxas e multas pelos serviços de água e de luz destroçam os orçamentos domésticos já debilitados pela percepção de vencimentos que não correspondem ao atendimento das necessidades primárias.¹³³

O exemplo supracitado nos mostra que, apesar de “tímida”, havia sim uma oposição que atuava, dentro de seus limites. Naquele contexto da história do Brasil a oposição mais concreta vinha mesmo era dos movimentos sociais e entidades de classes. Os protestos denunciavam a tragédia que estava sendo a Ditadura implantada no país e suas consequências sociais e políticas. Para a historiadora Nadine Habert, isso tudo tinha uma relação com a piora nas vidas das pessoas, ocasionado, por exemplo, pelo crescimento não bem estruturado das cidades.¹³⁴

Sabendo que os focos do Planag foram os setores primários e secundários da economia paraibana, a partir de agora nós vamos ver como foi o tratamento dado pela sua gestão a esses dois eixos produtivos e quais os mecanismos utilizados para a concretização de seus projetos.

2.3. A agricultura

Na mesma edição, já citada aqui, do jornal oficial do governo do dia 03 de junho de 1976, foi escrito que a agricultura teria “elevado grau de prioridade” e, de fato, as fontes analisadas mostram que a agricultura foi mais assistida pelo governo Bichara

¹³² *A União*, 3 de junho de 1976.

¹³³ *Ibidem*. É importante destacar que esta transcrição foi de acordo com o que está escrito no original, o qual apresenta vírgulas em excesso, algumas, inclusive, separando sujeito e predicado. Não sei, entretanto, se isso se trata de desgaste no papel do periódico.

¹³⁴ HEBERT, 2001.

do que qualquer outro ramo da administração. A ideia principal de Bichara era de que houvesse uma transformação da agricultura paraibana em agricultura modernizada, pois ele não via com bons olhos o que chamou de “tradicionalismo das formas de produção”, as quais, segundo ele, “funcionam como outro obstáculo à dinamização setorial, combinado com uma deficiente estrutura de comercialização, que inibe até mesmo uma ação decisiva do Governo com vistas a estimular a produção e a produtividade agrícolas”.¹³⁵

Essa pretensão já estava presente nos governos de seus antecessores, de certa maneira, e se aprofunda na sua administração. Mais uma vez, isso não estava desligado da lógica geral de funcionamento da política econômica do governo nacional. Na verdade, a mecanização e “modernização” da agricultura brasileira era uma das principais metas do regime ditatorial e a partir disso se desenvolveu uma série de consequências.

A cientista social Leonilde Servolo de Medeiros estudou a questão da modernização do campo durante a Ditadura Militar e mostra exatamente isso. Ela escreveu, por exemplo, um capítulo sobre o assunto para o livro *Política econômica nos anos de chumbo*, organizado por Mônica Martins, Pedro Campos e Rafael Brandão, o qual foi publicado em 2018. No capítulo, intitulado “Governos militares e trabalhadores do campo: políticas públicas, modernização e mudança social”, a autora defende que, naquele contexto, houve grandes transformações no campo. Também existiu amplo aumento das fronteiras agrícolas no país.

Leonilde clama atenção para o Estatuto da Terra, que fora aprovado no final de 1964 e, entre outras coisas – e ainda de acordo com ela – “sinalizava a necessidade de mudança em direção a um novo modelo de agricultura, ou seja, tratava-se, coerentemente com o debate da época, de uma visão econômica e setorial do tema”.¹³⁶

O que se pretendia, naquele contexto, era transformar a propriedade rural num local de maior lucratividade, numa real empresa. Isso deveria acontecer também no

¹³⁵ BICHARA, Ivan. O Plano e a Ação do Governo: Explanação feita no Centro de Treinamento Miramar, em Seminário realizado com o Secretariado. In: *Primeiros pronunciamentos*. Governo da Paraíba, João Pessoa, 1978, p. 43.

¹³⁶ MEDEIROS, Leonilde Servolo. Governos militares e trabalhadores do campo: políticas públicas, modernização e mudança social. In: MARTINS, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Política Econômica nos anos de chumbo**. – Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 169.

estado da Paraíba, para o governo. Esse discurso estava bem presente nas falas de Ivan Bichara e suas mensagens oficiais. Em âmbito nacional,

Ao longo do regime militar intensificou-se a política de estímulo à modernização das atividades agropecuárias. Ela já havia se iniciado ainda no governo de Juscelino Kubitschek, que começou a estimular a produção de tratores e promoveu o desenvolvimento das primeiras iniciativas de extensão rural, de forma a levar ovas tecnologias às propriedades rurais. Mas foi os anos de 1970 que atingiu seu auge.¹³⁷

Nesse intuito de aumentar a produtividade no campo, uma série de terras foi concedida para que houvesse o desenvolvimento do que hoje se popularizou como sendo agronegócio. Podemos pensar: mas e a destruição ambiental que tudo aquilo causou? Isso parece não ter sido uma grande preocupação dos governos daquela época. “O próprio Código Florestal, aprovado em 1965 como parte da atualização modernizante da legislação brasileira que se seguiu ao golpe, foi ignorado no processo de concessão de terra na região amazônica. Em resultado, o desmatamento cresceu”¹³⁸.

A questão de aumento da produtividade agrícola esteve bem presente nas comunicações públicas de Ivan Bichara. Algumas coisas seriam necessárias para tal fim, como suprir a classe fundiária rural de meios mais modernos de produção. Ele dissera que

No campo da produção de da produtividade é urgente estimular a introdução de tecnologia moderna, de modo a transformar a nossa economia rotineira em uma atividade do tipo empresarial, através da disseminação do uso de insumos modernos, de equipamentos agrícolas, da construção de pequenos e médios açudes que venham fortalecer as propriedades e da diversificação de culturas [*sic.*], sobretudo aquelas voltadas para o mercado.¹³⁹

Um órgão importante esse processo foi a CIDAGRO, que passou por um processo de modernização. Como já sabemos, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário do Estado da Paraíba fora criada na gestão de Ernani Sátyro. Na administração Bichara, tendo como presidente Antonio Ronaldo de Alencar Fernandes¹⁴⁰, sua atuação no meio rural foi fundamental para a política de “desenvolvimento rural” e alinhamento do governo aos grupos empresariais agroexportadores. Foi na gestão de Ivan Bichara que, inclusive, foi adquirida uma

¹³⁷ Idem; *Ibidem*; p. 175.

¹³⁸ Idem; *Ibidem*; p. 177.

¹³⁹ BICHARA, Ivan. O Plano e a Ação do Governo: Explicação feita no Centro de Treinamento Miramar, em Seminário realizado com o Secretariado. In: *Primeiros pronunciamentos*. Governo da Paraíba, João Pessoa, 1978, p. 43.

¹⁴⁰ Era o diretor-presidente da empresa. Engenheiro agrônomo e fez sua graduação na UFPE.

nova sede – sediada na cidade de Bayeux – para a empresa, que custou aos cofres públicos um total de Cr\$ 2 milhões.¹⁴¹

Importante destacar que tal companhia contribuiu ainda mais para o aprofundamento das relações de dependência entre a Paraíba e as regiões mais industriais do país, na medida em que seu foco foi na produção de produtos primários que podemos caracterizar como *commodities*, tais como milho e feijão, por exemplo. Os recursos desse órgão vinham de vários meios, mas se destacavam as quantias advindas da Secretaria de Agricultura. Em entrevista à *Revista do Fisco*, publicada na edição de fevereiro de 1977 da mesma revista, o presidente da CIDAGRO destaca alguns números:

Por uma questão de justiça – prosseguiu – não posso deixar de destacar o apoio que temos recebido do Secretário Humberto Manoel de Freitas, da Agricultura, dentro das diretrizes traçadas pelo Governador Ivan Bichara Sobreira, para que possamos desenvolver todos os programas da empresa.

Posso mencionar, por exemplo, que em 1975 tivemos uma dotação de Cr\$ 8 milhões, que foi elevada para Cr\$ 12 milhões, para reforço de capital.

O capital integralizado da empresa, que era de Cr\$ 5 milhões quando assumidos a direção, foi elevado, em 1976, para Cr\$ milhões, 5 vezes mais.¹⁴²

De fato, houve um grande aumento do capital de tal empresa durante a gestão executiva tratada nesta monografia. O número de agências, por exemplo, ultrapassou o número de 50. A CIDAGRO, que era ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, vendia material agrícola e mecânico para os produtores rurais, na intenção de mecanizarem o processo produtivo e aumentarem a produtividade.

Isso pode soar uma coisa interessante, mas deve ser problematizado. Lembremos que durante a Ditadura Militar houve amplo avanço da produção de gêneros alimentícios em massa e das produções que cada vez mais contavam com agrotóxicos dos mais variados tipos, o que contribuiu para a piora da saúde nutricional dos brasileiros em geral. Aumento da produtividade não tem necessariamente a ver com melhoria do produto final.

Sobre os ganhos da CIDAGRO, a venda (vide os números em tabela abaixo) de material agrícola era a principal fonte de lucros, os quais tiveram significativos aumentos durante a gestão Bichara.

Venda de material agrícola pela CIDAGRO

¹⁴¹ *Revista do Fisco*, Ano VIII, nº 47, fev. 1977.

¹⁴² *Revista do Fisco*, Ano VIII, nº 47, fev. 1977. p. 9 – 10.

1975	Cr\$ 12.681.434,00
1976	Cr\$ 26.712.521,00
1977	Cr\$ 41.273.647,00

Tabela 2: Fonte: *Revista do Fisco*, Ano IX, nº 58, mar. 1978. p. 3.

Analisando as fontes da época, o que se nota é que o governo tratava a chegada de agências da CIDAGRO a uma cidade como um símbolo de desenvolvimento. Notamos, a partir do texto de Nunes (2019), fenômeno parecido durante o governo Ernani Sátyro. A atuação de alguns órgãos também servindo como propaganda política do governador. Em relação à agropecuária durante a gestão anterior à de Bichara, o historiador Valber Nunes diz que ela era

um dos expoentes na propaganda política elaborada pelo governo Ernani Sátyro que buscava também evidenciar os desenvolvimentos dessa área. Programas como o da CIDAGRO, da PROMOEXPORT, os investimentos da “cademeta agrícola” do BEP, assim como os incentivos fiscais do governo estadual e do governo federal através do Proterra e do Prorrural eram expoentes na condução política para a promoção do setor agrícola. Tais propostas estão interligadas ao avanço quantitativo dos dados numéricos referentes ao estado da Paraíba.¹⁴³

Algumas cidades eram eleitas como espécies de “sede do desenvolvimento local” e o caso de Guarabira foi bastante representativo dessa política. De acordo com a *Revista do Fisco* de janeiro de 1976, o governador havia elegido tal cidade para ser um “polo de desenvolvimento econômico do Brejo paraibano”. Para que isso fosse definido, foram enviados à cidade profissionais técnicos que realizaram pesquisas sobre a viabilidade disso. Tais estudos teriam confirmado as “potencialidades” de desenvolvimento da cidade de Guarabira, a qual teria uma espécie de “vocação de polo regional”. A chegada de agência da CIDAGRO a Guarabira fora precedida pela implantação naquele município de agência do Banco do Estado da Paraíba (BEP).¹⁴⁴ Destaco aqui que tudo isso formaria um conjunto de instrumentos a serviço das classes produtoras locais e circunvizinhas que passariam a ter acesso a mais crédito, insumos e máquinas de uma maneira mais fácil.

A produção dos bens primários a partir dessa “modernização” só faria sentido se eles fossem devidamente exportados e tivessem qualidade comercial (daí a importância de mais valorização da PROMOEXPORT e da criação de órgãos de pesquisa como a EMATER-PB). Agentes do governo da Paraíba faziam viagens,

¹⁴³ NUNES, 2019, p. 197

¹⁴⁴ *Revista do Fisco*, Ano VII, nº 39, jan. 1976.

inclusive internacionais, buscando expandir a exportação de produtos agropecuários, sobretudo. O presidente da PROMOEXPORT, Edísio Souto Filho, fizera, no ano de 1976, uma grande viagem a países europeus e aos Estados Unidos, para apresentar produtos primários produzidos na Paraíba¹⁴⁵.

Nos meios de comunicação ligados às entidades de classes alinhadas ao governo estadual, não raras vezes, vemos títulos propagandísticos dessa política de maior exportação de produtos agropecuários. A própria Revista do Fisco, com que venho trabalhado, é um excelente exemplo disso.

Uma matéria da edição de maio de 1975 dizia “Paraíba exporta óleo de mamona pela primeira vez na história”. A fábrica que o produzia era ligada ao grande conglomerado empresarial Grupo Matarazzo. O texto apresenta algumas justificativas para a instalação de tal fábrica no estado:

O Grupo Matarazzo escolheu a Paraíba para instalar a sua primeira fábrica de óleo de mamona, dentre outras, por estas duas importantes razões: porque descobriu que, no Brasil, maior produtor mundial de mamona, quem produz a semente mais rica de óleo é a Paraíba (a serra onde repousa a cidade de Monte Horebe) e porque, hoje, na Paraíba, o Grupo já plantou 1/5 dos seus investimentos em [?] todo o Brasil, concentrando aqui,, [sic.] portanto, uma parcela já muito expressiva de sua fortuna.¹⁴⁶

Claro que um dos principais motivos para a implantação dessa fábrica na Paraíba, foram, também, os muitos incentivos fiscais dados pelo governo do estado. A matéria é muito emblemática daquela divisão do trabalho, já citada aqui. O óleo aqui produzido seria exportado para outros estados brasileiros, mas também para países como Estados Unidos, França e Inglaterra.

O produto era bastante valorizado, pois era muito usado na aviação. Interessante é ver que, até na linguagem como o texto foi escrito, há marcas que evidenciam uma certa submissão das classes produtoras locais às potências estrangeiras. O termo, “tio Sam”, por exemplo, foi usado para fazer referência aos Estados Unidos da América, na legenda de uma foto que mostra um caminhão Mormacaltair recebendo óleo de mamona. As empresas ligadas ao Grupo estavam sob a responsabilidade de seu presidente, Francisco Matarazzo Júnior. O primeiro embarque do produto teve que ser feito pelo porto de Recife, pois foi frustrada a tentativa de fazê-lo pelo porto da cidade paraibana de Cabedelo.¹⁴⁷

¹⁴⁵ *Revista do Fisco*, Ano VII, nº 40, mar. 1976.

¹⁴⁶ *Revista do Fisco*, nº 34, jan. 1975.

¹⁴⁷ *Ibidem*.

Outro produto primário que se destacou, ainda mais, naquele contexto, foi o abacaxi¹⁴⁸. Já falamos aqui do foco dado pelo governo Bichara ao setor primário. Isso era sempre confirmado nos noticiários oficiais. A “política do abacaxi” foi parte importante da política agrícola daquela gestão e contava com um trabalho integrado das secretarias de Agricultura e Abastecimento, a de Indústria e Comércio e, por fim, aquela de Finanças. O secretário desta, Luiz Coutinho, por exemplo, trabalhou para a redução de 15% do ICM que recaía sobre o abacaxi que era exportado em tipo *in natura*¹⁴⁹.

A ideia geral dos órgãos que tratavam da política de “desenvolvimento da cultura do abacaxi” era a de maior industrialização do produto. Para tal, houve, inclusive, uma expansão dos tipos de espécies de abacaxis cultivadas em maior escala na Paraíba. Uma dessas variedades era a *smooth cayene*, que devido a suas características era mais “industrial”. Claro que aí estavam também em jogo os muitos interesses de classes. Havia grupos empresariais interessados na industrialização desse produto. Um deles era o grupo Toddy Brasil, que atualmente é ligada ao conglomerado *PepsiCo*. O secretário de Indústria e Comércio, Marcelo de Figueiredo, chegou, inclusive, a “percorrer a zona do abacaxi” ao lado de agentes ligados à Toddy¹⁵⁰. Isso nos mostra o alinhamento do governo do estado com grandes grupos empresariais.

As ações econômicas ligadas ao abacaxi continham, igualmente, incentivos financeiros e de recursos a grandes empresas e/ou grupos empresariais. Na edição de outubro de 1975 da *Revista do Fisco* há uma entrevista ao industrial Carlos Antonio Ribeiro Coutinho¹⁵¹, em que ele fala sobre um projeto de industrialização do abacaxi ligado às Indústrias Reunidas da Paraíba S/A. Ao ser perguntado sobre a participação do estado, ao nível de recursos, ele diz que “o dinheiro pode ser feito. Pode ser feito como? A empresa vai precisar, por exemplo, de uma bateria de poço amazônico. O Governo tem condições de fazer esse trabalho. A empresa vai precisar de trabalhos de terra pelagem. O Governo pode fazer essa terra planagem”¹⁵². Importante destacar

¹⁴⁸ Importante destacar que a Paraíba é um dos maiores produtores dessa cultura no Brasil até os dias atuais.

¹⁴⁹ *A União*, 9 de novembro de 1975.

¹⁵⁰ *A União*, 11 de novembro de 1975.

¹⁵¹ Pertencia às classes dominantes de cultivo de açúcar na Paraíba.

¹⁵² Carlos Antonio Ribeiro Coutinho. *Revista do Fisco*, Ano VII, nº 38, dez. 1975, p. 39.

também que esse projeto contava com o apoio da SUDENE e também do BNB. Esse tipo de política era característica geral da política econômica da Ditadura Brasileira.

Um outro produto que estava sempre na pauta dos mais exportados pela Paraíba desde há muito era o sisal, o qual apresentou queda substancial em número de exportação. Só para termos uma ideia, no ano de 1974, último da administração Sátyro, o estado da Paraíba fez a exportação de 30.000 toneladas do produto, enquanto que, no ano seguinte, primeiro do governo Bichara, exportou-se somente 16.000¹⁵³. Houve, portanto, uma diminuição significativa de 47, 7% na taxa de exportação daquele produto.

Importante destacar que, malgrado o fato de o governo Bichara ter estado alinhado aos interesses das classes dominantes locais, havia também alguns conflitos. Exemplo disso o que acontecia em relação à fixação do preço de alguns produtos, como a cana-de-açúcar, por exemplo. Uma amostra disso encontramos na edição da Revista do Fisco de setembro de 1976.

Nela, uma matéria intitulada “Produtores de cana-de-açúcar sofrem prejuízos”, contém uma entrevista com Manoel Fernandes de Lima, o qual era empresário da área usineira de cana e presidente do Sindicato dos Usineiros da Paraíba. O “industrial” – como foi tratado pela matéria – faz algumas reclamações em relação à política econômica do governo no tocante à produção de cana no estado. De acordo com ele, a fixação dos preços acontecia em taxas inferiores àquelas necessárias aos custos reais da produção usineira. O curioso é que, na mesma edição, há outra matéria que diz “A Paraíba pode triplicar sua produção açucareira”. No texto, há referência ao secretário do sindicato dos usineiros do estado, José Waldomiro Ribeiro Coutinho, segundo o qual o aumento seria em torno de 4.000.000 sacas de cana.¹⁵⁴

A produção dessas frutas e bens primários, em geral, era realizada ao tempo em que seus produtores buscavam meios para que houvesse mais exportação. Dentro da lógica da divisão regional do trabalho o Centro-Sul do país era alvo especial para essas mercadorias. O jornal oficial do estado da Paraíba, A União, chegou mesmo a divulgar pesquisas que teriam sido realizadas em estados do Centro-Sul a respeito do consumo de frutas. Uma reportagem publicada na edição de 16 de dezembro de 1975, por exemplo, dizia “Centro-Sul tem mercado para frutas do Nordeste” e alegava que

¹⁵³ *Revista do Fisco*, Ano VII, nº 40, mar. 1976.

¹⁵⁴ *Revista do Fisco*, Ano VII, nº 44, set. 1976.

esta região teria grandes “possibilidades” sendo “abastecedor” daquela região industrial. Segundo a matéria, as estimativas eram de que tal mercado cresceria em números em torno de 40% nos anos que se seguiriam¹⁵⁵.

2.4. A mineração

Não é muito minha intenção escrever em detalhes a respeito da política mineralógica adotada durante o governo de Ivan Bichara, mas se faz necessário que se faça algumas considerações a respeito, visto que tal assunto esteve em pauta naquele momento e presente no Plano de Ação do Governo e, além disso, tem relação com o setor primário da economia.

O tratamento da questão mineralógica no estado estava presente no Planag, em falas do governador e em mensagens enviadas à Assembleia Legislativa. Analisando as fontes, nota-se que a exploração de minérios era tratada por Bichara como sendo peça fundamental do processo de industrialização. A ideia era expandir a extração de minério metálico e não metálico que, segundo o governo estadual, ainda era pouca na Paraíba. Na mensagem à Assembleia do ano de 1976, Bichara escrevera que

A mineração na Paraíba será uma opção a mais para o desenvolvimento, além de surgir como alternativa capaz de atenuar os efeitos das secas periódicas que afetam grande parte do nosso território. Constituirá fonte de renda para o povo. Será matéria prima para o desenvolvimento industrial e componente da promoção do homem do interior visado a melhoria de suas condições de vida.¹⁵⁶

Para que essa política se efetivasse, desde o primeiro ano de gestão, criaram-se órgãos de pesquisa que viabilizassem estudos sobre o tema, bem como a criação de um fundo que pudesse fazer o seu financiamento. Na mesma mensagem, Ivan Bichara falou um pouco das parcerias que estavam sendo desenvolvidas. Sobre a mineração, vejamos:

Com a parcela de recursos da SUDENE e o esforço da CINEP, esta empresa e a Cia. De Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM estão continuando trabalho iniciado em 1975. Já cadastramos quase 130 ocorrências de minérios não metálicos e até o final do ano concluiremos o estudo.

Ao lado dessa ação, como elemento de apoio, criamos, em 1975, o Fundo Rotativo de Financiamento à Pesquisa e Lavra Mineral, administrado pela CINEP, tendo o Banco da Paraíba S.A., como agente financeiro, e alimentado basicamente, com recursos provenientes do Imposto Único Sobre

¹⁵⁵ *A União*, 16 de dezembro de 1975.

¹⁵⁶ BICHARA, IVAN. Mensagem ao poder legislativo. Estado da Paraíba, 1976, p. 35.

Minerais – IUM. Estamos financiando, por conta desse novo instrumento, uma pesquisa no campo da xilita, no município de São José do Sabugi.¹⁵⁷

Entretanto, não identifiquei, nas fontes analisadas por mim, a criação de algum sistema visando a segurança no trabalho daqueles operários das minas que seriam abertas – e muitas foram. A preocupação do governo parece ter sido, sobretudo, produção de mais matéria-prima que servisse à exportação – o que servia à manutenção das relações de dependência. Pretendia-se, igualmente, que isso desse mais subsídios à pequena indústria que pretendia se desenvolver aqui no estado. Isso em muito menor escala, dado que a Paraíba nunca desenvolveu a chamada grande indústria de base, característica, por exemplo, do Sudeste brasileiro.

Em relação à grande presença de técnicos, esse setor não caminhou em dissonância com outras áreas da economia. Eles estavam sempre presentes. Um exemplo disso foram os estudos da estrutura geológica de todo o estado da Paraíba realizados por profissionais da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Uma matéria da edição do mês de novembro do ano de 1975 da Revista do Fisco intitulada “Problemas de Mineração na Paraíba estudado [sic.] por Estagiários da ADESG”, trás uma série de informações que detalham os tipos de minérios que predominam em cada uma das regiões do estado da Paraíba.

Não nos cabe aqui citar todos esses detalhes, vista a abrangência de um trabalho de monografia como este¹⁵⁸. Tal matéria apresenta, igualmente, o que os pesquisadores consideraram “entraves” ao desenvolvimento da mineração na Paraíba. Entretanto, muitos deles poderiam ser revolidos mais facilmente, como é o caso da eletricidade, visto que a Paraíba já apresentava relativo desenvolvimento nesse setor.

Um “entreve” em especial é bastante relevante: a falta de pessoas que estivessem capacitadas para o trabalho nas minas. De acordo com o texto supracitado, publicado na referida revista, sobre a falta de pessoal qualificado:

Tanto existe o problema junto às empresas mineradoras como também o próprio Governo Estadual. A carência de pessoal especializado junto às empresas faz com que os processos de exploração mineral sejam rudimentares e não obtenham um mínimo de racionalidade para o desenvolvimento da exploração mineral.¹⁵⁹

¹⁵⁷ BICHARA, IVAN. Mensagem ao poder legislativo. Estado da Paraíba, 1976, p. 36-37.

¹⁵⁸ Importante destacar que os estudos relativos à mineração o estado da Paraíba são um amplo campo a ser estudado pelos historiadores.

¹⁵⁹ *Revista do Fisco*, Ano I, nº 36, mar. 1975.

Isso se fazia um grande problema também para a classe trabalhadora, na medida em que quanto mais rudimentar a extração de minério fosse, mais danosa poderia ser para a saúde dos operários. Lembremos também que isso também atinge bastante à natureza, sobretudo quando o processo não é feito da maneira mais adequada a reduzir os danos ambientais¹⁶⁰.

Nessa matéria, nós podemos notar alguns exemplos dos minérios pretendia-se explorar mais na Paraíba e outros que já eram explorados. Um deles era o lítio, que era bastante exportado para São Paulo. O governo estadual divulgava entusiasmo em relação à mineração nos seus meios oficiais. Uma matéria do jornal *A União* de 25 de novembro de 1975, por exemplo, exemplifica um pouco disso. O título: “Paraíba pode ser primeiro Estado do Nordeste a explorar o níquel”. Citando informações de um estudo realizado por um geólogo ligado à SUDENE, diz-se no texto que

Embora já se conhecesse a existência do níquel em Campo Formoso, na Bahia, aquela ocorrência é tida como de pouca importância econômica.

O primeiro Estado do Nordeste onde foram localizadas reservas de níquel com possibilidades econômicas é a Paraíba.¹⁶¹

Em geral, a política de mineração, malgrado não haver sido o foco da política econômica do governo Bichara, constituiu parte importante do seu projeto de aumento da exportação de bens primários.

2.5. A indústria

O amplo desenvolvimento da indústria de bens de produção na década de 1970 não se fez de forma homogênea por todo o território nacional. Era no Sudeste onde ela ganhava destaque¹⁶². Na Paraíba, durante aquele período, se desenvolve um outro tipo de indústria. Esta era mais tradicional e servia, em grande medida, ao desenvolvimento daquela. Esta característica vem sendo construída ao longo do tempo como nos apresenta a historiadora Monique Cittadino em sua tese, aqui já referenciada. A autora usou em sua argumentação várias ideias e, dentre elas, as do

¹⁶⁰ Nós podemos encontrar várias dissertações, muitos artigos e diversas teses de doutoramento na internet que tratam dessas questões. Sugiro a leitura da dissertação de mestrado em Engenharia Mineral (USP) de Josianne Cláudia Sales Rosa, intitulada “Avaliação de impactos ambientais de um projeto de mineração: Um teste metodológico baseado em serviços ecossistêmicos”. O texto pode ser encontrado no seguinte link: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3134/tde-18032015-151528/publico/disser_josiannerosa.pdf>. Acesso em 2 de abril de 2020.

¹⁶¹ *A União*, 25 de novembro de 1975.

¹⁶² Vide BRUM, 2013.

sociólogo Francisco de Oliveira, das quais também compartilhamos nesta monografia. Sobre a relação Sudeste/Nordeste, Cittadino analisa que

[...] Francisco de Oliveira demonstrou serem esses dois espaços integrantes harmônicos do desenvolvimento capitalista no Brasil pós-30, perpassando, entre ambos, relações dialéticas de dependência, as quais permitem que esse desenvolvimento se processe de forma desigual entre as regiões, porém, articuladamente, fazendo com que se amplie a tendência de concentração do processo de acumulação capitalista na região Sudeste, enquanto que, no Nordeste, fiquem preservadas as relações de produção arcaicas, mas corresponsáveis, em última instância, por garantirem a acumulação no Sudeste.¹⁶³

Cittadino (2006) estudou essa dependência em relação ao governo de João Agripino. Mendes (2019), no tocante à administração Ernani Sátyro. O que sabemos até aqui é que Bichara deu continuidade à política econômica desses governos. A dependência em relação à região Sudeste também continuou no campo industrial. Como nos mostrou Francisco de Oliveira, ratificado por Monique Cittadino, essa dependência favoreceu o aumento de capital do Sudeste. Observamos isso em relação ao setor primário, mas também aconteceu no campo da indústria. Como esses autores escreveram, a indústria nordestina permanece tradicional, ligada, em geral, à agroindústria e à pequena indústria. Nós vamos observar como esse processo se desenvolveu durante o governo de Ivan Bichara.

O que as fontes nos mostram é que as características básicas da indústria paraibana durante os governos de seus antecessores se mantiveram no período em que Ivan Bichara esteve à frente do executivo estadual. Em geral, industrialização de produtos agropecuários, têxteis, indústria de plásticos, produção de calçados.

Os incentivos à frágil indústria paraibana foram acompanhados de propagandas que tentavam atrair empresas de outros países ou estados brasileiros para a Paraíba. Essas indústrias que se instalariam em solo paraibano teriam uma série de vantagens econômicas, as quais eram amplamente divulgadas pelo governo estadual, bem como pelos veículos midiáticos ligados às associações que apoiavam o governo. Um exemplo disso, mais uma vez, podemos encontrar na Revista do Fisco. Desta vez, na edição de maio de 1977. Nela, a manchete de uma publicação dizia “INSTALE SUA INDÚSTRIA NA PARAÍBA (e tenha as seguintes vantagens):”. As tais “vantagens” eram muitas, mas se destacavam algumas como, por exemplo, financiamentos via SUDENE, incentivos fiscais, distritos industriais disponíveis,

¹⁶³ CITTADINO, 2006, p. 233 - 234.

estradas que favoreciam a escoação da produção, facilidade de acesso a terrenos para a implantação de fábricas e indústrias. De acordo com a matéria:

A indústria não encontra condições de créditos mais vantajosas do que na Paraíba. Chega a ponto de haver um subsídio nas taxas de juros e correção monetária para os empréstimos concedidos à indústria no Nordeste. isso [sic.] é tão verdadeiro que o Banco do Nordeste do Brasil empresta, através do Banco do Estado da Paraíba, a taxa fixa de 16% ao ano. O prazo poderá se estender até 8 anos, incluído 2 de carência.¹⁶⁴

A concessão de incentivos fiscais e fácil acesso às terras favoreciam, claro, os grandes grupos industriais, os quais se concentravam em João Pessoa e Campina Grande. É bem notório que os governos “biônicos” aqui na Paraíba deram mais destaque a essas duas cidades. Não houve distribuição real da produção industrial considerável em todas as mesorregiões do estado. Valber Nunes já observara as discrepâncias nos graus de investimentos dados ao “desenvolvimento” do eixo Campina Grande/ João Pessoa em relação às outras cidades e regiões do estado, na sua dissertação sobre o governo Ernani Sátyro. Vejamos o que ele diz:

[...] ao aproximarmos a análise em relação às diferenciações locais, destacamos com[o] estas se apresentam também em âmbito estadual, tanto em relação entre João Pessoa e Campina Grande, em que a maior parte dos recursos são destinados aos distritos localizados na capital bem como entre Campina Grande/ João Pessoa e as demais cidades do estado, uma vez que a disponibilidade de recursos permanecia concentrada principalmente nessas duas cidades que possuíam os distritos industriais [...].¹⁶⁵

Se a indústria que era realizada em Campina Grande e João Pessoa já não tinha tanta abrangência de produção, a nível de poder ser comparada com aquela que se desenvolvia no Sudeste, o que dizer da produção industrial que acontecia nas pequenas cidades do estado? Era bem mais tradicional. Assim se passou também durante a gestão de Ivan Bichara, apesar das tentativas de desenvolver pequenos focos industriais em cidades consideradas estratégicas pelo governo. Podemos citar exemplos como Patos, Guarabira e Pombal. Muitas delas eram tidas como sendo de “vocação industrial”, mas não receberam a estrutura básica para que tal “vocação” se construísse efetivamente.

O que acontecia no Brasil naquele momento (será que isso já não acontece mais?) era uma política integrada de desenvolvimento econômico em que algumas regiões deveriam continuar com sua produção tradicional e sustentar de produtos

¹⁶⁴ *Revista do Fisco*, Ano VIII, nº 50, mai. 1977.

¹⁶⁵ NUNES, 2019, p. 196

primários aquelas regiões com indústria pesada e mais tecnológica (a velha divisão regional do trabalho da qual já falamos).

O Governo Federal também foi importante agente para que essa lógica continuasse. De certa maneira, o II PND indicava nesse sentido. Façamos, ao ler a seguinte citação, uma relação com a noção de “desenvolvimento desigual e combinado” de Trotsky, sobre a qual comentei na introdução desta monografia e que influenciou alguns dos autores com cujas ideias concorda-se aqui (notadamente Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira). Um modelo de desenvolvimento capitalista servindo ao desenvolvimento de outro, este, mais “avançado”. Citando mais uma vez a *Revista do Fisco*, agora vamos à edição de maio de 1975, a qual traz uma reportagem intitulada “A Indústria têxtil-confecções na Paraíba”. O texto diz que

Uma das metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento é o fortalecimento dos pólos de indústrias tradicionais no Nordeste. E como a Paraíba possui uma longa tradição industrial no setor algodoeiro, de fiação e tecelagem e, já agora, de confecções, poderá beneficiar-se da estratégia de integração daquele Plano, dando impulso ao desenvolvimento desse argumento de sua economia.¹⁶⁶

Apresentando ao leitor uma série de empresas que trabalham no processamento de algodão no estado da Paraíba, a matéria trata igualmente de exaltar as “potencialidades” estaduais na produção de fibras tais como algodão e sisal. Nota-se que era projeto da classe dominante estadual o maior desenvolvimento daquele tipo de indústria. Esta, não se comparava àquela do Sudeste, especialmente.

O governo estadual se alinhava à classe produtora de produtos primários no estado, bem como às diretrizes da SUDENE e seus grupos “parceiros”, como o Grupo Matarazzo, já citado aqui nesta monografia. Sobre a produção de fibras, por exemplo, um projeto que se destacou, e que era ligado àquele grupo, foi o da Polynor S.A. Ind. e Comércio de Fibras da Paraíba. Tal empresa contava com amplos financiamentos do Banco do Nordeste e incentivos fiscais do Governo da Paraíba.¹⁶⁷

Ainda na *Revista do Fisco*, dessa vez na edição de abril de 1975, notamos mais referências a tal indústria tradicional que se desenvolvia na Paraíba. Uma matéria na parte dedicada à “indústria” dizia “Fábrica de calçados conquista mercados do Sul”. A produção estaria sendo realizada pela fábrica Fortflex, do empresário Pedro da Costa Gadelha. A fábrica estava instalada na cidade de Santa Rita. Grande parte da sua

¹⁶⁶ *Revista do Fisco*, Ano VIII, nº 34, mai. 1975.

¹⁶⁷ *Revista do Fisco*, Ano VIII, nº 35, jul. 1975.

produção não ficava na Paraíba, mas era exportada para grandes centros urbanos pelo Brasil. De acordo com a reportagem,

Até mesmo em Franca, no Estado de São Paulo, maior centro produtor de calçados do Brasil, os calçados FORT-FLEX estão presentes na disputa do mercado local e nos próximos dias estão sendo lançados no Rio Grande do Sul, para onde está sendo negociada a exportação de milhares de pares de calçados.¹⁶⁸

Na verdade, ao analisarmos fontes periódicas daquele período, textos similares aos que estou apresentando aqui são bastante comuns. Essa relação de dependência Paraíba – dentro do contexto Nordeste – e Centro-sul está bem presente em fontes periódicas e oficiais daquele momento. A atração de capitais de outras partes do Brasil acontecia de várias maneiras. Isso poderia ter lugar, por exemplo, via esforços de entidades privadas com o apoio do governo estadual ou, poderia vir a partir de contatos diretos com o executivo paraibano.

O foco desses investimentos continuava a ser João Pessoa e Campina Grande. A classe empresarial dessas cidades mantinha amplos contatos com empresários das regiões mais fortes economicamente. Os jornais pró-governo seguiam vendo essa relação, desigual, com bons olhos, coisa não muito diferente do que aconteceu nas gestões anteriores a de Bichara. O jornal *A União* de 26 de abril de 1975, por exemplo, lançou uma matéria cujo título dizia “C. Grande empolga empresários do Sul”. Tratava-se da vinda de alguns empresários sulistas a Campina Grande na intenção de avaliar a estrutura produtiva da cidade. Chegaram, por exemplo, de acordo com a notícia, a manterem contato com diretores de empresas do ramo de matérias-primas. Aquela “missão” teria sido “vitoriosa”.

Depois da visita que os empresários sulistas fizeram a Campina Grande, o sr Raul de Goes, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro disse que os seus companheiros de missão econômica ficaram surpreendidos com o desenvolvimento daquela cidade e do setor industrial como no plano social e universitário.¹⁶⁹

A ligação entre Bichara e a Associação Comercial do Rio de Janeiro já vinha de um bom tempo. Lembremos o que escreveu o historiador José Octávio de Mello sobre o apoio dado pela instituição para a chegada de Ivan ao executivo estadual, em tempos negação de direitos políticos às pessoas. Essa citação se encontra no primeiro capítulo desta monografia.

¹⁶⁸ *Revista do Fisco*, Ano VIII, nº 33, abr. 1975.

¹⁶⁹ *A União*, 26 de abril de 1975.

Bichara também trocava cartas com diretores de grandes grupos empresariais a respeito de instalações de espécies de filiais na Paraíba. Analisando os documentos relativos a seu governo, que estão presentes na Fundação Casa de José Américo, podemos encontrar exemplos destas correspondências.

Um deles é uma carta enviada a Ivan Bichara pelo diretor-presidente da Indústria de Bebidas Antártica do Nordeste S/A, ligada à Antártica Paulista, Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa, de dezembro de 1977, emitida do Rio de Janeiro. A carta tratou de responder a uma mensagem de Bichara enviada à companhia na intenção de conseguir a instalação de uma fábrica de na Paraíba. Manoel Rodrigues informa a Bichara que a decisão disso caberia à Companhia Antártica Paulista que era, diga-se de passagem, a acionista majoritária da empresa.¹⁷⁰

Ao observarmos a carta que Bichara havia enviado ao dito diretor, nós podemos perceber que as intenções de Ivan em instalar tal fábrica não eram novas e algumas conversas já haviam acontecido antes no sentido de construir uma espécie de acordo entre o Governo da Paraíba e o grupo Antártica. Vejamos agora um trecho da correspondência de Bichara:

“Vindo a saber que a Antártica encontra-se disposta, atualmente, a retomar o assunto, aproso-me¹⁷¹, em nome do meu Estado, a ratificar toda a oferta de incentivos que, àquela época, foram postos ao exame desse prestigioso grupo, cabendo informar que novas condições propícias ao desenvolvimento industrial foram acrescentadas ao elenco de estímulos não existentes”¹⁷².

A “carta” apresenta alguns benefícios que poderiam ser concedidos à Antártica, caso houvesse a decisão pela instalação da fábrica. Informa também que “Seguem, igualmente, informações gerais sobre incentivos fiscais, creditícios e locacionais postos à disposição da Antártica a partir da sua opção pelo nosso Estado”.¹⁷³ Como já sabemos, a concessão de incentivos das mais variadas naturezas à classe empresarial foi uma característica dos governos paraibanos durante a Ditadura Militar.

Notamos, pois, que a industrialização da Paraíba durante o governo Ivan Bichara apresentou características conservadoras, se pautando, sobretudo, na industrialização de bens de baixa complexidade como é o caso dos produtos ligados

¹⁷⁰ LISBOA, Manoel Rodrigues de Carvalho [Correspondência]. Destinatário: Ivan Bichara Sobreira. Rio de Janeiro, 16 dez. 1977.

¹⁷¹ Não dá muito para saber se está escrito “aproso-me” ou “apresso-me”. Este, provavelmente, seja o caso.

¹⁷² SOBREIRA, Ivan Bichara. [Correspondência]. Destinatário: Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa. João Pessoa, 7 set. 1977.

¹⁷³ Ibidem.

à agroindústria¹⁷⁴. O governo também manteve incríveis ligações com a classe dominante local e externa e essas características aproximam bastante sua gestão daquela dos seus antecessores. Houve, claro, algumas diferenças, as quais tentei apresentar ao longo deste capítulo. O caso da mineração é, talvez, um exemplo disso. Ao que tudo indica, Bichara investiu mais do que os outros num projeto mineralógico para o estado que teve inúmeras consequências, as quais foram apresentadas de maneira resumida.

¹⁷⁴ Características similares as do governo João Agripino, como vimos na tese de Cittadino (2001), bem como as do governo Ernani Sátiro, como observamos na dissertação de Mendes (2019).

CAPÍTULO 3: FIM DO GOVERNO, RESULTADOS E SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

3.1. Introdução

Nos capítulos anteriores, nós pudemos observar as forças políticas que contribuíram para que Ivan Bichara chegasse ao posto máximo do poder executivo paraibano, em tempos de cessação dos direitos humanos, de ditadura militar ferrenha. Notamos a estruturação de seu governo, bem como o desenrolar de sua política econômica, sobretudo nas áreas de agricultura e indústria, sempre fazendo, na medida do possível, uma relação com aquilo que se passava em âmbito nacional.

Agora, neste terceiro e último capítulo desta monografia, uma de minhas intenções será a de comentar, em linhas gerais, os resultados políticos e socioeconômicos da administração Ivan Bichara. Outra coisa importante que tentarei fazer, nas linhas que se seguem, é apresentar os impactos que toda essa política econômica provocou na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. É importante destacar que a intenção não será a de fazer um mapeamento detalhado dos indicadores sociais daquele momento histórico, dada, inclusive, a enorme dificuldade que se tem de encontrar fontes confiáveis em relação aos números do estado da Paraíba.

3.2. A saída do governador do cargo

Importante destacar que Ivan Bichara foi posto - visto que sem eleição democrática e tendo Geisel como o real responsável final por isto - no cargo para ser governador da Paraíba entre os anos de 1975 e 1979, mas sabemos que isso não se concretizou e sua gestão foi finalizada em 1978 quando seu vice, Dorgival Terceiro Neto, assume o cargo. O motivo do seu afastamento foi a sua intenção de candidatar-se, nas eleições que se passariam no dia 15 de novembro daquele mesmo ano, para o cargo de senador.

Ao que tudo indica, isso não tratou apenas de uma vontade por parte de Bichara de tornar-se senador, mas, também, de uma convocação feita pela Arena Nacional que via o seu nome a possibilidade de vitória. Depois de momentos de incertezas em

relação à veracidade de sua ida à disputa, no dia 19 de janeiro de 1978, o jornal *A União* noticia o apoio da Arena estadual à candidatura de Ivan. Segundo a matéria, no dia anterior a esse, havia acontecido uma reunião que contara com a participação de vários políticos arenistas de várias regiões da Paraíba. O texto deu destaque àqueles de João Pessoa e Campina Grande, citando nominalmente essas cidades, mas coloca uma lista enorme de nomes de pessoas que teriam vindo de várias regiões do estado. Tal reunião ocorreu no Palácio da Redenção, sede do Governo do Estado da Paraíba.¹⁷⁵

O chamado “pacote de abril” produzido por Geisel, e do qual já falamos, estava em vigor quando das eleições que tiveram lugar em 1978. Foram eleições gerais para governadores, deputados e senadores, mas, como sabemos, naquele contexto o poder executivo federal tinha o poder de colocar no cargo os chamados por alguns de “senadores biônicos”, não eleitos, que garantiriam o processo de transição “lenta e gradual” pretendido pela alta cúpula da ditadura.

Na Paraíba, ganhou indiretamente as eleições Tarcísio Burity para o cargo de governador, pelo partido da ditadura, Aliança Renovadora Nacional. Seu vice foi o ex-deputado estadual Clóvis Bezerra Cavalcanti, natural da cidade de Bananeiras. No que se refere à Assembleia Legislativa, para a qual houve eleições diretas, a maioria dos deputados que se elegeram era da ARENA. A Paraíba seguiu o processo do que ocorreu, em geral, no Nordeste, onde a Arena continuava bastante forte, como aponta a historiografia sobre a temática. Para o Senado, na Paraíba, ganhou o candidato adversário de Bichara, Humberto Lucena, do MDB. O “senador biônico” escolhido pela Arena foi Milton Bezerra Cabral, o qual desenvolveu sua carreira política, sobretudo, na cidade de Campina Grande.

A historiadora Monique Cittadino, já citada aqui por nós, descreve, num de seus textos, esse processo eleitoral de 1978 no estado da Paraíba. A autora chama atenção para uma espécie de “acordo” que aconteceu no seio da Arena, batizado de “Acordo de Brasília”. Vejamos o que ela escreve:

Na Paraíba, as eleições de 1978 iniciaram-se a partir do chamado “Acordo de Brasília”, elaborado por algumas lideranças políticas da Arena. Através desse acordo que buscava a reaproximação das alas agripinistas e a emanista, neste momento afastadas, reconstruíam-se a antiga união partidária e procedia-se a uma divisão dos cargos em disputa. O acordo previa o lançamento do então governador Ivan Bichara ao Senado, concorrendo pelas eleições diretas, a indicação de Ernani Sátiro como senador “biônico” e do deputado federal Antônio Mariz como governador. Entretanto, o acordo não

¹⁷⁵ *A União*, 19 de janeiro de 1978.

foi aceito de forma unânime pelas diversos líderes políticos arenistas que se viram ameaçados pelo acordo elaborado a partir da cúpula, o que suscitou uma profunda cisão no interior do partido. Mariz, apoiado pela ala agripinista, apesar de não ser o candidato oficial manteve, sua candidatura ao governo do estado, enquanto o governador Ivan Bichara, após tentar infrutiferamente lançar o nome de Milton Cabral, indicado o nome de Tracísio Burity, então Secretário de Cultura do Estado para sucedê-lo. Dessa forma, A ARENA paraibana foi à Convenção do partido dividida com a presença de dois postulantes.¹⁷⁶

Vemos, portanto, que, ao que tudo indica, Bichara não pôde realizar um de seus objetivos, o qual era também vontade de Sátyro quando o apoiou na sucessão, que foi o de unificar mais a Arena. Ao fim de sua gestão, o partido da ditadura no estado seguia em conflitos. Importante destacar que ele se manteve apoiador do regime vigente no país até o fim de seu governo, ao menos.

Numa entrevista ao jornalista Severino Ramos presente no livro *Os 100 anos de Ivan Bichara, inéditos*, Bichara relembra um pouco aquele contexto. Perguntado pelo entrevistador se ele levou mágoa consigo após se afastar da política, o ex-governador responde:

- Não posso dizer que não levei mágoa. Não gostei de ter sido derrotado na eleição para o Senado a que eu fui conduzido, resistindo muito. A Arena se reuniu, lançou o meu nome, insistiu muito fez apelos dramáticos para que eu fosse candidato a senador, porque era uma solução para a política: a Paraíba ia ter uma pessoa com experiência administrativa no Senado, e que o partido ia caminhar solidário com essa eleição.¹⁷⁷

Essa entrevista é bem rica e pode ser consultada por quem tenha interesse em mais detalhes sobre esse processo político de 1978. Nela, Bichara fala também de sua sucessão da escolha do nome de Tarsísio Burity, após outros nomes não terem dado certo, etc. O foco desta monografia não é descrever tudo isso, mas o material é bem rico e pode ser aproveitado em estudos posteriores.

Ainda para a historiadora Monique Cittadino,

De um lado, a cisão no interior da Arena é um indicativo de que as forças políticas, mesmo aquelas vinculadas ao bloco de poder, já não podiam permanecer presas a um espaço político restrito e limitado. Suas divergências internas já extrapolavam os limites da convivência no interior de uma mesma legenda e exigiam a abertura de novos espaços de atuação política. Por outro lado, a maciça presença popular que acompanhou a campanha de Mariz, dado a essa eleição ares de uma disputa democrática pelo voto do povo, também é ilustrativo da impossibilidade de ainda manter-se a população afastada da vida política nacional. Em síntese, a Paraíba, nesse momento,

¹⁷⁶ CITTADINO, 1999, p. 125 – 126. Em: CITTADINO, Monique. A política paraibana e o estado autoritário (1964 – 1985). In: Estrutura de poder na Paraíba. Vol. 4. João Pessoa. EDUEPB, 1999, p. 111 – 137.

¹⁷⁷ “Ivan Bichara: ‘eu quis renunciar’. Entrevista a Severino Ramos”. In: RODRIGUES, Gonzaga (org.). Os 100 anos de Ivan Bichara – inéditos. João Pessoa, Idea, 2018, pp. 158 – 168.

refletiu e tornou-se paradigmática do esgotamento do regime que se processava em âmbito mais amplo.¹⁷⁸

Importante destacar que a autora fala em “ares de uma disputa democrática” e considero isso um pouco problemático, pois vivíamos no Brasil ainda uma ditadura antidemocrática (com o perdão da redundância) bem forte, apesar de em processo de “abertura”. Nessa mesma eleição aconteceram coisas como a escolha de “senadores biônicos”, não eleitos pelo voto popular, o que é absurdamente contrário à democracia.

Em agosto de 1978, na Paraíba, Ivan Bichara, que não logrou se eleger para o Senado, deixa o posto de governador do estado, o qual é assumido por seu vice Dorgival Terceiro Neto. Não é meu objetivo aqui estudar esse período transitório, considerando a temática desta monografia.

3.3. Alguns números do governo Geisel

Quando o governo de Ivan Bichara se encerra na Paraíba, o de Geisel estava se encaminhando para o fim. Considero importante a apresentação de alguns números do governo Geisel naquele contexto para que o leitor possa, compreendendo-os melhor, ter uma visão do que se passara na Paraíba como fazendo parte de algo maior. Entender um pouco do que acontecera no âmbito socioeconômico do Brasil na década de 1970 é importante, visto que a Paraíba não está desconectada desse todo.

Como outros governos militares, aquele de Geisel também, assim como o Bichara a nível estadual, esteve estreitamente alinhado com as demandas das classes dominantes. Isso pode ser notado, por exemplo, na importância que foi dada à Associação Brasileira para o Desenvolvimento Industrial no que se refere à implantação das diretrizes do II PND. A ABDIB servia como um órgão de defesa dos interesses dos grandes industriais nacionais. É o que nos mostram os estudos do historiador Rafael Vaz da Motta Brandão.¹⁷⁹

¹⁷⁸ CITTADINO, 1999, p.27. Em: CITTADINO, Monique. A política paraibana e o estado autoritário (1964 – 1985). In: Estrutura de poder na Paraíba. Vol. 4. João Pessoa. EDUFPB, 1999, p. 111 – 137.

¹⁷⁹ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **A ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel**. In: Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

O financiamento dos projetos implementados por Geisel vinha, em grande parte, de fora do Brasil. Eram investimentos externos, os quais geravam mais dívidas para o país e

A realidade não tardou a desmentir as projeções oficiais. Na segunda metade dos anos 70, as taxas de crescimento econômico caíram de 9,8% em 1974 para 4,8% em 1978. A dívida externa – um poço sem fundo – pulou de 12,5 bilhões de dólares em 1974 para 43 bilhões em 1978 e já estava em toro de 60 bilhões em 1980. A maior do mundo. As importações continuaram aumentando e a capacidade de pagá-las reduziu-se. Cresceram os gastos e o déficit públicos. As taxas de juros internas subiram cada vez mais a especulação financeira fez sua orgia e os “escândalos financeiros” começaram a se tornar públicos (Banco Halles, Copersucar Banco Econômico, entre outros). A inflação rompeu as amarras artificiais e estourou chegando a atingir 110% em 1980. Subiu o custo de vida e o valor real do salário mínimo atingiu o nível mais baixo dos últimos 20 anos. O arrocho salarial as demissões e o desemprego foram crescendo a cada ano. A crise, que se configurou mais fortemente a partir de 1976, veio a atingir o seu auge na recessão de 1981 – 83.¹⁸⁰

Durante o governo Geisel, ao passo que o Produto Interno Bruto aumentou em média a 6,7%, a inflação se descontrolava cada vez mais, atingindo um patamar de crescimento de 37,9% também em média.¹⁸¹ Nem precisa pensar muito para saber quais grupos eram os mais impactados economicamente com essa política.

No geral, vemos portanto que, malgrado o aumento da produção dos tais “bens de produção” no Brasil, os anos Geisel foram de bastante endividamento do país e aumento da inflação. Claro que isso teve impacto sob a classe trabalhadora, a mais prejudicada com tudo isso. Para citarmos um só exemplo disso, notamos na citação acima a enorme desvalorização do salário mínimo que houve naquele momento.

3.4. O ICM e alguns números do governo Ivan Bichara

No capítulo 2 desta monografia, observamos algumas características do Plano de Ação do Governo, desenvolvido na gestão Ivan Bichara. Nele, havia também a disposição de gastos públicos que deveriam se operar no estado da Paraíba entre os anos 1975 e 1979. Logo quando tomou posse, a equipe do governo previu a quantidade de recursos que estaria disponível durante esse período e o resultado - que foi somado em 2.146,7 milhões para toda a gestão - em que chegaram foi publicado na edição de abril de 1975 da *Revista do Fisco*. Vejamos abaixo:

Previsão de recursos para execução do Plano de Ação de Governo

¹⁸⁰ HEBERT, 2001, p. 42-43.

¹⁸¹ FAUSTO, 2019, p. 424.

(1975 – 1979)

1975	Cr\$ 472.135 mil
1976	Cr\$ 523.475 mil
1977	Cr\$ 581.731 mil
1978	Cr\$ 647.516 mil
1979	Cr\$ 721.882 mil

Tabela 3: Fonte: Revista do Fisco, n° 55. Abril/1975.

O que se previu foi, logo, uma taxa de crescimento anual em níveis de 11% de crescimento ao ano. Grande parte desse aumento viria de transferências federais para a Paraíba e, também, de arrecadações de ICM¹⁸². O que as fontes nos parecem mostrar é que, para além de todas as fontes de recursos recebidos pelo governo da Paraíba e citados em capítulos anteriores, o ICM foi uma das principais origens da arrecadação do governo Bichara, o qual chegou, inclusive, a promover, ainda no ano de 1975, uma campanha por maior arrecadação desse tributo que incide sobre a circulação de mercadorias em âmbito estadual. Tal campanha chamava-se “ICM com Ternura”. Seu principal objetivo era que os devedores de tal imposto, pagassem as suas dívidas e multas.

A campanha começara em agosto daquele ano e, em outubro, o Diretor do Departamento de Receita, Bráulio d’Albuquerque Chaves, deu uma palestra sobre o tema explicando como ocorreu esse programa e se estava dando resultados. O conteúdo dessa palestra foi publicado na *Revista do Fisco*. De acordo com o advogado:

No mês de agosto, no dia 14, começamos ICM COM TERNURA e já agora quando a campanha está em pleno desenvolvimento o aumento de arrecadação da dívida ativa do mês de setembro, sem a necessidade de execução judicial, atingiu um percentual de 520,1%, com uma arrecadação assim discriminada: setembro 1974, Cr\$ 19. 817,47; setembro Cr\$ 112. 891, 21.¹⁸³

Vemos, portanto, que a diferença entre o ano anterior, sob a gestão de Ernani Sátyro e o primeiro ano de Bichara é bem significativa. O que havia, na prática, era um acordo das empresas devedoras com o governo estadual. O que devemos observar é que, se por um lado, com essa campanha, o governo da Paraíba adquiriu mais recursos, por outro, é importante que se diga que tais empresas adquiriam recursos, claro, vendendo produtos e que, para pagar essas dívidas, aumentar os

¹⁸² Fonte: *Revista do Fisco*, n° 33. Abril/1975, p. 3.

¹⁸³ CHAVES, Bráulio. In: *Revista do Fisco*, n° 37. Outubro/1975, p. 24.

seus preços poderia ser uma estratégia. A classe não detentora dos meios de produção também pagou essa conta, portanto.

Na entrevista supracitada, Bráulio explica ainda que:

ICM COM TERNURA – A campanha não é outra senão o [sic.] de admitir parcelamento dos débitos fiscais constituídos, com redução da multa de 90% caso o pagamento seja à vista e de 80% para pagamento favorável, cujo número de parcelas é amistosamente discutido com o contribuinte. Em face disso, mais de 400 foram parcelados, o que já obrigou ao Departamento da Receita determinar horário especial para o atendimento dos casos.¹⁸⁴

Se notarmos as taxas de redução das multas, por exemplo, foi bastante favorável aos empresários, atingindo cifras de 90%, caso fossem pagas à vista.

Conhecido atualmente como ICMS¹⁸⁵ (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) fora criado no durante o primeiro governo da ditadura, o de Castelo Branco, e substituiu, de certa forma, o Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC).¹⁸⁶ De âmbito estadual, os recursos obtidos via tal tributo foram bastante utilizados na gestão Ivan Bichara que cuidou, como vimos, de aumentá-los.

Os grupos alinhados ao projeto político/econômico de Ivan Bichara estiveram muitas vezes em publicações midiáticas como grandes contribuidores de ICM. Pode-se citar, por exemplo, as empresas ligadas ao grupo Matarazzo, do qual já se falou aqui nesta monografia. A edição de junho de 1976 da *Revista do Fisco* trouxe uma matéria intitulada “Matarazzo é a maior contribuinte de ICM da Paraíba”. Implicitamente, o texto passa uma ideia de que tal conglomerado estava como que “ajudando” a Paraíba ao fazer isso, quando se estava apenas fazendo apenas o seu dever. Vejamos alguns números citados:

Os recolhimentos de ICM da Cia. Paraíba de Cimento Portland – CIMEPAR – somaram, em 1975, a importância de Cr \$ 10. 956.047, 53; os recolhimentos da Polynor S/A, Indústria e Comércio de Fibras Sintéticas, somaram a importância de Cr\$ 3. 822. 636, 84; e os recolhimentos da S/A Indústrias Reunidas F. Matarazzo, a importância de Cr\$... 964.673,89. Perfazendo um total, portanto, de Cr\$ 15. 745.368, 26.¹⁸⁷

¹⁸⁴ CHAVES, Bráulio. In: *Revista do Fisco*, nº 37. Outubro/1975, p. 24.

¹⁸⁵ Para conhecer uma espécie de “pequena história” do ICMS, vide: “*ICMS: como era, o que mudou ao longo do tempo, perspectivas e novas mudanças*”, do professor de Economia Fernando Rezende. Disponível em http://www.efaz.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Forum_Fiscal_dos_Estados/FFEB_Cademo_n_10.p df. Acesso em 12 de maio de 2020.

¹⁸⁶ REZENDE, 2009.

¹⁸⁷ *Revista do Fisco*, Ano VII, nº 42. Junho/1976, p. 36.

É importante destacar que as empresas ligadas ao grupo Matarazzo eram grandes receptoras de incentivos fiscais por parte do Governo da Paraíba via, por exemplo, a Secretaria Estadual de Agricultura. Nessa mesma edição da *Revista do Fisco*, logo após a matéria citada há, por exemplo, uma lista de empresas paraibanas beneficiadas com esses incentivos. Entre elas está, por exemplo, a própria Polynor, à qual já fiz referência aqui nesta monografia.

Essa política de incentivos fiscais não era apenas uma característica do governo Ivan Bichara, como já vimos, mas dos governadores paraibanos durante a Ditadura, em geral, como tantos estudos já mostraram. Mesmo com as mudanças na política econômica geral da Ditadura na gestão Geisel, a Paraíba continuou fortemente com esses incentivos. Sobre isso vide, por exemplo, uma matéria da *Revista do Fisco* da edição de novembro/dezembro do ano de 1976, intitulada “Paraíba mantém incentivos apesar da contenção federal”.¹⁸⁸

Em relação à arrecadação tributária geral do estado da Paraíba, nos últimos 3 anos de governo de Bichara, temos os seguintes dados: em 1976 a Paraíba arrecadou CR\$ 452.278; em 1977, CR\$ 623.181; em 1978, CR\$ 1.204.971. A enorme maior parte disso tudo, advinda do ICM. Só para termos uma ideia, de todo o valor arrecadado via tributos em 1978, CR\$ 1.184.207 advieram desse imposto. As despesas estaduais nesses anos foram as seguintes: em 1976, 1.066.936; em 1977, 1.504.819 e, em 1978, 2.596.897¹⁸⁹.

Vemos, portanto, que o estado gastou mais do que arrecadou. Nós podemos nos perguntar: O Plano de Ação do Governo, para além do que já observamos, teve “sucesso”? A noção de “sucesso” deve ser tratada com responsabilidade aqui, pois “sucesso” para o governo burguês não corresponde necessariamente a melhoria na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Nas páginas acima, já vimos quais foram os grupos sociais mais favorecidos pela política econômica de Ivan Bichara. Para o governo estadual, as linhas gerais do PLANAG foram, sim, atingidas. Em Mensagem ao poder legislativo, publicada em 1978, já vista aqui por nós nesta monografia, Bichara faz uma análise da sua gestão durante o ano de 1977 e, nela, também faz

¹⁸⁸ *Revista do Fisco*, ano VII, nº 45. Novembro/dezembro de 1976.

¹⁸⁹ Fonte desse dados: Ministério da Fazenda. Secretaria de Economia e Finanças. Disponível em Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), v. 41, 1980, p. 745 - 746. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1980.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2020

referências aos anos iniciais do seu governo. Logo na parte inicial do documento, ao falar do PLANAG, ele diz:

Sem falsa e desnecessária modéstia, podemos afirmar que atingimos os objetivos a que nos propusemos, já anunciados, em suas linhas gerais, no Plano de Ação do Governo – PLANAG.

Claro que o dito acima tem a medida e o alcance do razoável. Não foi o que sonhamos ou desejamos fazer; foi o que podemos fazer. Com empenho, com entusiasmo, com fé.¹⁹⁰

Como observamos no capítulo dois deste texto, os focos desse projeto eram os setores primário (vimos que esse obteve mais atenção) e secundário da economia paraibana. Ao analisarmos dados disponíveis no Anuário Estatístico do Brasil do ano de 1979, publicado pelo IBGE, podemos notar alguns números importantes sobre o desenvolvimento da economia paraibana no setor primário. Sobre esse setor as fontes disponíveis são mais abrangentes. Para o seu desenvolvimento, foram criados órgãos estatais e programas que viabilizassem os objetivos do PLANAG, que intentou dar as linhas gerais da gestão do governador Ivan Bichara. Vejamos, por exemplo, a tabela abaixo:

Números municípios com assistência técnica e extensão rural nos anos de governo de Ivan Bichara

Ano	1975	1976	1977	1978
Nº de municípios assistidos	140	140	158	165

Tabela 4: Fonte: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural¹⁹¹

Ao observarmos os mesmos números para outros estados brasileiros¹⁹², notamos que a Paraíba, no ano de 1975, era o 5º estado com maior número de municípios com esse tipo de assistência, apenas superado pelos estados de Minas Gerais, Bahia, Paraná e Santa Catarina com um total de 663, 253, 196 e 171 municípios atendidos, respectivamente. Em 1978, a situação é diferente. A Paraíba caíra 2 posições nesse “ranking”, ficando em 7º lugar, logo após os estados de Minas

¹⁹⁰ PARAÍBA. **Terceira mensagem ao poder legislativo**. Estado da Paraíba, Governo Ivan Bichara Sobreira, João Pessoa, 1978, p. 8.

¹⁹¹ Tabela produzida por mim, a partir de outra tabela contento números para todos os estados brasileiros, Distrito Federal e Brasil como um todo, disponível em: Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), v. 40, 1979, p. 339. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1979.pdf>. Acesso em 16 de julho de 2020.

¹⁹² Ibidem.

Gerais, Paraná, Bahia, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com 686, 290, 259, 202, 197 e 167 municípios assistidos, respectivamente.

Em geral, nos anos de 1976, 1977 e 1978, a faixa de terra cultivada no estado da Paraíba aumentou. Se tomarmos como exemplo a área de plantio do abacaxi, umas das principais culturas do estado, notamos que o estado contava com 4.117 hectares destinados a seu cultivo, no ano de 1976. Em 1977, esse número era de 5.335 e, em 1978, de 6.045. A sua produção também aumentou. Em 1976, foram produzidas na Paraíba 68. 787 toneladas de abacaxi. Em 1977 esse número foi de 96. 600 e, em 1978, de 107. 686. Importante destacar que, de 1977 para 1978, apesar de se haver aumentado o total colhido, o rendimento na relação total de quilos produzidos por hectare plantado diminuiu¹⁹³. Outro exemplo que podemos citar é o da produção de cana-de-açúcar, que também cresceu, junto com o aumento do território utilizado para o seu cultivo¹⁹⁴.

Coisa um pouco diferente aconteceu com a produção de feijão em grãos. Neste caso, a área colhida diminuiu ao longo desse três anos, ao passo que a quantidade produzida aumentou de maneira considerável, ao menos de 1976 para 1977¹⁹⁵. Como vimos no segundo capítulo desta monografia, outros importantes produtos paraibanos para exportação eram o sisal e a mamona, os quais apresentaram os seguintes números no triênio 1976, 1977 e 1978: A área colhida de sisal ou agave nesses anos, na Paraíba, foi, respectivamente, 87. 373, 110. 608 e 100. 719 hectares. Para os mesmos anos, a quantidade produzida foi, respectivamente e em toneladas, de 38. 922, 103 .264, 100 .215¹⁹⁶. No caso da mamona, houve constante diminuição, tanto da área colhida quanto da produção lograda. Em 1976, a Paraíba colheu mamona numa área de 3. 670 hectares. Este número caiu para 3. 263 em 1977 e para 2. 274 em 1978. Nesses mesmos anos, a produção foi, respectivamente e em toneladas, de 3. 045, 2. 767, e 1. 515¹⁹⁷.

Dados a respeito da produção de outros bens agrícolas podem ser encontrados pelo leitor desta monografia na fonte indicada, a qual apresenta dados bastante

¹⁹³ Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto Brasileiro do Café. Disponível em: Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), v. 40, 1979, p. 344 . Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1979.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2020.

¹⁹⁴ Ibidem; p. 348.

¹⁹⁵ Ibidem; p. 350.

¹⁹⁶ Ibidem; p. 356.

¹⁹⁷ Ibidem; p. 353.

interessantes a respeito de outros aspectos tais como a mineração, consumo, extração vegetal, etc. Como vimos, grande parte do que era produzido na Paraíba servia para exportação, dentro daquela lógica aqui já citada de Divisão do Trabalho. Nos três anos finais do governo de Ivan Bichara, o que os economistas chamam de “balança comercial” da Paraíba foi “favorável”. Isso não significa melhoria real na vida da gente paraibana, mas apenas que houve mais exportações do que importações. No ano de 1976, o estado exportou o correspondente ao valor em dólares de 20. 256. Em 1977 esse total foi de 23. 955 e, em 1978 de 24. 535¹⁹⁸. Nesses mesmos anos, a Paraíba importou, respectivamente, os totais em dólares de: 14. 727, 9. 347 e 10. 952¹⁹⁹.

3.5. Indicadores socioeconômicos e a classe trabalhadora: alguns resultados da administração Ivan Bichara

Como já se deixou claro, este trabalho trata da política econômica do governador Ivan Bichara na Paraíba e versa, sobretudo, sobre a situação dos setores primário e secundário da economia. É importante que se fale um pouco sobre a situação da classe trabalhadora durante o período em que Ivan Bichara esteve à frente do executivo estadual na Paraíba. Entretanto, ao se buscar fontes que servissem como base para que se desse assunto, depara-se com a escassez desses instrumentos fundamentais ao trabalho do historiador.

Já pudemos ver que, no plano nacional, a Ditadura Militar levou a uma piora da situação econômica e social da classe trabalhadora no Brasil. A concentração de renda, a diminuição real do salário mínimo, como já vimos, são alguns exemplos desse processo. Mas, podemos nos perguntar: e na Paraíba chefiada por Ivan Bichara, como isso se deu?

Como dissemos, as fontes a respeito disso são escassas, mas podemos dizer que a classe trabalhadora paraibana sofreu, de maneira geral, também com aquela

¹⁹⁸ Fonte: Banco do Brasil. Carteira do Comércio Exterior. Disponível em: Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), v. 40, 1979, p. 499. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1979.pdf >. Acesso em 22 de julho de 2020.

¹⁹⁹ Fonte: Coordenação do Sistema de Informações Econômico-Fiscais. Disponível em: Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), v. 40, 1979, p. 520. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1979.pdf >. Acesso em 22 de julho de 2020.

política econômica da ditadura. Os dados socioeconômicos por ano são bem raros e há uma grande dificuldade no sentido de se construir aqui uma análise detalhada da situação da classe trabalhadora e da população paraibana em geral, sobretudo quando falamos especificamente sobre o período entre 1975 e 1978, momento em que Ivan Bichara esteve à frente do executivo estadual. O que se nota é que, geralmente, estudos dessa natureza eram realizadas somente a cada década ou a cada cinco anos.

Um dos indicadores mais importantes para que haja a compreensão da situação de vida das pessoas é o PIB *per capita* que, em que pese o caráter da sua definição, soma de todo produto bruto dividido pelo número de pessoas no estado, é mais “palpável” do que o PIB *nominal*, que se restringe a somar todo o produto interno bruto. Em relação à segunda metade da década de 1970, de acordo com números dos Censos Demográficos de 1980 e do Anuário Estatístico do Brasil de 1990, a taxa de crescimento do PIB *per capita* na Paraíba entre 1975 e 1980 foi de apenas 1,1%. Este número está muito aquém do que se passou em outros estados com características similares às da Paraíba como, por exemplo, o estado vizinho do Rio Grande do Norte, o qual cresceu, no mesmo período, a uma taxa de 39,2%. O Nordeste, tomado como um todo, cresceu em 24,1% nesse indicador. O Brasil, 26,0%. A situação crítica da Paraíba nesse período (1975 a 1980) se torna ainda mais clara quando a comparamos com os cinco anos anteriores, os anos iniciais da década de 1970, nos quais o crescimento do PIB *per capita* no estado crescera 60,6%.²⁰⁰ Como se disse, esses números não expressam exatamente a política econômica de Ivan Bichara, visto que ele sai do governo em 1978, mas não podem ser desconsiderados visto que seu governo contribuiu bastante para isso.

Outro indicador que nos permite compreender um pouco mais a situação da população em geral, em especial das condições de vida da classe trabalhadora são os índices de nascimento de crianças vivas e crianças mortas. Vejamos como isso se deu nos 3 últimos anos do governo de Ivan Bichara: Em 1976, dos 230.803 nascimentos, 1.293 foram de crianças mortas. O número de crianças nascidas mortas representa algo em torno de 0,55%²⁰¹ desse total. No ano seguinte, 1977, o número

²⁰⁰ Todos estes números estão disponíveis numa tabela presente em POLARI, Rômulo Soares. **A Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional: Evolução no Período 1960-85 e Perspectivas Atuais**. Abril de 1988. Mimeografado.

²⁰¹ 0.5570970632841583%, mais precisamente.

de crianças nascidas vivas diminuiu significativamente. Foram 124.545. Enquanto isso, o número de nascimentos de pessoas mortas foi superior ao do ano anterior. No total, foram 1.445 (1,14%²⁰² do total dos nascimentos). Esta taxa cresceu em 1978, em números absolutos, chegando a 1.482 (0,7%²⁰³ do total de nascimentos). Lembro que os dados relativos a 1978 são preliminares. Neste caso, é importante dizer que o número de crianças nascidas vivas também aumentou, chegando a 206. 823 nascimentos.²⁰⁴ Esses números fazem referência aos casos registrados.

Em relação ao aumento do número de registros de trabalhadores formais, nos três primeiros anos de governo Ivan Bichara, indicado pelo número de carteiras de trabalho expedidas, observa-se que houve um considerável aumento de 1975 para 1976, mas, deste para o seguinte, houve significativa diminuição dessa cifra. Vejamos, abaixo, uma pequena tabela com os números de carteiras de trabalho expedidas pelo Ministério do Trabalho nesses três anos supracitados:

Onde?	1975	1976	1977
Brasil	4. 762. 507	5. 559. 266	4. 956 508
Paraíba	84. 720	119. 972	101. 757

Tabela 5: Fonte²⁰⁵: Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho.

Como podemos notar, em geral, a Paraíba apresentou, nesse aspecto, ritmo similar ao do Brasil como todo, guardadas, claro, as devidas proporções. Primeiro houve um relativo crescimento e, no ano seguinte, uma considerável diminuição.

Esses números mostram, evidentemente, uma pequena faixa da população, visto que as taxas de trabalho informal eram, como ainda o são, bastante consideráveis na Paraíba, bem como no Brasil em geral. Na década de 1970 a

²⁰² 1.1469164219382493%, mais precisamente.

²⁰³ 0.7114567581191042%, mais precisamente.

²⁰⁴ Fonte desses dados: Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), v. 40, 1979, p. 87. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1979.pdf>. Acesso em 16 de julho de 2020.

²⁰⁵ Tabela produzida a partir de uma outra tabela contendo dados relativos a todos os estados do Brasil, a qual está disponível em: Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), v. 40, 1979, p. 683. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1979.pdf>. Acesso em 16 de julho de 2020.

população economicamente ativa do estado saiu de aproximadamente 675. 400 pessoas para aproximadamente 843. 200 pessoas no ano de 1980²⁰⁶.

É bom lembrar que, vivia-se, naquele momento da história do Brasil, uma ditadura militar terrível, a qual reprimia os movimentos sociais e controlava sindicatos e organizações de trabalhadores. Já vimos, ao longo deste texto, o caráter de classe de tal ditadura, como bem defendeu autores como Dreiffus (1981), por exemplo. Ao observarmos dados contidos no Anuário Estatístico do Brasil do ano de 1979, vemos que havia na Paraíba, nos primeiros três anos de governo de Ivan Bichara, 2 federações sindicais de empregados, mas 3 de empregadores²⁰⁷. No ano de 1977, número de sindicatos de empregados existentes era maior que o de empregadores, totalizando uma cifra de 242 sindicatos existentes, enquanto que o total de sindicatos de empregadores era de 92. Havia também 3 sindicatos de profissionais existentes²⁰⁸.

A partir da tese de doutorado da professora Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, intitulada “O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)”, nós podemos observar que a situação da classe trabalhadora nesse período piorou. Já vimos um pouco nisso em páginas anteriores desta monografia. Em seu texto, a historiadora Ana Beatriz problematiza, por exemplo, o impacto da política econômica da ditadura militar e mostra como esse regime fez por onde enfraquecer a classe trabalhadora brasileira, criando instrumentos que inclusive lhe tiravam direitos. Um exemplo desses instrumentos comentados pela autora é a criação do FGTS. Vejamos o que ela diz a esse respeito:

Para substituir as regras de estabilidade, foi criado em 1966 o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A partir de então, a priori, não existia mais qualquer tipo de estabilidade e os trabalhadores poderiam ser facilmente demitidos, independentemente do tempo de serviço. O FGTS funcionava como um fundo no qual os empregadores depositavam contribuições mensais. Quando demitido, o trabalhador não recebe mais a indenização por parte do empregador, mais de sua conta de FGTS. Além disso, no sistema

²⁰⁶ Fonte: IBGE. Disponível em: Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988. - 2ª. ed. rev. e atual. Vol. 3. Séries estatísticas retrospectivas. - Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBS%20-%20RJ/seriesestatisticasrestrospectivas/Volume%203_Estatisticas%20historicas%20do%20Brasil_series%20economicas_demograficas%20e%20sociais%20de%201550%20a%201988.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2020.

²⁰⁷ Fonte: Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho. Disponível em: Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), v. 40, 1979, p. 678. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1979.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2020.

²⁰⁸ Ibidem.

anterior, os valores das indenizações poderiam variar bastante, mas com o FGTS o empregador passou a ter mais regularidade e controle sobre seus gastos.²⁰⁹

Citando o economista Paul Singer, em seu livro “A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira”, Ana Beatriz também mostra que os efeitos do arrocho salarial produzido por aquela política econômica ditatorial não afetou da mesma maneira todos os trabalhadores, mas principalmente aqueles que ela chamou de “menos qualificados”.²¹⁰

Ao longo do seu texto, a autora vai mostrando as terríveis condições de trabalho a que estavam expostos aqueles brasileiros e brasileiras nas mais variadas indústrias pelo Brasil. Ela diz, por exemplo, que nas fábricas era muito habitual a hora extra para que se evitassem demissões.²¹¹ Fazendo referência a vários autores, ela cita os estudos realizados por John Humphrey sobre a situação da classe obreira brasileira nas fábricas de veículos. Segundo Ana, que também trata dos índices de acidentes de trabalho naquele contexto, “a pressão para o contínuo aumento de produção expunha os trabalhadores a diversos riscos, o que, segundo Humphrey, levava ao envelhecimento prematuro e a uma série de doenças em longo prazo”.²¹²

Esse ponto é importante, pois a autora defende que “a incapacidade para o trabalho provocada pelas péssimas condições de vida e trabalho impostos aos trabalhadores pelo capitalismo só pode ser entendida pela perspectiva de longa duração”.²¹³ Para ela, houve uma “crescente exploração do trabalho” durante a ditadura no Brasil. Tudo isso alinhado a uma série de mecanismos de indenizações e auxílios que visavam, diz a autora, a “conservar a base econômica de exploração capitalista”.²¹⁴ Ela utiliza o termo “ditadura empresarial-militar”, na linha do livro *1964: a conquista do estado*, de Dreifuss, aqui já citado.

É importante que se lembre que Ana Beatriz trata da realidade brasileira como um todo, mas que, claro, a Paraíba não estava à parte disso e a classe trabalhadora

²⁰⁹ SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, precarionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. (Tese de doutoramento). – UFPE, Recife, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18673>>. Acesso em 26 de setembro de 2020, p. 91.

²¹⁰ Idem; *Ibidem*; p. 95.

²¹¹ Idem; *Ibidem*; p. 98.

²¹² Idem; *Ibidem*; p. 98.

²¹³ Idem; *Ibidem*; p. 102.

²¹⁴ Idem; *Ibidem*; p. 103.

paraibana, malgrado não ser tão grande como aquela dos estados sudestinos, também sofreu esses impactos dos quais trata a autora.

Grande parte dos trabalhadores paraibanos ainda era composta de camponeses, numa Paraíba marcada pelos conflitos de terra, sobre os quais escreveram autores como Emília Moreira (1997) e Paulo Giovani Antonino Nunes (2016). A professora Emília publicou em 1997 uma coleção em dois volumes, intitulada “Por um pedaço de chão”, em que trata dos conflitos no campo paraibano na segunda metade do século XX. Para ela, a questão da agrária ainda não encontrou uma solução na Paraíba, tampouco no Brasil como um todo²¹⁵. Ela defende que a ação do Estado foi “limitada” e que

As desaprovações e aquisições de terra para assessoramento da população resumem-se, basicamente, às áreas onde o aparato jurídico-policia muitas vezes a serviço do latifúndio, não consegue demover a ação dos movimentos sociais. Em nível de Estado, porém faltava vontade política para resolver a questão da terra.²¹⁶

Para ela, somente uma reforma agrária poderia resolver esse problema. Isso poderia, diz a autora, “promover a paz social no meio rural”, também possibilitando, por exemplo, o engendramento de empregos.²¹⁷

Na Paraíba dos anos 1970 houve muitos conflitos por terra, nos quais camponeses sofreram perdas consideráveis para grandes latifundiários. É o que mostra a professora Emília. No seu livro, ela apresenta uma série de exemplos de conflitos agrários no estado em que camponeses utilizavam das mais variadas formas para resguardar o seu acesso à terra. Um desses casos é registrado no ano de 1978 – lembremos que foi o último ano de governo de Ivan Bichara na Paraíba. Esse conflito aconteceu na fazenda Camucim, no município de paraibano de Pliitumbu. Segundo a descrição feita pela professora Emília, esse embate envolveu 72 famílias, as quais sofreram ameaças de expulsão quando as terras da fazenda foram compradas pela empresa Tabu, que trabalhava no ramo agroindustrial e, conforme conta a autora, queria expandir a área de produção da cana-de-açúcar. Segundo Emília, famílias já estavam morando alí naquela fazenda desde o início do século XX. Ela diz que elas

Trabalhavam como moradores de condição (cambãozeiros). Como tal, tinham direito a lenha encontrada na mata que cobria parte da propriedade, a água das fontes, rios e riachos e a um pedaço de terra para morar, cultivar e criar. Em troca, davam três dias de trabalho gratuito ao proprietário: a **ticuca**

²¹⁵ MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. Vol 1. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997, p. 35.

²¹⁶ Idem; *Ibidem*; p. 35.

²¹⁷ Idem; *Ibidem*; p. 36.

(nome dado pelos moradores ao trabalho não pago por eles efetuado que consistia no plantio e trato dos coqueiros.²¹⁸

De acordo com a professora, o principal produto na fazenda Camucim era o coco, apesar dos camponeses também produzirem variados gêneros alimentícios. Esses trabalhadores utilizavam do que tinham disponível para sobreviver. Suas casas, eles mesmos as construía²¹⁹. No ano de 1975, o proprietário de Camucim morre e a fazenda é transferida para seus herdeiros. Daí em diante, diz a professora Emília, esses trabalhadores tornaram-se “foros”, ou seja, agora pagavam uma certa quantia para alí viverem. Era uma espécie de “aluguel”.²²⁰

É no ano de 1978 que a fábrica Tabu compra a fazenda e, daí em diante, os conflitos entre os camponeses e os donos da propriedade vão aumentar cada mais vez. Para aumentar sua zona de plantio de cana, até mesmo tratores chegaram a passar sobre o roçado dos camponeses que residiam e trabalhavam naquelas terras²²¹. A autora descreve a luta daquela gente pelo seu pedaço de chão que lhes garantia o seu sustento. O processo de concentração de terras no estado estava amplamente em curso. As famílias resistiram, inclusive, recorrendo ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitimbu. O conflito se estendeu sem uma solução clara por muitos anos. No ano de 1984, por exemplo, a repressão àqueles camponeses operou-se em diversos modos.

O [episódio] mais contundente, porém foi a tentativa de derrubada de uma das habitações pelo vigia da Tabu, que culminou com o parto prematuro da esposa do agricultor, dono da moradia, e a morte da criança por complicações no parto antecipado, como testemunham os habitantes da comunidade. Embora o fato tenha sido denunciado à Secretaria de Segurança Pública e ao DOPS, nenhuma atitude foi tomada, segundo os entrevistados, para punir os culpados.²²²

Depois de muita luta por parte daquelas famílias camponesas, é só no ano de 1986 que muitas puderam ser assentadas realmente no local, quando o Governo do Estado da Paraíba comprou aquela fazenda²²³

Importante destacar a intensão da fábrica Tabu que era a de produzir mais cana. Com a criação do Programa Nacional do Alcool pelo governo Geisel no ano de 1975, houve uma maior valorização das terras passíveis de serem cultivadas nas

²¹⁸ Idem; *Ibidem*; p. 120.

²¹⁹ Idem; *Ibidem*; p. 121.

²²⁰ Idem; *Ibidem*.

²²¹ Idem; *Ibidem*.

²²² Idem; *Ibidem*; p. 137.

²²³ Idem; *Ibidem*.

plantações de cana, matéria-prima do álcool.²²⁴ Nesse processo, quem saia prejudicado era o pequeno trabalhador do campo, como vimos no exemplo da fazenda Camucim. Sobre o Proálcool, o professor Paulo Giovani diz que

O referido programa levou a uma valorização das terras, pois os proprietários pretendiam utilizá-la para o cultivo de cana-de-açúcar, visando à produção de álcool combustível, e, conseqüentemente, implicou na tentativa de expulsão dos camponeses arrendatários, sendo este fato um dos motivos principais para os conflitos de terra iniciados na segunda metade dos anos 1970.²²⁵

O autor fala de processos de desapropriação de terras que aconteceram em vários locais da Paraíba e da luta, inclusive jurídica, que tiveram os camponeses que travar junto a órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que permanecessem nas terras de onde tiravam o seu sustento. Ele, além de destacar que muitos desses conflitos estavam sob a vigilância de entidades ligadas à ditadura como o Sistema Nacional de Informações, cita uma série de município onde tais embates aconteceram, tais como Areia, Alagoinha, Araruna e Pilões.

Todas essas mudanças alteravam de forma substancial a vida do trabalhador e da trabalhadora camponeses na Paraíba, mas causava, além do aumento da concentração de terras, também danos imensuráveis ao meio ambiente. O historiador Gutierre Farias Alves falou um pouco sobre isso em sua dissertação de mestrado intitulada *História da Associação Paraibana Amigos da Natureza (APAN): estratégias e lutas socioambientais em João Pessoa no período de 1978 – 1989*, defendida no ano de 2017. A associação foi criada no ano de 1978 por Lauro Pires Xavier e um conjunto de estudantes, diz Gutierre, que opta por estudar a sua atuação no município de João Pessoa especificamente. De acordo com ele, o órgão “assumiu um papel importante na denúncia contra a degradação ambiental no município pessoense”.²²⁶

O autor descreve como algumas políticas da ditadura que visaram ao campo econômico impactaram o meio ambiente negativamente. O Proálcool é um exemplo disso. Tal programa, diz o autor, “provocou um desequilíbrio ambiental e social e

²²⁴ NUNES, Paulo Giovani Antonino. Tensionando a transição “lenta, gradual e segura”: a Igreja e os conflitos agrários no estado da Paraíba (1975-1985). In: MUNIZ, Altamar da Costa; MARTINS, Luís Carlos dos Passos (orgs). **História Política: interfaces e diálogos**. Porto Alegre: Edipurs; Ceará: Eduece, 2016, pp 231-257.

²²⁵ Idem; Ibidem; p. 241.

²²⁶ ALVES, Gutierre Farias. **História da Associação Paraibana Amigos da Natureza (APAN): estratégias e lutas socioambientais em João Pessoa no período de 1978-1989**. Dissertação. (Mestrado em História. – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2017, p. 55.

modificou a vida de vários trabalhadores, principalmente daqueles que viviam da subsistência”.²²⁷ Os insumos químicos usados por aquela indústria também prejudicaram grandemente os biomas. De acordo com Gutierrez, “com o aumento de produção de cana-de-açúcar, houve concomitantemente o [uso] de adubos sintéticos e dos agrotóxicos utilizados contra as pragas nos canaviais”.²²⁸

4. Considerações finais

Ao longo desta monografia tentei, de uma maneira bem geral, apontar alguns aspectos importantes da política econômica do governador Ivan Bichara na Paraíba. Pudemos notar que seu governo apresentou características similares aos seus antecessores (tais como foco nos setores primário e secundário da economia²²⁹, continuidade de incentivos fiscais a grandes empresas que operavam em solo paraibano, ausência de programas bem estruturados voltados à ampla diminuição da desigualdade social no estado, etc), mas com um diferencial: o Brasil como um todo vivia os desdobramentos da crise pós fim do “milagre econômico” (aqui já problematizado). É claro que esse cenário reverberou no estado da Paraíba.

A natural limitação de um trabalho de monografia como este, e também a não disponibilidade de certas fontes, fez com que eu não discutisse e nem ao menos citasse algumas questões importantíssimas para a compreensão da política econômica de determinado governo. Isso ficou ainda mais claro no 3º capítulo, onde tratei de maneira bem superficial dos resultados concretos do governo Bichara (não fazendo tanta referência, por exemplo, a alguns números do setor industrial vista a sua escassez) e a situação da classe trabalhadora paraibana naquele contexto.

Considero, entretanto, que as linhas gerais dos objetivos a que me propus foram contempladas: consegui abordar a chegada indireta de Ivan Bichara ao governo do estado da Paraíba, bem como a estruturação de seu governo e agentes que mais influenciaram as questões ligadas à sua política econômica; também foi feita uma análise – bem geral, é verdade –, do tratamento dado por esse governo aos setores primário e secundário da economia paraibana e pensou-se isso a partir das categorias

²²⁷ Idem; *Ibidem*; p. 88.

²²⁸ Idem; *Ibidem*; p. 88.

²²⁹ Já vimos, portanto, que a gestão econômica de Ivan Bichara, não muito diferente do que aconteceu com os governos de seus antecessores, contribuiu ainda mais para que se estreitasse a dependência da economia paraibana aos centros mais movimentados e industriais do capitalismo no Brasil.

de “autocracia burguesa”, desenvolvida pelo sociólogo Florestan Fernandes e da noção de “divisão regional do trabalho”, pensada pelo também sociólogo Francisco de Oliveira; também mostrei, na medida do possível, e em linhas gerais, os resultados daquela gestão no campo socioeconômico e alguns aspectos ligados à classe trabalhadora paraibana naquele contexto.

Como eu disse na introdução, deixei de lado algumas questões importantes no que se refere à análise da política de determinado governo, como assuntos relacionados à saúde e a educação, por exemplo. Mesmo no que se refere ao setor primário da economia, optei por não desenvolver uma análise mais detalhada do setor mineralógico, vistas, mais uma vez, as dimensões de um trabalho de monografia como este. Acredito que esse assunto deveria ser mais bem estudado pelos historiadores paraibanos, dado as fontes existentes na Fundação Casa de José Américo e mesmo na *Revista do Fisco*, bastante utilizada por mim aqui nesta monografia.

Notamos que, ao fim do governo de Ivan Bichara, a Paraíba ainda se manteve entre os estados mais pobres e desiguais do país e que, apesar da sua produção interna bruta brasileira haver crescido, essa riqueza definitivamente não foi bem distribuída. Ainda era uma Paraíba onde os conflitos por terra se faziam presentes e com crescimento da concentração de terras, como vimos.

Pode-se dizer que alguns pontos do que havia prometido Bichara no Planag foram alcançados, sobretudo no que se refere à “modernização da agricultura paraibana”. Mas, isso deve ser visto de maneira crítica, e as aspás se justificam por isso. Já problematizei essa noção de “modernização” realizada no campo durante a ditadura e vimos o que alguns autores disseram a esse respeito. Suas implicações na vida do pequeno agricultor foram absurdas. Também observamos em que moldes a tal “integração” foi feita. De maneira quase que subserviente e em continuação com o que já vinha sendo desenvolvido no estado por políticos como João Agripino e Ernani Sátyro. Talvez o segundo grande objetivo – que vimos no segundo capítulo desta monografia – expresso no Planag, que fazia referência à ideia de melhorar a condição de vida dos paraibanos, tenha sido o menos atingido e o que foi escrito no 3º capítulo vai no sentido de comprovar isso.

Uma outra questão sobre a qual trabalharia o governo Bichara e que aparentemente não obteve êxitos consideráveis, e isso também estava expresso como um dos objetivos do seu Plano de Ação, era a de integrar mais a economia

paraibana a nível regional e a nível de Brasil. Inclusive era o primeiro dos objetivos citados por Ivan em um de seus primeiros pronunciamentos. O objetivo básico citado primeiro por ele do Planag dizia “Promover uma maior integração do Estado ao processo de desenvolvimento regional e nacional”²³⁰. De acordo com o economista Rômulo Polari, “O PIB paraibano também manteve um alto crescimento, de 8, 09% a.a., no período 1975 – 1980, mas faltou um competente projeto estadual buscando uma maior integração com a prosperidade econômica nacional”.²³¹

Entretanto, mesmo essa frase de Rômulo deve ser problematizada na medida em que o termo “prosperidade econômica nacional” é bastante amplo e certamente não coincide com o amplo aumento da pobreza e das desigualdades sociais observado durante a Ditadura Militar no Brasil. Essa tal “prosperidade” foi bem restrita à classe dominante do país, bem alinhada aos projetos econômicos do regime político em curso no Brasil daquele momento.

5. FONTES PRIMÁRIAS

Jornais²³²

Correio da Paraíba, 09 de maio de 1974

Diário da Borborema, 02 de junho de 1974

O Norte, 14 de maio de 1974

O Norte, 26 de maio de 1974

O Momento, 27 de maio de 1974

A União, 26 de maio de 1974

A União, 15 de março de 1975

A União, 16 de março de 1975

A União, 26 de abril de 1975

A União, 8 de agosto de 1975

A União, 9 de novembro de 1975

A União, 11 de novembro de 1975

A União, 16 de dezembro de 1975

²³⁰ BICHARA, Ivan. O Plano e a Ação do Governo: Explanação feita no Centro de Treinamento Miramar, em Seminário realizado com o Secretariado. In: *Primeiros pronunciamentos*. Governo da Paraíba, João Pessoa, 1978, p. 41.

²³¹ POLARI, 2012, p. 2014.

²³² Os jornais consultados estão disponíveis na **Casa Fundação José Américo**, na cidade de João Pessoa, PB.

A União, 25 de novembro de 1975

A União, 03 de dezembro de 1975

A União, 3 de junho de 1976

A União, 19 de janeiro de 1978

Revistas²³³

Revista do Fisco, Ano VIII, nº 33, abr. 1975.

Revista do Fisco, nº 32, mar. 1975.

Revista do Fisco, nº 43, julho. 1976

Revista do Fisco, Ano VIII, nº 34, mai. 1975.

Revista do Fisco, Ano VIII, nº 35, jul. 1975.

Revista do Fisco, nº 37. Out. 1975

Revista do Fisco, Ano VII, nº 39, jan. 1976.

Revista do Fisco, Ano VIII, nº 40, fev/mar. 1976

Revista do Fisco, ano VII, nº 40, abril/mai. 1976

Revista do Fisco, nº 38, dez. 1975.

Revista do Fisco, nº 40, fev/mar. 1976.

Revista do Fisco, Ano VIII, nº 40, fev/mar. 1976

Revista do Fisco, Ano VIII, nº 47, fev. 1977

Revista do Fisco, Ano IX, nº 58, mar. 1978

Revista do Fisco, Ano VII, nº 39, jan. 1976

Revista do Fisco, Ano VII, nº 40, mar. 1976

Revista do Fisco, nº 34, jan. 1975

Revista do Fisco, Ano VII, nº 38, dez. 1975

Revista do Fisco, Ano VII, nº 40, mar. 1976

Revista do Fisco, Ano VII, nº 44, set. 1976

Revista do Fisco, Ano VIII, nº 50, mai. 1977

Revista do Fisco, nº 55. Abril/1975

Revista do Fisco, nº 33. Abril/1975

Revista do Fisco, Ano VII, nº 42. Junho/1976

Revista do Fisco, ano VII, nº 45. Novembro/dezembro de 1976

²³³ Não foi possível identificar o “ano” de algumas dessas revistas. Observação: não confundir com ano de publicação. Neste caso, todas estão com anos de publicação indicados. Os revistas do Fisco aqui utilizadas como fonte estão disponíveis num site organizado pela AFRAFEP cujo endereço eletrônico é o seguinte: < <https://novarevistafisco.com.br/> >. Acesso em 26 de setembro de 2020.

Genius. Centenário de nascimento de Ivan Bichara Sobreira. João Pessoa - PB, nº 31. mai./ jun. 2018

Documentos Oficiais²³⁴

PARAÍBA. **Mensagem ao poder legislativo**. Estado da Paraíba, Governo Ivan Bichara Sobreira, 1976.

PARAÍBA. **Primeiros pronunciamentos**. Estado da Paraíba, Governo Ivan Bichara Sobreira, João Pessoa, 1978.

PARAÍBA. **Terceira mensagem ao poder legislativo**. Estado da Paraíba, Governo Ivan Bichara Sobreira, João Pessoa, 1978.

PARAÍBA. **Ação integrada construindo a Paraíba: março de 1975 a março de 1978**. Estado da Paraíba, Secretaria dos Transportes e Obras, Governo Ivan Bichara Sobreira, s/d.

LISBOA, Manoel Rodrigues de Carvalho [**Correspondência**]. Destinatário: Ivan Bichara Sobreira. Rio de Janeiro, 16 dez. 1977.

SOBREIRA, Ivan Bichara. [**Correspondência**]. Destinatário: Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa. João Pessoa, 7 set. 1977.

Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), v. 40, 1979. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1979.pdf >. Acesso em 16 de julho de 2020

Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), v. 41, 1980. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1980.pdf >. Acesso em 17 de julho de 2020

Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988. - 2ª. ed. rev. e atual. Vol, 3. Séries estatísticas retrospectivas. - Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/seriesestatisticasrestrospectivas/Volume%203_Estatisticas%20historicas%20do%20Brasil_series%20economicas_demograficas%20e%20sociais%20de%201550%20a%201988.pdf >. Acesso em 17 de julho de 2020.

Páginas web²³⁵:

²³⁴ Os documentos oficiais relativos ao governo de Ivan Bichara aqui utilizados para pesquisa estão disponíveis no Arquivo dos Governadores, na Casa Fundação José Américo de Almeida, em João Pessoa, PB. Os relativos ao IBGE estão disponíveis no site do órgão que pode ser acessado através do seguinte endereço eletrônico: < <https://www.ibge.gov.br/> >. Acesso em 26 de setembro de 2020.

²³⁵ Não inclui os textos disponíveis *online* já citados na parte “referências bibliográficas”.

BARRUCHO, Luis. 50 anos do AI-5: Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. BBC News Brasil, Londres, 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

ÍNDIA ultrapassa França e vira sexta economia mundial. **Rfi**, economia, 10 de julho de 2018. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/br/economia/20180710-india-ultrapassa-franca-e-vira-sexta-economia-mundial>>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

TV SENADO. **Em busca da verdade**. Direção de Deraldo Goulart e Lorena Maria. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUiFjNBP77Y&ab_channel=TVSenado>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

VERBETE Ivan Bichara Sobreira. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**, FVG, atualização de Alan Carneiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ivan-bichara-sobreira>>. Acesso em 18 de janeiro de 2020.

ZACARIAS, Carlos. **O diabo mora nos detalhes: o que os historiadores tem a ver com o revisionismo da extrema-direita sobre o golpe de 1964**. In: Esquerda Online, 01 de abril de 2019. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/04/01/o-diabo-mora-nos-detalhes-o-que-os-historiadores-tem-a-ver-com-o-revisionismo-da-extrema-direita-sobre-o-golpe-de-1964/>>. Acesso em 29 de setembro de 2020.

6. REFERÊNCIAS:

AIRES, José Luciano de Queiroz. Historiografia paraibana: da “velha” à “nova” história política. In: PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; LÔBO, Isamar Gonçalves; BEZERRA, Josineide da Silva (orgs.). **História e sociedade: saberes em diálogo**. Campina Grande: EDUFCG, João Pessoa: A União, 2014.

_____. A volta da ditadura?! Conflitos de memórias no tempo presente. In: MUNIZ, Altemar da Costa; MARTINS, Luís Carlos dos Passos (orgs.). **História Política: interfaces e diálogos**. Porto Alegre: Edipurs; Ceará: Edu ece, 2016, pp 259-384.

ALVES, Gutierre Farias. **História da Associação Paraibana Amigos da Natureza (APAN): estratégias e lutas socioambientais em João Pessoa no período de 1978-1989**. Dissertação. (Mestrado em História. – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

ARAÚJO DE, Railane Martins. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder a Paraíba: imprensa, imaginário e representações**. Universidade Federal da Paraíba: mestrado em História, 2009.

BADARÓ, Marcelo. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). **1964: 50 anos depois, a ditadura em debate**. Aracaju: Edise, 2015.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **A ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel**. In: Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

BRITO, Gilvan. **A Ditadura na Paraíba**. - João Pessoa: Patmos Editora, 2014.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 30. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes; Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2013.

CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

_____. A política paraibana e o estado autoritário (1964 – 1985). In: **Estrutura de poder na Paraíba**. Vol. 4. João Pessoa. EDUEPB, 1999, p. 111 – 137.

DEMIER, Felipe. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida**. Grifos do original. S/d. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Felipe_Demier.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2020.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. - 14. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

_____. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. – 5. ed. – São Paulo: Globo, 2006.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

_____. **Ecos de uma ditadura recente: entrevista com Carlos Fico**. Entrevista concedida ao PPGH da UNICENTRO. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 44, pp. 335-351, dezembro de 2016.

GUEDES, Viviane Marques. **O cotidiano do líder carismático no jornalismo paraibano: análise da construção da candidatura de Tarcísio de Miranda Burity nos jornais de João Pessoa**. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais. –

Programa de Pós-Graduação em Sociologia , Departamento de Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HEBERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar. brasileira.** – São Paulo: Editora Ática, 2001.

HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, J. V. dos Santos. **A frágil “abertura” de João Figueiredo: a redemocratização campinense em apuros (1979 – 1985).** Dissertação. (Mestrado em História. – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

LÖWY, Michel. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** In: *Actuel Marx*, 18, outubro, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas** – 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2015.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. **“Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938).** In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano. Volume 2.* 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. pp. 41-61.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*, 1973. In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra** 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia.** São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Governos militares e trabalhadores do campo: políticas públicas, modernização e mudança social. In: MARTINS, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Política Econômica nos anos de chumbo.** – Rio de Janeiro: Consequência, 2018. Pp 159 – 184.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência.** - 2ª ed. - João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1995.

_____. **Deputado estadual, deputado federal, governador: a trajetória política de Ivan Bichara.** In: **Genius. Centenário de nascimento de Ivan Bichara Sobreira.** João Pessoa - PB, nº 31, p.27 – 33, mai./ jun. 2018.

MELO, Demian Bezerra de Melo. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: _____ (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENDES, Valber Nunes da Silva. Um “homem da revolução”: a atuação política de Ernani Sátiro como governador da Paraíba (1970-1975). Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019.

MINELLA, Ary Cesar. Bancos e banqueiros durante “os anos de chumbo”. In: MARTINS, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Política Econômica nos anos de chumbo**. – Rio de Janeiro: Consequência, 2018. Pp 103 – 131.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. Vol 1. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1. ed. – São Paulo: Contexto, 2016.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. – São Paulo: Cortez, 2014.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino (et al.). Estado da Paraíba. **Relatório final / Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. – João Pessoa: A União, 2017.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (orgs). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. pp. 78-118.

_____. Tensionando a transição “lenta, gradual e segura”: a Igreja e os conflitos agrários no estado da Paraíba (1975-1985). In: MUNIZ, Altemar da Costa; MARTINS, Luís Carlos dos Passos (orgs). **História Política: interfaces e diálogos**. Porto Alegre: Edipurs; Ceará: Eduece, 2016, pp 231-257.

OLIVEIRA, Marly Job de. **A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas (1964 – 1985)**. Universidade de São Paulo, tese de doutoramento. São Paulo, 2007.

PICCOLO, Monica. Política Econômica em tempos de transição política. In: MARTINS, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Política Econômica nos anos de chumbo**. – Rio de Janeiro: Consequência, 2018. Pp 259 – 283.

REZENDE, Fernando. **ICMS: como era, o que mudou ao longo do tempo, perspectivas e novas mudanças**. Brasília: Cadernos Fórum Fiscal nº 10, 2009. Disponível em

<[http://www.efaz.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Forum Fiscal dos Estados/FFEB Caderno n 10.pdf](http://www.efaz.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Forum_Fiscal_dos_Estados/FFEB_Caderno_n_10.pdf)>. Acesso em 12 de maio de 2020.

RODRIGUES, Gonzaga (org.). **Os 100 anos de Ivan Bichara - inéditos**. João Pessoa, Ideia, 2018.

ROSA, Josianne Claudia Sales. **Avaliação de impactos ambientais de um projeto de mineração: Um teste metodológico baseado em serviços ecossistêmicos**. (Tese de doutoramento). – USP, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3134/tde-18032015-151528/publico/disser_josiannerosa.pdf>. Acesso em 2 de abril de 2020.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. (Tese de doutoramento). – UFPE, Recife, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18673>>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

SOUTO, José. Ivan Bichara Sobreira: um político diferente. In: SILVA, Francisco Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda; SANTOS, Walter. **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960-1990**. João Pessoa: Edição API, A União, 1993.

POLARI, Rômulo Soares. **A Paraíba que podemos ser: da crítica à ação contra o atraso**. – João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

_____. **A Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional: Evolução no Período 1960-85 e Perspectivas Atuais**. Abril de 1988. Mimeografado.

PRIETO, G. F. T. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, e16003, 201. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mercator/v16/1984-2201-mercator-16-e16003.pdf>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2020.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. – 1. ed. rev. – São Paulo: Boitempo, 2014.

SOUTO, José. Ivan Bichara Sobreira: um político diferente. In: SILVA, Francisco Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda; SANTOS, Walter (coords). **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças, 1960 – 1990**. João Pessoa, A União, 1993. Pp. 165-174.

SOUZA, R. E. P. de. **A cultura política integralista em cena na Paraíba (1933-1938)**. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2015.

VELA, Juan Pablo Navarrete. **Política Económica**. Tlalnepantla, Estado de México: Red Tercer Milénio S.C, 2012.